

**LUÍS MOUSINHO DE MAGALHÃES E MENESES DE
MASCARENHAS GAIVÃO**

**CPLP: A CULTURA COMO PRINCIPAL
FACTOR DE COESÃO**

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa

2010

LUÍS MOUSINHO DE MAGALHÃES E MENESES DE MASCARENHAS GAIVÃO

CPLP: A CULTURA COMO PRINCIPAL FACTOR DE COESÃO

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em
Espaço Lusófono: Lusofonia e Relações Internacionais no
Curso de Mestrado em Espaço Lusófono: Lusofonia e
Relações Internacionais, conferido pela Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa

2010

EPÍGRAFE

Parafraseando Manuel Alegre e partindo dos cinco cantos do mundo, a Lusofonia "não é apenas o outro lado do mar, mas o outro lado da nossa alma. É o complemento directo do verbo amar."

DEDICATÓRIA

A todos os que encontram na língua portuguesa a forma de entenderem o mundo.

AGRADECIMENTOS

Duas pessoas a quem agradeço de modo muito especial, o incentivo e o rigor que me transmitiram para realizar este trabalho.

À minha querida Maçã, o maior trunfo moral, surpreendido claro e limpo, em todas as esquinas do tempo...

Ao caríssimo Professor José Filipe Pinto, a firmeza de um roteiro onde se enobrecem virtudes: exigência, humanidade, sabedoria.

Aos lusófonos, porque ando buscando um rio de palavras, um mar de culturas, um mundo de promessas e de sentidos solidários, aquele mesmo com que, quando nasci em Luanda, me enfeitiçaram de magia e riqueza sem limites...

RESUMO

CPLP – A Cultura Como Principal Factor de Coesão é uma dissertação que analisa a história da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no sentido de descobrir qual será o elemento mais preponderante na sua unidade e coesão.

Incentivar a difusão da língua portuguesa, da criação intelectual e artística, e contribuir para o reforço da solidariedade e fraternidade entre todos os povos que têm essa língua como um dos fundamentos da sua identidade específica são os seus objectivos.

Investigou-se o grau e o modo do cumprimento desses propósitos.

Da comparação dos dados ressaltou uma conclusão inequívoca: a cultura é o elo mais forte na coesão da CPLP, embora não se vislumbrem estratégias assumidas com rigor quer da política da língua portuguesa, quer da política das culturas lusófonas.

Confirmou-se que a CPLP nasceu como Comunidade de língua e culturas e não como comunidade económica.

Tentou-se caracterizar a «identidade» lusófona. Para tal, percorreu-se a história da expansão, os processos de colonização, as características de miscigenação física e intercultural, enquanto se chamavam as mais recentes teorias sociológicas para uma caracterização do conceito de cultura «lusófona»: «ecológica de saberes», «de fronteira», «intercultural» e «tradutora de culturas».

São apontadas melhorias estratégicas.

Palavras-chave

CPLP, Lusofonia, língua portuguesa, culturas lusófonas, interculturalidade, pensamento abissal, miscigenação, colonialismo, colonialidade, pensamento de fronteira, tradução cultural.

ABSTRACT

CPLP – A Cultura Como Principal Factor de Coesão (Culture as the Main Cohesion Factor) is a dissertation that analyzes the history of the Community of Portuguese Language Countries [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa], seeking to determine the major element of its cohesion.

Its objectives are to encourage the dissemination of the Portuguese language, of the intellectual and artistic creation and to contribute to the fortification of fraternity among all the peoples who have the Portuguese language as one of the basis for their identity.

An unmistakable conclusion resulted from the comparison of the data: culture is the strongest link in the cohesion of the CPLP, even though no rigorously assumed strategies are discernible either regarding the policy of the Portuguese language, or that of the Lusophone cultures.

The analysis confirmed that the CPLP was formed as a community of language and cultures and not as an economic community.

The Lusophone “identity” was object of a tentative characterization. To that end, the colonization processes, the characteristics of intercultural miscegenation were consulted, while the more recent sociological theories were utilized towards a description of the concept of “Lusophony”: “ecological,” “of boundary,” “intercultural” and “cultural translator.”

Strategic improvements are provided.

Key-words: CPLP, Lusophony, portuguese language, lusophone cultures, interculturality, abyssal thinking, miscegenation, colonialism, coloniality, boundary thinking, cultural translation.

ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

- ACP – Grupo de Estados da Ásia, Caraíbas e Pacífico
- ALALC – Aliança Latino-Americana de Comércio Livre
- APA – American Psychological Association
- AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa
- BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China. As potências emergentes.
- BRICA – Brasil, Rússia, Índia, China e Angola.
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- EUA – Estados Unidos da América
- FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento
- FRETILIM – Frente de Libertação de Timor-Leste
- IC – Instituto Camões
- IILP – Instituto Internacional de Língua Portuguesa
- IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
- OEA – Organização dos Estados Americanos
- OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- UA – União Africana
- UDT – União Democrática Timorense
- UE – União Europeia
- UEMOA – Organização Económica e Monetária da África Ocidental
- UL – União Latina
- ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- UNASUL – União das Nações Sul Americanas
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura
- SADC – *Southern African Development Community*

ÍNDICE GERAL

Índice

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – A CPLP, UMA ORGANIZAÇÃO ESTRUTURADA EM DOIS PONTOS DE PARTIDA CULTURAIS: A LÍNGUA PORTUGUESA E AS CULTURAS LUSÓFONAS	16
1.1.A Génese da CPLP e as Dificuldades Encontradas: de Forum a Comunidade	16
1.2. As Prioridades de Cada um dos Membros.....	19
1.3. As Soluções Conseguidas. A Evolução da Estrutura do Funcionamento da CPLP.....	21
1.3.1. Os Órgãos Iniciais.....	21
1.3.2. Os Novos Órgãos da CPLP.....	25
1.3.3. Que Significado Reveste a Forma de Evolução Escolhida para a Organização e Desenvolvimento da CPLP	28
1.4. A Lusofonia.....	30
1.5. A Afirmação Internacional da CPLP.....	34
CAPÍTULO 2 – ORGANIZAÇÃO ESTRATÉGICA DA CPLP NOS DOMÍNIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA E DA CULTURA	40
2.1. Organização Linguística da CPLP.....	40
2.1.1. A CPLP e a Língua Portuguesa.....	40
2.1.2. O IILP.....	42
2.1.3. O Acordo Ortográfico.....	47
2.1.4. A CPLP e os Parceiros para a Expansão da Língua Portuguesa.....	50
2.2. Organização Cultural da CPLP.....	52
2.3. A CPLP, a Solidariedade, a Fraternidade e a Identidade Específica.....	54
2.4. Uma Estratégia Linguística e Cultural ainda Distante.....	57
2.4.1. Estratégia Linguística.....	57
2.4.2. Estratégia Cultura.....	58
CAPÍTULO 3 – CONTRIBUTOS PARA UMA MELHOR ESTRATÉGIA CULTURAL: LER A HISTÓRIA, PRATICAR A INTERCULTURALIDADE, REORGANIZAR A ESTRUTURA.....	61
3.1. Origem das Culturas Lusófonas: Expansão Portuguesa, Miscigenação, Colonialismo, Independência e Colonialidade.....	61
3.1.1. Expansão Portuguesa, Miscigenação Física e Cultural e Interculturalidade.....	61

3.1.2. Colonialismo Português. Onde Também Sucedeu Empatia.....	69
3.1.3. Independência e Colonialidade.....	73
3.1.4. Pensamento Abissal.....	76
3.1.5. Ecologia de Saberes	78
3.1.6. Pensamento Ontológico Africano.....	79
3.1.7. Pensamento de Fronteira.....	80
3.1.8. Tradução Cultural.....	81
3.2. Interculturalidade - Factor Essencial da Coesão da CPLP.....	82
3.3. Melhorar o Funcionamento e Visibilidade da CPLP.....	87
CONCLUSÃO.....	90
BIBLIOGRAFIA.....	92
Webgrafia.....	94
ÍNDICE REMISSIVO.....	95
APÊNDICES.....	i
Apêndice 1: Reuniões do Conselho de Ministros NE/RE da CPLP.....	ii
Apêndice 2: Reuniões Ministeriais Sectoriais.....	iii
Apêndice 3: Reuniões Ministeriais Sectoriais por Áreas de Interesses.....	v
Apêndice 4: Cálculo de Falantes de Português, Língua Materna nos Países CPLP.....	vi
Apêndice 5: Quadro das Principais Iniciativas Linguísticas da CPLP.....	vii
Apêndice 6: Quadro das Principais Iniciativas Culturais da CPLP.....	viii
Apêndice 7: Entrevista com o Embaixador da Missão do Brasil junto à CPLP, Lauro Moreira..	x

CPLP: A CULTURA COMO PRINCIPAL FACTOR DE COESÃO

INTRODUÇÃO

Em 17 de Julho de 1996 nascia em Lisboa, com a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Para trás ficavam vários anos dum percurso que denotava obstáculos de peso ao mesmo tempo que entusiasmos momentâneos e também dúvidas existenciais ou desinteresses notórios.

Porém, a pertinência da ideia teve o tempo necessário para amadurecer e os então sete Países de Língua Oficial Portuguesa concordaram em unir-se numa Comunidade baseada na língua e num grande período da história em comum, com a perspectiva de cooperarem política, económica e culturalmente.

De acordo com Pinto (2005, p.33), a CPLP “nasceu como organização linguística e cultural, assente em critérios linguísticos, culturais e históricos e resultou da vontade soberana de nações independentes”, após 22 anos do golpe militar do 25 de Abril que abriu caminho à independência dos territórios sob administração portuguesa.

Apesar de a colonização portuguesa ter carregado consigo o domínio político (e logo, também, o económico, o social e o cultural) sobre outros povos, situação que, hoje, é considerada inadmissível perante uma ética social e política que se quer universalmente aceite, não é menos verdade que nos contactos dos portugueses há mais de quinhentos anos pelo mundo inteiro, a língua portuguesa foi um instrumento de comunicação planetário, precursor da actual globalização, e assumiu o estatuto de, como refere Mateus (2002, p.15) “língua de prestígio na qual se comunicavam com asiáticos e africanos os mareantes europeus ao tocarem longínquos litorais”. Era o português uma língua falada no Brasil, onde tomou o lugar do tupi-guarani, de comunicação nas costas de África e língua franca nos portos do Oriente.

Margarido (2000, pp. 66-67) ao afirmar, aliás como outros autores, sobretudo do mundo dos países que foram colonizados, que a língua não passou de um “agente específico da dominação destinado a repelir o outro”, no caso da colonização portuguesa, parece não ter tido uma observação completamente isenta de paixão, pois que as realidades culturais muito ricas e variadas, específicas dos povos colonizados, utilizavam como línguas nativas na África

e na América, na enorme maioria dos casos, línguas ágrafas e o português foi língua do comércio, do registo, da administração e das primeiras formas de literaturas, algumas vezes utilizado em expressões de pidgin ou até originando variados crioulos – que subsistem até hoje – nos territórios coloniais.

A Declaração Constitutiva da CPLP estabelece, nos segundo e terceiro objectivos, a vontade de “incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa, potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito, nomeadamente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa «IILP», e “incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa, utilizando todos os meios de comunicação e os mecanismos internacionais de cooperação.”¹

Antes destes objectivos, assinala-se, no mesmo documento, que a CPLP deseja “contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica.”

Não parece restar, pois, dúvida alguma de que a língua portuguesa é assumida como a trave mestra da justificação da criação e existência da CPLP e que os séculos de convivência linguística e cultural que ela proporcionou e proporciona foram e são o cimento da aproximação dos povos e culturas que através dela se exprimem, utilizando-a como o mecanismo de comunicação oficial e igualmente afectiva, entre outros processos de manifestações identitárias igualmente utilizados. Além disso, a língua é, igualmente, assumida como um dos fundamentos da identidade específica da CPLP, o que reforça, em muito, o carácter cultural que reveste a opção política tomada.

Fundamento da identidade específica de cada um dos povos e países da CPLP e dela própria como Comunidade, é sabido que a língua portuguesa é usufruída por esses povos e países com estatutos diversos, situando-se na origem dessa diversidade as diferentes concretizações históricas, as localizações geográfico/continentais com distâncias muito consideráveis, a incomensurável riqueza e pluralidade cultural dos diferentes povos com que se cruzou e interagiu, bem como outros factores sociais, climáticos, económicos e políticos que especificam cada uma das realidades como distinta da outra e todas se enriquecendo.

No entanto, os procedimentos oficiais dos órgãos da CPLP não têm encontrado uma estratégia delineada com clareza e frontalidade no tratamento das relevantes questões da língua portuguesa e das culturas dos povos e países membros, relativamente a outras vertentes de actuação, como a concertação político-diplomática ou a cooperação e ajuda ao

¹ Cf. Estatutos da CPLP (Cimeira da Fundação da CPLP, Lisboa, 17 de Junho de 1996).

desenvolvimento, estas sempre mais directamente sob a pressão política e, por isso, sempre mais procuradas pelos holofotes propagandísticos e pelos destaques da comunicação social que, sujeita à pressão totalitária duma sociedade consumista, mais facilmente faz uso da cultura apenas como objecto de consumo do que como “património comum de história que mantém unida uma sociedade” (Schwanitz, 2005, p. 37).

No entanto, o reforço notório da coesão entre os povos e países da CPLP passa pelo investimento cultural, como se lê na Declaração Constitutiva, e necessita de mais e melhor conhecimento recíproco das respectivas realidades culturais de que cada um dos membros é criador e possuidor.

Na realidade, o prosseguimento da afirmação da mesma CPLP na cena internacional e mundial não se fará sem uma política concertada de reforço da língua portuguesa e logo, por inerência, das culturas dos seus múltiplos povos e países, bem como duma essência cultural comum, um património construído desde o século XV.

Nesta linha de actuação torna-se mesmo necessário o entendimento mais profundo, na língua comum que transporta consigo a história e as culturas, para que se desenvolvam as outras áreas de actuação da Comunidade, a saber, a política, a económica, a cooperativa, a geoestratégica e a de segurança no mundo contemporâneo, progressivamente mais multipolar.

Estas ideias vêm ao encontro daquilo a que Pinto (2005, p.30) chama “paradigma pós-colonial assente na cooperação e no respeito pela humanidade” sobretudo numa perspectiva interculturalista que permita a cada cultura afirmar a sua identidade e manifestar o respectivo grau de relacionamento auto-desejado e desejável com o mundo e as suas realidades, tendo em vista a complementaridade indispensável das culturas na era da globalização e aceitando que são as culturas que têm vocação de eternidade.

Esta globalização contemporânea trouxe, para Pinto (2005, p.31), “o alargamento das fronteiras e a desterritorialização económica e cultural”.

Tal facto abriu novas formas de cooperação, sendo que esta ganhou um conceito acrescido, deixou de ser considerada na óptica do domínio político do doador relativamente ao receptor para passar a ser tida por uma nova forma de verdadeiro serviço, e, como novamente Pinto (2005, p.31) afirma, “deverá abarcar todas as áreas, de forma a possibilitar um relacionamento interculturalista dos diferentes povos, ao mesmo tempo que deve perder a carga paternalista que evidencia resquícios da relação colonial”.

Como já foi mencionado, a CPLP nasceu da vontade soberana dos países que a fundaram e somente após ter passado o tempo necessário para que as complexas questões

aportadas pela descolonização, a Portugal e aos novos países de língua portuguesa, permitissem o desejo de formarem uma Comunidade baseada na língua, na história e no convívio, muito embora o convívio, muitas vezes, não traduzisse essa realidade desejável, como acontece sempre nas relações colonizador-colonizado.

Razão parece assistir a Mateus (2002, p.16), quando afirma, neste caso relativamente aos recentes Países Africanos de Língua Portuguesa/PALOP: “Em África a língua portuguesa é uma opção política, uma atitude nacional e tem, no momento presente, uma estreita ligação com a sobrevivência dos territórios como países independentes.”

Dos pressupostos filosófico-políticos subjacentes à criação da CPLP, dos factos aludidos relativamente à história comum de séculos de contacto entre os povos dos países que optaram oficialmente pela língua portuguesa, parece possível organizar esta investigação dissertativa com as seguintes hipóteses de trabalho:

1 – A CPLP contém, nos seus documentos de constituição e nas declarações políticas dos seus órgãos, uma clara e intencional vertente linguística e cultural como fundamento da sua identificação, auto-coesão interna e imposição internacional.

Porém, nos catorze anos que leva de existência, a sua prática política e as suas opções prioritárias parecem traduzir uma linha de rumo que denota algumas deficiências, para estar de acordo com a importância prevalecte dos aspectos linguísticos e culturais dos povos lusófonos. Antes se nota uma certa hesitação teórica, com reflexos muito nítidos na prática, na seriedade do investimento nos domínios referidos de actuação, preferidos por outros mais chamativos da opinião pública e internacional, como os políticos, os geo-estratégicos e os de cooperação.

Numa organização tão recente, a aprendizagem faz-se pela prática.

2 – Os mecanismos-instituições da CPLP que têm funções de dinamização e divulgação da língua e culturas lusófonas não parecem recolher os apoios políticos necessários da Comunidade nem a convergência dos interlocutores nacionais nos esforços para levarem por diante os objectivos determinados. Torna-se importante fornecer algumas explicações possíveis para uma compreensão das razões destes factos, de entre as quais, averiguar se existe ou não uma estratégia linguístico-cultural séria e fundamentada.

3 - Para que a CPLP possa, como é seu compromisso na Declaração Constitutiva, “incentivar a difusão e enriquecimento da língua portuguesa, potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito, nomeadamente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa IILP”, e “incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e

artística no espaço da Língua Portuguesa, utilizando todos os meios de comunicação e os mecanismos internacionais de cooperação” e, ainda, “contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica”, faz todo o sentido exercitar-se uma reflexão que possa potenciar uma contribuição no sentido de ajudar a recentrar a questão inicial, e, portanto, a tentar encontrar uma ou várias estratégias para reforço da compreensão das políticas da língua portuguesa e das culturas lusófonas, através do processo histórico que conduziu ao surgimento e desenvolvimento da própria Lusofonia, das aportações científicas que esclarecem o sentido da existência de diferentes concepções epistemológicas: eurocentristas e abissais, africanas, pós-coloniais, da ecologia de saberes, da interculturalidade e da visibilidade linguístico-cultural da Lusofonia.

A investigação relativa a estas hipóteses será feita nos três capítulos teóricos desta dissertação.

No Capítulo I será analisada, com brevidade, a génese da CPLP, as dificuldades apresentadas no início e as prioridades dos países-membros, as soluções conseguidas, a evolução temporal dos órgãos constitutivos (dos iniciais aos actuais), no sentido de dar resposta a novas necessidades surgidas com o conhecimento progressivo do terreno, referenciar-se-á a importância dada às diferentes temáticas pelos órgãos constitutivos e será feita a tentativa de descobrir um significado e uma filosofia subjacentes às opções definidas. Será, então, oportuno, estudar, com mais profundidade, a noção de Lusofonia e chamar a atenção para a afirmação global da língua portuguesa e das culturas lusófonas, como inerentes à visibilidade global da CPLP.

Privilegiar-se-á a pesquisa documental e bibliográfica. Igualmente será feita uma entrevista ao Embaixador da Missão do Brasil junto à CPLP no âmbito das políticas culturais.

Com os dados obtidos na investigação deste capítulo tentar-se-á provar a hipótese de que as instituições vocacionadas para a língua portuguesa e culturas lusófonas da CPLP não têm encontrado os recursos humanos nem os apoios político-financeiros necessários ao desenvolvimento eficiente e delineado duma estratégia clara dos seus objectivos linguístico-culturais, sendo este o núcleo do Capítulo II. Caberá, aqui, estudar se existe ou não o conceito de estratégia por parte da CPLP para o reforço e difusão da língua portuguesa e das culturas lusófonas, e em caso negativo, onde se encontram as razões desse facto.

Ainda neste capítulo II prosseguirá o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, recorrendo também a documentação variada interna da CPLP, a documentos colhidos na

comunicação social, bem como a diversas instituições de cooperação, a organismos para o ensino e expansão da língua portuguesa e tombará sob observação o que se passa com a presença do português nas organizações internacionais.

No Capítulo III, com base nos elementos recolhidos anteriormente, será, então, possível, uma apresentação de algumas ideias propiciadoras em primeiro lugar da compreensão histórica da génese e desenvolvimento do fenómeno da Lusofonia.

Em segundo lugar, por meio de uma breve abordagem dos conceitos sociológicos e filosóficos de pensamento abissal, eurocentrismo, ontologia africana, ecologia de saberes, interculturalidade e tradução cultural, será tentada a compreensão dos fenómenos intercivilizacionais pelos quais se construíram as culturas lusófonas, e, em terceiro lugar, será elaborada uma proposta de estratégia para o reforço da interculturalidade e visibilidade linguístico-cultural da lusofonia, no âmbito da CPLP, tentando reatualizar os objectivos iniciais.

Atravessará este capítulo uma reflexão essencial do conceito de cultura tal como se apresenta no espaço e no tempo contemporâneos, próprios da actuação da CPLP.

Os recursos à pesquisa bibliográfica e documental na linha do anteriormente mencionado e igualmente às consultas de entrevistas a personalidades conhecedoras das temáticas da língua portuguesa e culturas lusófonas, no sentido de contribuírem para alcançar os objectivos propostos na Declaração Constitutiva, como referido, serão processos utilizados para a consecução dos presentes objectivos da Dissertação.

Como afirmou Jean Monnet: “mais do que coligar Estados, importa unir os homens”.

CAPÍTULO 1: A CPLP, uma Organização Estruturada em Dois Pontos de Partida Culturais: a Língua Portuguesa e as Culturas Lusófonas

1.1.A Génese da CPLP e as Dificuldades Encontradas: de *Forum* a Comunidade

Todos os países fundadores da CPLP necessitaram de alguma distanciação temporal relativamente ao processo das independências para ultrapassarem as feridas mais expostas da relação colonizador-colonizado e decidirem, por vontade própria e autónoma, a criação da Comunidade.

De facto, os processos das independências dos PALOP sucederam numa conjuntura mundial bipolar de antagonismo ideológico-político entre o «bloco ocidental democrático» comandado pelos Estados Unidos da América e o «bloco socialista» dirigido pela ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Desse antagonismo brotava uma intensa influência política sobre os movimentos de libertação da ex-colónias portuguesas, que se traduzia mesmo em auxílio militar efectivo e formação de quadros, na luta pela independência, contra Portugal.

A situação de isolamento internacional que a política ultramarina quase sempre ultraconservadora do Estado Novo, extemporaneamente e contra os ventos inelutáveis da história, cegamente prosseguia, recusando a mais leve tentativa de diálogo, mais não fez do que lançar os movimentos de libertação das colónias para os braços abertos do marxismo da esfera do bloco soviético e seus satélites, colocados ao seu lado nas lutas pela independência, em nome de uma solidariedade proletária, insuficiente para esconder interesses políticos e económicos.

Isto mesmo, apesar do papel ambíguo e hipócrita do Ocidente e dos Estados Unidos, aliados de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte «OTAN», que, como refere Pinto (2005, p.344), “embora continuasse a pressionar Portugal para encaminhar as colónias para a autodeterminação, usava a sua influência e o direito de veto de que dispunha no Conselho de Segurança da «ONU» para garantir a manutenção do Império de Portugal.”

Parece, pois, correcto, o pensamento do mesmo autor (2005, p.342):

“O marxismo político nas colónias portuguesas de África serviu de instrumento da independência e, no período pós-independência, impôs uma exclusividade política e cultural que condicionou, ou melhor, impediu, o projecto da Lusofonia, visto pelos nacionalistas africanos e pelos seus aliados marxistas como uma estratégia neocolonialista.”

Poder-se-ia aqui afirmar que, após o colonialismo português, sucedeu-lhe o neocolonialismo de inspiração soviética, historicamente dissociado de África, ou, como escreve Santos a propósito de colonialismos (2009, p.10) “nisso consistiu o epistemicídio, ou seja, a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena”.

Nenhuma admiração, pois, pelo facto de, no início das independências, todos os PALOP terem optado por governos de partido único marxista, suportados inicialmente pelo bloco soviético e satélites, tendencialmente hostis a uma ideia de Lusofonia.

Só quando, após a queda do muro de Berlim, a União Soviética e o seu bloco implodiram, deixou de haver o suporte político, económico e sobretudo ideológico até então garantido e os novos países, vendo-se desamparados, foram forçados a virar-se para outras formas de economia política e se abriram à democracia, ao ocidente, ao pluripartidarismo, enfim, ao capitalismo, tal como se apresenta nas suas formas contemporâneas.

Alterações estas que não foram nada fáceis de efectivar e ainda hoje projectam graves problemas sociais e políticos na generalidade desses mesmos PALOP, com carências flagrantes na efectivação das liberdades, na organização da sociedade civil, no cumprimento dos direitos humanos e no bem-estar económico e cultural.

Porém, com a alteração política mencionada, houve, finalmente, espaço para a abertura à Lusofonia.

É que, citando, de novo, Santos (2009, p.13) “a dominação económica, política e cultural se traduziu na construção de hierarquias entre conhecimentos” e os vectores da economia de mercado foram assumidos como primordiais, no mundo globalizado.

Assim, só em 1983, na cidade da Praia, foram tomadas decisões de realização de cimeiras rotativas bienais com os sete países de língua portuguesa, de encontros anuais de Ministros de Relações Exteriores/Negócios Estrangeiros, de efectivar consultas políticas entre todos e de realizar encontros regulares dos representantes dos mesmos, na ONU e noutras organizações internacionais.

Depois, em Novembro de 1989, em S. Luís do Maranhão realizou-se o primeiro Encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, a convite do Presidente José Sarney, um dos maiores entusiastas da CPLP. Nele foi decidida a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), para a promoção e difusão do idioma comum. Nasceu, igualmente, a ideia da criação de uma comunidade dos países de língua portuguesa.

É conveniente destacar neste ponto a acção fundamental e incansável do Embaixador Plenipotenciário do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, que em Março de 1993, perante o Presidente do seu País, Itamar Franco, avançou com a proposta concreta da criação da CPLP e que realizou visitas aos PALOP para congregar vontades e apoios e nas quais obteve o maior sucesso. Foi ele o maior dinamizador e entusiasta da Comunidade, percebendo, desde o início, a necessidade de mobilizar a sociedade civil para o projecto.

Em Fevereiro de 1994, em Brasília foi levada a efeito uma reunião de Ministros de Relações Exteriores/Negócios Estrangeiros, onde foi feita a recomendação da realização de uma cimeira de Chefes de Estado e Governo para o acto constitutivo da CPLP e foi organizado, refere Pinto (2005, p. 350), um:

“Grupo de Trabalho de Concertação Permanente, com todos os países, em Lisboa, e que se reuniu 17 vezes para preparar os documentos que deveriam ser presentes aos Chanceleres e aos Chefes de Estado e de Governo e para tratar de aspectos relativos à organização das Cimeiras dos Chanceleres e dos Presidentes.”

Em Junho de 1995, também em Lisboa, na reunião de Ministros de Relações Exteriores/Negócios Estrangeiros, o Grupo de Concertação Permanente passou a denominar-se Comité de Concertação Permanente e ficou decidida a marcação da Constituição da CPLP para final do 1º semestre de 1996.

Já em Abril de 1996, no Maputo, realizou-se a cimeira de Ministros de Relações Exteriores/Negócios Estrangeiros, antecedente da constituição.

Finalmente, em 17 de Julho de 1996, em Lisboa, na cimeira de Chefes de Estado e de Governo, foi criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe).

Em 2002, no mesmo ano da independência, Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da Comunidade, pois à época de 1996, embora tivesse havido uma representação timorense no acto constitutivo da CPLP², Timor encontrava-se sob o domínio invasor da Indonésia do qual só se libertou em 20 de Maio de 2002.

O Artigo 1º dos Estatutos da CPLP (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007) refere que “a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”.

² Pinto (2005, p.347) indica as presenças de “dois elementos da Comissão Nacional de Resistência Maubere, dois elementos da FRETILIM, dois representantes da UDT e Ramos Horta.”

Poderá um especialista notar alguma hesitação na definição encontrada pois a Comunidade CPLP ao ser chamada de foro multilateral parece ter desejado, como ponto de partida, assumir-se como «forum», ou seja, um local de discussão de assuntos, mas assumindo um carácter tendencial e progressivamente voltado para a amizade mútua entre os países, e com base nela, para o exercício da concertação político-diplomática e da cooperação, logo de acção.

É, pois, a CPLP uma «comunidade» termo que, como salienta Pinto (2005, p. 289), vem descrito numa das treze acepções no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* de 2001, como “a qualidade daquilo que pertence a muitos ou a todos [...] que têm em comum uma nacionalidade, uma língua e um passado histórico e cultural”.

Estas características intrínsecas aos países membros da CPLP tornam lógica uma comunhão de interesses, uma vontade de agir em concertação e cooperação e revelam um carácter afectivo que é próprio de quem vive em comunidade, segundo Pinto reafirma na obra citada.

Ora, no Artigo 3º dos Estatutos³, pode ler-se que são objectivos gerais da CPLP:

- “a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos *fora* internacionais;
- b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- c) A materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.”

Estes objectivos resultaram numa convergência generalizada comunitária, embora na dependência dos diversos estádios de desenvolvimento, das posições geo-políticas e das diversas integrações regionais em que cada um dos membros da CPLP se inseriam, e, por consequência, ter-se-iam de manifestar, na unidade da Comunidade, alguns pontos de vista diferentes que não divergentes, diga-se, e, sempre enriquecedores pela sua própria diferença.

1.2. As Prioridades de cada um dos Membros

Durante a fase de institucionalização da CPLP, procedeu-se à auscultação das prioridades de cada um dos membros, uma vez que as expectativas eram necessariamente várias, como diferentes eram as condições sociais, políticas, geográficas, regionais, económicas e de integração de cada um dos países, pertencentes a quatro continentes. Foram,

³ Estatutos CPLP, Lisboa, 2007.

pois, abordadas, de forma aprofundada, áreas como a concertação político-diplomática, a cooperação económica e empresarial, a cooperação com organismos não governamentais e a entrada em funcionamento do IILP.

Neste âmbito e de acordo com Pinto (2005), enquanto o Brasil e Angola apostavam, como primeira prioridade, na “cooperação técnico-cultural», Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe dirigiam os seus interesses primordiais para o «estímulo ao desenvolvimento económico» e Portugal ambicionava, como primeira prioridade, «a concertação político-diplomática».

As reuniões preparatórias para a constituição da CPLP tornaram-se reflexo das naturais discrepâncias relativamente às opções expectantes dos países, tendo, apenas, em comum, a língua, a história de quinhentos anos – embora haja autores, como Moreira e Pinto, que defendem que, no que concerne a África, esse relacionamento se circunscreveu, durante vários séculos, apenas ao litoral ⁴ –, os muitos afectos que sobrelevaram alguns desafectos e bastantes preconceitos recíprocos de parte a parte, com origem no passado de relacionamento colonizador-colonizado que, no entanto, mantiveram e mantêm uma tendência para o esbatimento, só desse modo sendo possível o desejo expresso por todos de formar uma Comunidade.

Foi, portanto, uma adesão diferenciada, com oscilações de entusiasmos, com interrogações diversas e, por conseguinte, abarcando variadas esperanças de futuro.

As mudanças de estratégia política e económica ocorridas ao longo da parte final do século XX e as vicissitudes do fim da colonização e do fim do bloco soviético, do surgimento das potências emergentes (entre elas o Brasil), do reforço do liberalismo ocidental, da influência esmagadora da única potência – os EUA, impuseram à totalidade dos Países integrantes da CPLP, um assíncrono tempo para acertar as agulhas da Comunidade, a que só o passar daquele junto com alguma clarificação e melhor definição de opções político-económicas, entretanto alcançadas em cada um dos Estados, puderam fornecer os ingredientes políticos indispensáveis para o prosseguimento da CPLP.

Apesar das diferentes prioridades com que os sete países abarcaram a criação da Comunidade e dos factores relacionais históricos de carácter negativo que se produziram entre

⁴ Escreve Venâncio (1992, p. 87): “...nos anos 20 e 30 se fazem ouvir vozes nativistas. Uso aqui o nativismo no sentido que o etno-sociólogo alemão W. E. Mühlmann lhe atribuiu, i.e., como um movimento colectivo de sociedades colonialmente dominadas, visando uma emancipação espiritual, não tanto política, mas sim mais religiosa e reformista. É com o nativismo, ainda segundo Mühlmann, que o colonizado se começa a expressar numa maneira própria, vendo então tal movimento como que uma fase do pré-nacionalismo. O nacionalismo, por sua vez, seria já um movimento da intelligentsia.”

colonizador e colonizados, é digno de registo que o que ressaltou com mais força e entusiasmo foi, ainda entre os factores relacionais históricos, os de carácter positivo, aqui integrando a língua portuguesa comum, aceite, desejada e defendida por todos e, dela dependente, uma carga de «amizade mútua» que leva à «concertação político-diplomática» e à «cooperação entre os seus membros».

Aparecido de Oliveira (1999, p.278) escreveu que a colonização portuguesa na América e na África “expandiu a cultura lusa que, no correr dos séculos, em contacto com o elemento local, criou civilizações variadas e perfeitamente individualizadas. Tais civilizações guardaram traços de origem que se transformariam em afinidades e semelhanças.”

Importa manter em realce as duas vertentes consideradas como mais importantes para o âmbito desta dissertação: a língua portuguesa e a amizade mútua entre os povos dos países da CPLP.

1.3. As Soluções Conseguidas: a Evolução da Estrutura do Funcionamento da CPLP

1.3.1. Os Órgãos Iniciais

Na altura da criação da CPLP, em 1996, a Comunidade arrancou com os órgãos que os Estados consideraram necessários e oportunos: Conferência de Chefes de Estado e do Governo, Conselho de Ministros, Comité de Concertação Permanente e Secretariado Executivo.

A Conferência de Chefes de Estado e do Governo (Artº 10º)⁵, que é o órgão máximo e que tem, entre outras, as competências de “definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP”, “criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP”, “eleger de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos”, e “eleger o Secretário Executivo da CPLP.”

A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados membros e as suas decisões são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados membros.

Até ao momento realizaram-se as seguintes sete Conferências de Chefes de Estado e de Governo:

⁵ As referências às descrições e competências dos órgãos da CPLP aqui descritos são retiradas do sítio www.cplp.org e dizem respeito aos Estatutos revistos em Lisboa, 2007.

- 1.^a Lisboa – 16 e 17 de Julho de 1996;
- 2.^a Praia – 16 e 17 de Julho de 1998;
- 3.^a Maputo – 16 e 17 de Julho de 2000;
- 4.^a Brasília – 31 de Julho a 1 de Agosto de 2002;
- 5.^a São Tomé e Príncipe – 26 e 27 de Julho de 2004;
- 6.^a Bissau – 16 e 17 de Julho de 2006;
- 7.^a Lisboa – 25 de Julho de 2008.

De entre algumas das medidas mais importantes tomadas nestas Cimeiras, no âmbito desta investigação, salientam-se, entre muitas outras, a Declaração Constitutiva de 1996 (Lisboa), o primeiro Acordo de Cooperação entre as Instituições do Ensino Superior para actividades de apoio à educação e cultura de 1998 (Praia), a resolução sobre o IILP de 2000 (Maputo), a resolução sobre a Revisão dos Estatutos da CPLP, permitindo a adesão à Comunidade dos Estados que tenham o português como língua oficial e não tenham reservas relativamente aos Estatutos, em 2002 (Brasília), o texto sobre o Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, segundo o qual passa a ser suficiente para a entrada em vigor do mesmo, a ratificação por três países membros e a resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, em 2004 (São Tomé e Príncipe), a Resolução sobre a circulação dos bens culturais, a Declaração sobre a Língua Portuguesa, Língua Global e ainda outra Resolução sobre o IILP, em 2008 (Lisboa).

Mais adiante, serão abordados alguns destes textos no âmbito da investigação relativa à área cultural desta dissertação.

No que compete ao Conselho de Ministros (Artº 12º), o mesmo é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores dos Estados membros. São competências do Conselho de Ministros, entre outras, “coordenar as actividades da CPLP”, “supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP”, “definir, adoptar e implementar as políticas e os programas de acção da CPLP”; “aprovar o orçamento da CPLP e do IILP”; “recomendar à Conferência o candidato para o cargo de Secretário Executivo”, “eleger o Director Executivo do IILP”, “convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objectivos e programas da CPLP”.

O Conselho de Ministros elege, entre os seus membros, um Presidente de forma rotativa e por um mandato de um ano e reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

Até ao momento o Conselho de Ministros teve 14 reuniões ordinárias e 5 extraordinárias, 19 no total, 7 das quais realizadas em Portugal, 3 em Cabo Verde, 2 no Brasil e em São Tomé e Príncipe e 1 em Angola, Guiné-Bissau, Timor-Leste e Nova Iorque, como consta do Apêndice 1.

Pode-se, então, concluir que Portugal tem sido o maior impulsionador da dinamização dos Conselhos de Ministros, até ao momento.

Relativamente ao Comité de Concertação Permanente (Artº 14º) é constituído por um representante de cada um dos Estados membros da CPLP e compete-lhe, entre outras acções, “acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP”, bem como “as acções levadas a cabo pelo IILP, assegurando a sua concordância com a orientação política geral da CPLP”.

O Comité de Concertação Permanente reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que seja necessário e é coordenado pelo representante do País que detém a Presidência do Conselho de Ministros.

Finalmente, no que diz respeito ao Secretariado Executivo (Artº 17º), o mesmo constitui o principal órgão executivo da CPLP e tem as competências de “implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente”, de “planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP”, de “organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP” e “acompanhar a execução das decisões das Reuniões Ministeriais e demais iniciativas no âmbito da CPLP”.

O Secretariado Executivo era dirigido pelo Secretário Executivo, “uma alta personalidade de um dos Estados-membros, eleito para um mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados-membros, por ordem alfabética crescente”.

A questão relativa ao critério alfabético crescente dos países para a candidatura do Secretário Executivo da CPLP (e decrescente para o Secretário Executivo Adjunto, até à Cimeira de Bissau de 2006), não foi uma questão clara.

Aparecido de Oliveira era a personalidade melhor posicionada para assumir o cargo de Secretário Executivo, à partida, e todos esperariam esse acto de justiça e sobretudo de merecimento de quem mais propugnara pela institucionalização da CPLP.

Além disso, em 1994, na Reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros/Relações Exteriores de Brasília, em princípio tudo apontaria para essa solução e não existia, ainda, o critério de candidatura dos países por ordem alfabética crescente ou decrescente, critério

introduzido após essa cimeira (Artº 14º, ponto 1 para o Secretário Executivo e Artº 15º, ponto 1 para o Secretário Executivo Adjunto)⁶.

Com a introdução desta nova regulamentação, assumiu o cargo de Secretário Executivo o angolano Marcolino Moco e esse facto, que terá tido origem num “desinvestimento político” no crucial impulso inicial da CPLP por parte do Brasil, veio a ter pesada influência no arranque, na visibilidade e na eficácia da Comunidade.

O jornalista Henrique Botequilha (1999, p. 153) perante o fracasso do arranque da CPLP, escreveria, tendo por pano de fundo Aparecido de Oliveira: “Todos gostam, todos apoiam, só que, até ver, esse bloco que se queria de cooperação multilateral, de organismo e pressão nos fóruns internacionais, de afinidade linguística e cultural, ficou-se pelo papel. E ninguém disse não a José Aparecido.”

No final do mandato, o Estado-membro cujo representante nacional ocupa o cargo de Secretário Executivo tem a possibilidade de apresentar a sua recandidatura, por mais um mandato de dois anos.

Até ao momento, regista-se o desempenho dos seguintes Secretários Executivos:

1996-2000 – Marcolino José Carlos Moco (Angola).

2000-2002 – Dulce Maria Pereira (Brasil)

2002-2004 – João Augusto de Médicis⁷ (Brasil)

2004-2008 – Luís de Matos Monteiro da Fonseca (Cabo Verde)

25.07.2008 – Domingos Simões Pereira (Guiné-Bissau)

O Secretário Executivo era auxiliado nas suas funções por um Secretário Executivo Adjunto.

Houve, até à extinção do cargo, os seguintes Secretários Executivos Adjuntos:

Joaquim Rafael Branco (1996-2000) – São Tomé e Príncipe

Zeferino Alexandre Martins (2000-2004) – Moçambique

Embaixador José Tadeu Soares (2004-2008) – Portugal.

Estes foram os quatro órgãos iniciais da estrutura e do funcionamento da CPLP.

⁶ Sobre esta questão, confronte-se a nota de rodapé n.º 144 de Pinto (2005, p. 351).

⁷ Este Secretário-Executivo faleceu subitamente em Roma e a parte final do seu mandato foi assegurada pelo Secretário-Executivo Adjunto.

1.3.2. Os Novos Órgãos da CPLP

Organização demasiado restritiva, em alguns domínios considerados importantes para o relacionamento interno dos países da Comunidade e igualmente na sua projecção internacional, cedo foi comumente considerado vantajoso acrescentar alguns outros órgãos constitutivos, para acorrer a necessidades que, agora, se passavam a impor.

Assim, aquando da revisão dos Estatutos, na IV Cimeira de Chefes de Estado (Brasília, 2002), foram acrescentadas as Reuniões Ministeriais Sectoriais e a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e no Xº Conselho de Ministros, realizado em Luanda em 2005, integrou-se ainda o Instituto Internacional de Língua Portuguesa. Em 2006, na Cimeira de Bissau, criou-se o lugar de Director-Geral, em substituição do de Secretário Executivo Adjunto. Já em 2007, foi, igualmente, estabelecida a Assembleia Parlamentar, sendo que a sua última reunião se efectuou em Lisboa nos dias 8 e 9 de Março de 2010.

As Reuniões Ministeriais Sectoriais são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados membros e compete-lhes “coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as acções de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais”.

A leitura interpretativa dos Apêndices 2 e 3 permitem identificar que as reuniões realizadas envolveram os seguintes sectores governamentais: Administração Interna, Administração Pública, Agricultura, Ambiente, Assuntos Parlamentares, Ciência e Tecnologia, Correios e Telecomunicações, Cultura, Defesa, Desporto, Juventude, Economia, Educação, Finanças, Justiça, Pescas, Propriedade Industrial, Saúde, Trabalho e Solidariedade e, finalmente, Turismo.

Mais uma vez se destaca Portugal no número de vezes que recebeu as Reuniões Ministeriais Sectoriais, como se pode observar no quadro seguinte:

Quadro 1: Localização das Reuniões Ministeriais Sectoriais

Portugal - 26	Brasil - 12	Angola - 8	Cabo Verde – 7
Moçambique - 7	Guiné-Bissau - 6	São Tomé e Príncipe - 3	Timor-Leste - 2

No que se refere à Reunião dos Pontos Focais de Cooperação” (Artº 20º), compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em “todos os assuntos relativos à cooperação para o

desenvolvimento no âmbito da Comunidade, devendo o seu coordenador apresentar ao Comité de Concertação Permanente um ponto de situação sobre a execução dos programas apresentados no início de cada semestre”.

Segundo o artigo 5º do Acordo Geral de Cooperação no âmbito da CPLP (DR.Nº138/99, Série I-A, de 16 de Junho), “os Estados membros designarão um ponto focal como órgão coordenador nacional de programas e projectos a serem desenvolvidos no âmbito do Acordo”.

Os Pontos Focais de Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por 2/3 dos Estados membros.

Relativamente ao local de acolhimento das Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação, apresenta-se o seguinte escalonamento, por países:

Quadro 2: Localização das Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação

Portugal - 14	Cabo Verde - 2	São Tomé e Príncipe - 2	Moçambique - 1
Angola - 1	Brasil - 1	Guiné-Bissau - 1	Timor-Leste - 0

Em relação ao IILP, o mesmo tem por objectivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em *fora* internacionais.

O IILP só se tornou realidade na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (São Tomé, 1999), que levou à aprovação dos seus estatutos e à escolha de Cabo Verde para a instalação da sua sede, em 2002.

A nomeação de Manuel Brito Semedo (Cabo Verde) para primeiro Director Executivo do IILP e a inauguração da «Casa Cor-de-Rosa», um edifício do século XVIII, recuperado pelo Instituto Camões, com fundos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento/IPAD, marcaram o arranque da instalação efectiva do IILP.

A sede foi inaugurada em Janeiro de 2005 e o Conselho de Ministros da CPLP (Luanda, 2005) deu um passo decisivo no sentido da superação dos problemas com a alteração dos Estatutos do IILP, a sua integração como um dos órgãos da CPLP e a revisão das quotas dos Estados membros.

Na VI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo (Bissau, 2006), a angolana Amélia Mingas foi nomeada para o cargo de Directora-Executiva do IILP.

Segundo os actuais Estatutos (2007), o IILP goza de “autonomia científica e administrativa, recebendo orientação quanto aos objectivos a prosseguir dos seus órgãos próprios nomeadamente do Conselho Científico”, “é chefiado por um Director-Executivo que é uma Alta Personalidade dos Estados membros, preferencialmente com experiência em políticas de Língua Portuguesa, e que será eleito pelo Conselho de Ministros para um mandato de dois anos, renovável uma única vez” e “a acção do Director Executivo será apoiada pelo Conselho Científico composto por representantes de todos os Estados membros e que se reunirá, no mínimo, anualmente. O Secretariado Executivo far-se-á representar na reunião do Conselho Científico pelo Assessor para matérias da Língua e Cultura”.

No que compete ao Director-Geral, cabe aqui explicar a criação deste cargo, pois foi na Cimeira de Bissau (2006) que tal se formalizou, em substituição do de Secretário Executivo Adjunto.

Esta alteração pode ser justificada pelo facto de na vida da CPLP já se terem verificado problemas de relacionamento institucional entre o Secretário-Executivo e o Secretário-Executivo Adjunto. Daí o recurso à contratação por concurso público e a aceitação da subordinação às orientações do Secretário-Executivo, pois o Director-Geral (Artº 19º)⁸ “é recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados-membros, mediante concurso público, pelo prazo de 3 anos, renovável por igual período” e essa personalidade torna-se “responsável, sob a orientação do Secretário Executivo, pela gestão corrente do Secretariado, planeamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projectos levados a cabo pelo Secretariado”.

O actual e primeiro Director-Geral é Hélder Jorge Vaz Gomes Lopes (Guiné-Bissau).

Relativamente ao órgão mais recente – A Assembleia Parlamentar –, trata-se de um órgão que reúne as representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respectivos países.

A Assembleia Parlamentar da CPLP foi instituída pelo XII Conselho de Ministros, que decorreu em Novembro de 2007, que efectuou em Fevereiro de 2010 a sua última reunião e inclui os Parlamentos de:

- Angola: Assembleia Nacional

⁸ Estatutos da CPLP, revisão de 2007.

- Brasil: Congresso Nacional
- Cabo Verde: Assembleia Nacional
- Guiné-Bissau: Assembleia Nacional Popular
- Moçambique: Assembleia da República
- Portugal: Assembleia da República
- São Tomé e Príncipe: Assembleia Nacional
- Timor-Leste: Parlamento Nacional.

Em conclusão, são estes os órgãos que constituem os elementos dirigentes da CPLP, após 14 anos de vida e de adaptações consideradas ajustadas.

À medida que este trabalho dissertativo evoluir, realizar-se-ão análises relativamente à documentação oficial produzida pelos órgãos em questão nos assuntos respeitantes à língua portuguesa e às culturas lusófonas, colocando-a e questionando-a sob o enfoque da eficácia produzida relativamente aos objectivos traçados.

1.3.3. Que Significados Reveste a Forma de Evolução Escolhida para a Organização e Desenvolvimento da CPLP?

Parece tornar-se evidente e natural que a CPLP tenha desenvolvido os esforços de adaptação que o evoluir constante das situações político-económico-sociais lhe apresentaram e exigiram.

Algumas conclusões gerais, porém, poderão inferir-se dessa evolução. Assim, as declarações iniciais de “incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa” e “incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa” parecem terem servido de mote para uma realidade que se tornou progressivamente mais abrangente e interessada no desejo “de contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica”.

Esta afirmação poderá ser analisada e corroborada pela análise do Anexo III, relativo às reuniões dos órgãos da CPLP por áreas de interesses e no qual estão registadas as reuniões sectoriais de cada uma das temáticas.

Assim, a consulta do anexo não deixa dúvidas que a CPLP tentou um trabalho coerente com os seus iniciais objectivos, pelo menos se se tiver em conta a insistência temática das Reuniões Ministeriais Sectoriais, relevada pelo número de vezes realizadas: ao

considerarem-se incluídas na “Área Cultural” a Cultura, a Educação, a Ciência e Tecnologia, o Ensino Superior e, ainda, de forma extensiva, a Juventude e o Desporto e o Turismo, perfazem um total de 41 reuniões.

Se for considerada como “Área de Segurança e Defesa”, a Defesa propriamente dita, a Administração Interna, a Justiça, o Trabalho e Solidariedade e a Administração Pública, as reuniões perfazem aqui o somatório de 31.

Finalmente, se a “Área da Economia” for unida à “Área dos Pontos Focais da Cooperação”, com a qual tem evidentes afinidades, em conjunto perfazem 23 reuniões.

Assim, não se tornará ilícita a observação de que a maior parte do esforço institucional da CPLP foi dedicado à área cultural e de reforço dos laços humanos e fraternidade, seguindo-se as delicadas questões da área de segurança, defesa, justiça e solidariedade, e em terceiro lugar, embora cada vez mais acentuadamente, à da cooperação.

A área económico-financeira *stricto sensu*, porque mais efectuada por instituições/empresas privadas extra-CPLP, embora pertencentes aos países membros, não é tão referida na documentação «oficiosa» emanada no site da CPLP, mas não deixa de funcionar, pelo menos parcialmente, na órbita dos Pontos Focais da Cooperação.

Cumprido, no entanto, indagar se um tal investimento se traduz em resultados palpáveis naquilo que interessa a esta dissertação, a saber, se a cultura na CPLP é o factor essencial de coesão?

De momento, o que é possível afirmar é que o esforço dispendido confirma a intenção, se se acordar importância diagnóstica ao critério do número de reuniões temáticas efectuadas pelos órgãos constitutivos, e que, parece, demonstram as reais preocupações da CPLP.

Por outro lado, é muito significativo que, de tanto trabalho e investimento já realizado pela CPLP, os objectivos culturais enunciados na origem, por certo que de algum modo se foram atingindo, isto é, todo o trabalho efectuado, as reuniões havidas, as iniciativas tomadas, a visibilidade dada, as actuações políticas conjuntas, todos esses factos contribuíram, em muito larga escala e com a mais completa certeza, para “incentivar e difundir a Língua Portuguesa”, “incrementar o intercâmbio cultural” e “reforçar os laços humanos e a solidariedade” entre os países da CPLP.

A investigação inflexiona-se, agora, num ponto fulcral: não negando, antes afirmando o supradito no parágrafo antecedente, a saber, ganhou-se espírito, corpo e solidariedade nos catorze anos de existência da CPLP, incentivou-se e incrementou-se a Lusofonia, mas ter-se-á procedido com o rigor e a eficácia desejável, até porque, com moderados recursos financeiros,

à Comunidade só interessa executar iniciativas de garantida utilidade comum e detectar falhas quando as haja, para não permitir desvios ao cumprimento exigente das finalidades que são o serviço e a união dos povos dos países lusófonos?

Corresponderão, pois, estes resultados a uma sistemática estratégia, bem delineada e alicerçada na clareza dos objectivos e metodologias baseada numa filosofia articulada de pensamento sobre o «objecto lusófono», ou é, antes, mais resultado da natural espontaneidade e vontade de fazer, sem a organização prévia dos meios para tal apetrechados? Eis um ponto que merece uma reflexão, no que diz respeito à língua portuguesa e às culturas lusófonas, no âmbito da dissertação e que será abordado mais adiante.

1.4. A Lusofonia

O termo «Lusofonia» não é utilizado em sentido unívoco.

A Lusofonia assume-se, quando se analisam os objectivos fundadores da CPLP e os resultados práticos da sua evolução, como “uma forma de estreitar laços comuns e de cooperar para poder ter uma palavra a dizer no Mundo em globalização”, como afirma Pinto (2005, p.291).

Cristóvão (2002, p.20) acrescenta que “a Lusofonia não é a soma de territórios e populações ligadas pela língua. É também um certo património de ideias, sentimentos, monumentos e documentação”.

E o Embaixador na Missão do Brasil junto à CPLP, Lauro Moreira, em entrevista concedida para esta dissertação⁹, declara que aquilo que chama de lusofonia é muito mais do que “o universo de falantes da língua portuguesa, do que o espaço ocupado por falantes da mesma língua, é um espírito que emerge de quinhentos anos de convívio, e dum convívio que representa para nós, hoje, um importantíssimo património cultural, histórico.”

Já Aparecido de Oliveira igualmente tecia estas considerações numa entrevista concedida a Braga (1999, p. 51) “a proposta não se esgota na sua vertente cultural (...) sem esquecer outras vertentes económicas e sociais, não só importantes como essenciais ao desenvolvimento comum.”

⁹ Entrevista do Embaixador na Missão do Brasil junto à CPLP, Lauro Moreira, concedida ao autor deste trabalho, em 11 de Janeiro de 2010 e transcrita no Apêndice 7.

As teses do lusotropicalismo de Gilberto Freyre e outros analistas, como Eduardo Lourenço, referem a especial capacidade de adaptação e ductilidade dos portugueses através do Mundo.

Essa característica de imersão dos portugueses nos espaços culturais diferentes por onde realizaram e realizam as suas vidas reveste-se de uma forma particular e única de comportamento, e estas referências comportamentais, naturalmente que têm tendência a passar, por osmose social e de convívio, para as populações em contacto que, em sentido inverso, induzirão uma inicial réplica de costumes e usos e culturas e aprenderão e/ou ensinarão aquele especial toque de facilidade extrema de comunicação, de adaptação quer dos portugueses quer dos africanos ou brasileiros à diferença e à interculturalidade, à efectiva tradução cultural e miscigenação que conduz ao que se poderia apelidar de *homo lusophonus*, ou de identidade lusófona.

Aliás, Moreira (2000, p.18) afirma que o lusotropicalismo representou a primeira “teoria geral do fenómeno do encontro de etnias e culturas, no quadro unificador do modelo político de colonização europeia”, neste caso a portuguesa.

Convém aqui referir a tese defendida por Moreira (2008, pp. 574-575) que pode ajudar à compreensão das características de miscigenação da colonização portuguesa. Essa tese defende cinco modelos de relações entre o grupo colonizador e o colonizado: “o genocídio, isto é o extermínio completo e sistemático do povo indígena” (ex. nos EUA, Austrália, Perú, México), facto considerado como crime contra a Humanidade; “a transferência de populações” para zonas de territórios que o colonizador não ambiciona e que provoca as “reservas” (ex. na América do Norte e África do Sul), “a coexistência”, com um regime de discriminação social, jurídica e racial (ex. *apartheid* na África do Sul), “a integração”, onde o colonizador assimila o colonizado (ex. na romanização) e, por último, “a miscigenação física e sincretismo cultural” que os portugueses praticaram pelo mundo fora.

A teoria do lusotropicalismo¹⁰, favorável a este tipo de miscigenação física e sincretismo cultural, foi objecto de muitas críticas, devido à colagem que sofreu por parte do Estado Novo, como justificativa da colonização, mas Freyre sempre se distanciou dessa interpretação e afirmava o carácter científico e investigativo das suas obras.

Em *Aventura e rotina*, Freyre (1953, p. 115) afirma a propósito, pode ser que com um toque de exagero que não deixa escapar a verdade, que “a boa tradição lusitana é a da

¹⁰ Há autores como Venâncio e Pinto que defendem que o lusotropicalismo não é uma teoria mas um conjunto de proposições teóricas.

assimilação lenta. Lenta, sem violência e através de numerosas transigências do europeu com os estilos e valores indígenas.”

Foi através do lusotropicalismo que a Lusofonia se construiu, pois, como afirma, ainda, Freyre, os portugueses mantinham uma matriz formada por uma multiculturalidade evidente e clara: influências mediterrânicas, greco-romanas, judaico-cristãs, muçulmanas, que formaram e adaptaram as características de ductilidade, adaptabilidade, abertura ao outro, à miscigenação, chamando aos portugueses “povo indefinido entre a Europa e a África” (Freyre, 1957, p.18), afirmando mesmo que o modelo de colonização escolhido foi o maometano, moderado, propício à mistura racial e adaptação aos novos climas, meios físicos e sociais, enfim à fixação e cruzamento de raças e à miscigenação.

Afirma Pinto, ao definir o lusotropicalismo e interpretar Freyre (2005, p.296) que o colonizador português tem por distinção relativamente aos outros colonizadores europeus, a mobilidade, a miscibilidade e a aclimatibilidade.

Estas características do lusotropicalismo são, pois, as responsáveis pela divulgação da língua portuguesa e, através dela, da criação e difusão da Lusofonia, realidade intercultural que hoje é inelutável e que reúne uma tendência de crescimento progressivo dos seus já mais de duzentos e cinquenta milhões de falantes, nos cinco continentes.

Retornando ao termo Lusofonia (termo que terá sido criado na linha de pensamento do seu congénere ‘Francofonia’, primeiro por Onésime Reclus, em 1880 e depois por Léopold Sédar-Senghor, em 1960), após ter efectuado um estudo sobre a origem do termo e o modo como a ele se referem os mais recentes e idóneos dicionários/prontuários, Pinto (2009, p.55) é de opinião que “da análise feita ressaltam duas ideias: nenhuma das obras identifica o criador do termo Lusofonia, e este termo, para a maioria dos estudiosos, tem um sentido que ultrapassa o conteúdo linguístico-etimológico” e acrescenta (2009, p.55):

“...até melhor prova, continuo a considerar que o vocábulo foi criado por Fernando Santos Neves, Reitor da Universidade Lusófona do Porto, que, aliás, faz questão de salientar as dificuldades que enfrentou para fazer aceitar a designação da nova universidade – a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias –, pois argumentava-se que o termo “lusófona” soava mal – resquícios de passado colonial ainda recente e receio de novos colonialismos.”

Santos Neves referia-se, quando escreve “soar mal” não apenas ao acumulado negativo de memórias das relações coloniais já aqui referidas, mas a uma mais negativa atitude de “resquícios” preconceituosos que, em alguns autores, teimam em desaparecer, ultrapassados que deveriam estar os fantasmas de colonialismos ou de neocolonialismos, “políticos, económicos e culturais” como Pinto (2009) os descreve.

Parece que, neste caso, a CPLP como Comunidade e Instituição, pela prática demonstrada no tempo de vigência e da sua paciente mas persistente caminhada, desmente os indivíduos que ainda sustentam tais suspeitas e é ela própria a maior defensora da Lusofonia.

Já outra discussão, a exigir trabalho posterior, é a suscitada pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2009, p.112), quando escreve:

“Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão exteriorizantes ou objectivantes. Foram reduzidas à condição de indivíduos rurais e iletrados. Nas sociedades onde a colonização não conseguiu a total destruição societal, as heranças intelectual e estética visual não puderam ser destruídas. Mas foi imposta a hegemonia da perspectiva eurocêntrica nas relações intersubjectivas com os dominados.

A Lusofonia é aqui, pois, entendida com o sentido amplo que lhe atribui o ex-Secretário Executivo Luís Fonseca, na entrevista dada a Pinto (2009, p.55): “a Lusofonia, entendida no seu aspecto amplo, no seu aspecto integrador e de aproximação das culturas, dos valores e, inclusivamente das próprias vontades políticas dos países, pode constituir o cimento da CPLP”.

Não parece descabido afirmar que já o é.

Oportuno será, igualmente, descrever o que Cristóvão (2002) chama “os três círculos da Lusofonia”, pois é um dos autores que mantém a visão mais ampla da Lusofonia, como “património de ideias, sentimentos, monumentos e documentação”. Pertence à noção de cada círculo, o seguinte conteúdo:

- 1º Círculo da Lusofonia: os oito países lusófonos, e outras regiões pertencentes a outros Estados, mas que manifestam uma estreita relação à cultura lusófona: Galiza, Goa, pequenos territórios da Índia, Macau e Casamansa.

- 2º Círculo da Lusofonia: as outras línguas e culturas dos oito países lusófonos.

- 3º Círculo da Lusofonia: instituições, pessoas e grupos, fora dos países lusófonos, mas que mantém com a língua e com as culturas lusófonas um diálogo de erudição, de amizade, simpatia e interesse (universidades, familiares e amigos de emigrantes, dos lusófonos na diáspora, etc.).

Os três círculos da Lusofonia são concêntricos e têm um raio de acção de amplitude crescente.

Escreve Pinto (2009, p.57):

“Destes três círculos é possível inferir [...] a relação do português com as línguas locais, pois, para Cristóvão, a existência de uma língua oficial comum não impede que se estabeleça o diálogo e a colaboração entre essa língua e as outras línguas e culturas de cada um dos países lusófonos, com vista a estimulá-las e protegê-las, tanto nacional, como internacionalmente.”

Torna-se relevante acentuar esta opinião, pois a língua portuguesa, como língua oficial e de ensino é o utensílio ‘mais à mão’ para reforçar o estudo e a preservação das Línguas Nacionais, que deveriam ser integradas nas aprendizagens escolares, pois são portadoras de uma riqueza cultural incomensurável.

De outra forma, corre-se, novamente, o perigo de “epistemicídio e linguicídio...que rasuraram os conhecimentos e as línguas locais” que Santos (2000, p.245) atribui à trajectória do capitalismo, e que, entre muitos outros, Césaire (1978, p.7), por exemplo, corrobora relativamente ao colonialismo francês, quando escreve que a colonização “é, necessariamente, um genocídio cultural: não se pode colonizar sem liquidar sistematicamente os traços particulares da sociedade indígena ao mesmo tempo que se nega aos seus membros que se integrem na Metrópole e beneficiem das suas vantagens.”

Já foi referenciado, no entanto, que, sendo em grande parte verdade o pensamento de Santos e o de outros autores convergentes, nem sempre foi aplicado de modo tão redutor, pelo menos na colonização portuguesa, e que parece mais traduzir outros tipos de colonização, nomeadamente a francesa. Em apoio desta tese, mais realista, vários autores, políticos e investigadores dos vários PALOP, Agostinho Neto, Amélia Mingas, Luandino Vieira, Pepetela, Manuel Rui (Angola), Amílcar Cabral, Germano de Almeida (Cabo Verde), Carlos Silva (Guiné-Bissau), Perpétua Gonçalves, José Craveirinha (Moçambique) ou Alda Espírito Santo (São Tomé e Príncipe) e toda uma plêiade de escritores são de opinião que o português desempenha o papel de língua de unidade nacional e também através dela dão conhecimento ao mundo das línguas e culturas nacionais.

Não foi, certamente, por acaso que Amílcar Cabral identificou a língua portuguesa como a maior herança deixada na Guiné pelos portugueses.

1.5. A Afirmação Internacional da CPLP

A afirmação internacional da CPLP caminha a par da afirmação global da língua portuguesa e das culturas lusófonas.

No acto constitutivo da CPLP os países comprometeram-se a “incentivar, difundir e enriquecer a Língua Portuguesa [...] fundamento da sua identidade específica”.

Em 2010, há 240 milhões de falantes de português¹¹. Outras fontes indicam números aproximados, como se pode ver no Apêndice 4, a tabela de 2007).

O Brasil é o maior e mais populoso dos países lusófonos e com potencialidades de crescimento demográfico e, tendo em conta que as populações de Moçambique e Angola têm registado um forte crescimento, que será, tudo o indica, mais acelerado no futuro próximo, a confirmarem-se as condições de paz e desenvolvimento que aí se registam, é nesses países que o número de lusófonos irá aumentar acentuadamente.

Enquanto São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, pela dimensão pequena dos territórios, condições geográficas de arquipélagos e sócio-económicas de países de pequena dimensão, não poderão verificar um crescimento substancial da população, também Timor-Leste e Portugal, países estes com territórios de área pequena-média e condições naturais sem grandes possibilidades de expansão demográfica, provavelmente manter-se-ão dentro dos limites populacionais actuais, sendo que o mesmo sucederá à Guiné-Bissau, devido à também exígua superfície territorial e, sobretudo, à constante instabilidade político-social-económica.

Há, ainda, que observar o facto de a língua portuguesa ser falada oficialmente em oito países em quatro continentes, sem que nenhum tenha fronteiras terrestres de continuidade com nenhum dos outros sete, elemento único no mundo, que não acontece ao inglês, castelhano, francês, alemão, chinês ou ao árabe e que realça o carácter único de língua global do português, bem como a localização da maior população lusófona nas margens do Atlântico Sul, o chamado, por Adriano Moreira, “Oceano Moreno”.¹²

Veja-se a este propósito o Anexo IV, relativo ao cálculo dos falantes de Português Língua Materna nos Países da CPLP, que são 204.654.678.

Para além de ser língua oficial dos oito países da CPLP, o português é também língua oficial na União Europeia/UE, União Africana/UA, na South Africa Development Community/SADC, na União Latina/UL, no Mercado Comum do Sul/MERCOSUL, na Organização dos Estados Americanos/OEA e na União das Nações Sul Americanas/UNASUL. É, ainda, língua de uso em Macau e em Goa, e língua de comunicação nas organizações internacionais seguintes: Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura/UNESCO, Aliança Latino-Americana de Comércio Livre/ALALC, Organização dos Estados Iberoamericanos/OEI, União Económica e Monetária da África

¹¹ <http://pt.wikipedia.org/>. Consulta em 06.04.2010.

¹² Cf. Moreira, A. (1976). *A Europa em formação (A crise do Atlântico)*. São Paulo: Editora Resenha Universitária e Moreira, A. (1999) *Oceano moreno*. In *Estudos da conjuntura internacional*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Ocidental/UEMOA, Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico/ACP, bem como a língua suporte da identificação das comunidades lusófonas nas diásporas dos povos da CPLP. Entre estes países de acolhimento de maior número de lusofalantes, encontram-se a Austrália, Bermudas, Canadá, Espanha, França, Japão, Luxemburgo, Suíça e África do Sul. Todos estes países envolvem mais umas dezenas de milhões de falantes de português.

Relativamente aos cabo-verdianos e eventualmente outras pequenas comunidades santomenses ou guineenses que entre si praticam diferentes crioulos, no relacionamento com os outros lusófonos, comunicarão, em muitos casos, em português.

Em oito de Outubro de 2009, o Brasil e todos os membros da CPLP solicitaram na 35ª Sessão da Conferência Geral da Organização da UNESCO que o português passasse a ser língua de trabalho, embora já tenha alcançado o *ranking* de língua oficial.

Com as tendências demográficas de declínio populacional no Hemisfério Norte e de grande crescimento no Hemisfério Sul, as projecções de aumento de falantes de língua portuguesa, apontam que em 2050, ultrapassará o Espanhol e quase apanhará o número de falantes de Inglês, como se pode constatar numa análise aos dados disponibilizados pelo Observatório da Língua Portuguesa.

Mas, sem dúvida, as medidas mais importantes para a promoção da língua portuguesa foram as tomadas na VII.ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, 25 de Julho de 2008 e que constam da Declaração Sobre a Língua Portuguesa redigida nessa data.

Nessa Declaração pode ler-se que:

“a dimensão e a vocação internacional da Língua Portuguesa face aos desafios crescentes colocados pela globalização [...] e a crescente afirmação da Língua Portuguesa no diálogo internacional, ditada pela sua pertença a múltiplas matrizes geopolíticas,

Os signatários assumem

(...) o papel das línguas na criação de mercados e oportunidades de negócio, e na integração económica e social;

A assunção de políticas partilhadas, marcadas pela integração, inclusão e estruturação, com o objectivo da projecção da Língua Portuguesa como *Língua Global*; [...] a sua actuação conjunta no processo de efectiva mundialização da Língua Portuguesa, nomeadamente, através: do apoio à introdução da Língua Portuguesa em Organizações Internacionais, regionais ou agências especializadas, bem como à sua utilização efectiva em todas aquelas Organizações onde o Português já constitui língua oficial ou de trabalho.”

E seguem-se inúmeras medidas relativas a políticas de ensino do português nos países da CPLP, especialmente dirigidas à formação de professores de Português Língua Não-Materna, às tecnologias da informação e comunicação, à ligação das diásporas às culturas dos países de origem e à integração nos países de acolhimento, à satisfação pela entrada em vigor

do Acordo Ortográfico e sua efectiva implementação, e igualmente, o compromisso para a unificação do vocabulário científico e técnico em língua portuguesa.

Finalmente, e por ser muito claro, cita-se, novamente, que os signatários que assumem: “a sua confiança no IILP, quer no acompanhamento da aplicação prática do Acordo Ortográfico, coordenando a apresentação de relatórios periódicos, quer na adopção de um Plano Estratégico para a Gestão da Língua Portuguesa que esteja ao serviço, entre outros, das políticas supra referidas”.

Este assunto será aprofundado no Capítulo II.

Ainda no que respeita aos cinco PALOP, a política linguística do português implica, entre outras orientações, segundo se pode ler em Mateus (2002), o reconhecimento da sua diversidade cultural, a realização de uma investigação séria sobre as línguas nacionais africanas e a coordenação entre as diversas instituições de cooperação.

Segundo a mesma autora, serão objectivos dessa política, o incremento do português como língua de comunicação internacional, o entendimento da cooperação como área multicultural e multilingue onde se registam relações afectivas, sociais, culturais e económicas, a formação de profissionais de português para a escolarização, etc., sendo necessário, *a posteriori*, criar as estratégias para implementação.

Já no que se refere ao Português Língua Estrangeira, fora do contexto mencionado, são traçados outros objectivos, tais como, a mesma autora, Maria Helena Mira Mateus postula: reforçar o ensino do português nos países extra-CPLP, como língua segunda (para os emigrantes dos vários países da CPLP, por exemplo) e como língua estrangeira; prestigiar a língua portuguesa nas universidades; valorizar a função dos professores e potenciar o intercâmbio das instituições nacionais e estrangeiras com responsabilidades no ensino do português.

Opiniões convergentes, no que diz respeito ao ensino do português nos países da CPLP onde para a maioria da população não é a língua materna, são veiculadas por Ançã (2002, p. 14): “...ensinar em língua segunda a sujeitos e por sujeitos para quem o português não é essencialmente língua materna, implica o recurso, que se quer consciente, às línguas e às culturas de origem”. E afirma, mais ainda, que “a apreensão dos universos semiológicos e antropológicos circundantes e/ou interiorizados” é essencial à construção do saber face ao outro e ao mundo.

É que “a língua e a cultura maternas estão sempre presentes, mesmo invisivelmente, sendo filtros, ou crivos, para as outras línguas e as outras culturas a aprender” (Ançã, 2002, p. 15).

Van-Dúnem (2002, p.44) diz, igualmente, que em África “a língua portuguesa está destinada a conviver, (re) criar-se com outras, e não são poucas, línguas nacionais que são instrumento destes povos.

Ora, o que acontece é que muitos destes objectivos, estratégias e suas concretizações nunca foram politicamente assumidos nem executados, pelo que a distância das intenções às práticas mede-se pela falta de uma política, a propósito da qual, na realidade, é verdade poder afirmar-se que não existe como tal.

No mais recente encontro sobre esta temática, a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, que sucedeu em Brasília de 25 a 30 de Março de 2010, é dado forte relevo a alguns aspectos mais concretos relativos à língua portuguesa.

No documento “Plano de Ação de Brasília para a Promoção e a Projeção da Língua Portuguesa” um capítulo é destinado às “Estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais” e nele se pode, entre muitas determinações, observar o cuidado e enfoque na necessidade de, nas mais de vinte instâncias internacionais onde o português é utilizado como língua oficial ou de trabalho, chamar a responsabilidade da CPLP e do IILP para formar e prover bons tradutores e intérpretes, implementar o conhecimento e o uso das tecnologias da informação e da comunicação.

De igual modo tomaram-se iniciativas para que o português passe a ser língua de documentação da ONU e de trabalho da UNESCO, a recomendação de utilização, sempre que possível, do português em documentos e/ou intervenções em debates, bem como outras medidas de carácter bem mais prático do que aquele que vinha sendo seguido.

Esta estratégia no caminho encetado para que a língua portuguesa se venha a tornar língua de documentação e depois, oficial das Nações Unidas, é um facto provavelmente mais próximo do que se pode supor, dada a importância mundial do Brasil como grande potência emergente e candidato a um lugar de membro permanente no Conselho de Segurança, nem se pode esquecer o progressivo interesse da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) pelo Atlântico Sul e Central, onde se localizam nada menos do que fronteiras do Brasil, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Portugal e suas regiões autónomas dos Açores e Madeira.

Cada vez, pois, mais acertado o conceito fulcral da importância estratégica geral do Atlântico Sul, o Oceano Moreno de Adriano Moreira.

Já é comum afirmar-se, por todos os espaços da Lusofonia, que a Língua Portuguesa não é nossa, também é nossa.

Por isso, Pinto (2007) defende que a língua não é de quem a descobre mas de quem a fala e Cristóvão (2008) se refere à condição de condóminos da língua.

A língua portuguesa é, pois, de todos os que a utilizam e o Brasil é o maior e mais importante actor na sua afirmação.

Na citada entrevista ao autor deste trabalho, o Embaixador Lauro Moreira, a certa altura afirma que “o que as pessoas esquecem é que de cada 5 pessoas que falam português no mundo, quatro são brasileiras”.

A multiculturalidade dos vários povos falantes da língua portuguesa traz um enriquecimento linguístico evidente e a relevância da língua igualmente se deve transpor para a linguagem científica e comunicacional.

A formação metodológica de bons professores de língua portuguesa e a sua colocação nos diversos sistemas educativos é assunto de primordial importância, e a integração das literaturas lusófonas nos sistemas de ensino contribuem para o reforço da língua portuguesa e a educação do sentido estético.

Mas se a língua portuguesa é de todos, a responsabilidade pelo seu destino e política pertence igualmente a todos, tendo à cabeça, a CPLP como Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

CAPÍTULO 2 – ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIA DA CPLP NOS DOMÍNIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA E DA CULTURA

2.1. Organização Linguística da CPLP

2.1.1. A CPLP e a Língua Portuguesa

Pinto (2005, pp.76-77) recorre a vários estudiosos para definir o termo «estratégia». É natural que os especialistas de mais nomeada provenham da esfera castrense, pois é no terreno militar que a noção se torna mais premente e mesmo imprescindível aos fins próprios.

Assim, cita Couto¹³ para quem a estratégia seria “a ciência ou a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitam, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política” e refere que o mesmo Couto reconhece que o termo, hoje, se tornou extensível, para além da esfera militar, a outras esferas, como a política, a social e a psicológica.

Já Loureiro dos Santos¹⁴ – que concorda com Couto – distingue entre estratégia e táctica, sendo que o primeiro termo pressupõe uma visão a longo prazo e o antagonismo entre dois factores, e a táctica pressupõe uma visão a curto prazo.

Pode-se, pois, colocar aqui a questão de se saber se a CPLP, no que se refere à política da língua portuguesa, tem organizado as suas forças morais e materiais com a finalidade de atingir os objectivos iniciais, com uma visão a longo prazo ou, antes, com uma visão a curto prazo, objectivos esses que, como foram anteriormente expressos, são “incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa, potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito, nomeadamente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa IILP”.

É pela análise da documentação considerada relevante emanada da CPLP e pelos reflexos que dela derivam na sociedade e nos países membros que se poderá aquilatar da pertinência de saber se existe, de facto, uma estratégia linguística da Comunidade ou antes, se ela tem feito uso frequente de, apenas, algumas «tácticas» destinadas a adaptações conjunturais.

Torna-se possível constatar que não se encontrou, ainda, uma fórmula assertiva e prática, “estratégica” de difundir e enriquecer a língua portuguesa, quando se interpreta o

¹³ Couto, A. C. (1988). *Elementos de estratégia - apontamentos para um curso*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

¹⁴ Santos, J. A. L. (2000). *Reflexões sobre estratégia*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Apêndice 5 relativo às medidas mais importantes na área linguística, tomadas pelos diversos órgãos da Comunidade, pois, algumas vezes, as mesmas não passam de declarações de intenções e não vêm acompanhadas da vontade política de realização, nem dos apoios financeiros inerentes.

Manifestam-se, assim, muitas ideias que logo merecem, geralmente, a concordância dos Estados Membros, mas a realização prática das mesmas, nas mais das vezes, vai esmorecendo com o passar do tempo e as estruturas/equipas especializadas que em alguns casos foram sendo criadas, não têm conseguido desbloquear as situações de carência financeira e/ou de arregimentação entusiástica dos oito países da Comunidade.

Parece ser, igualmente, óbvio que os recursos financeiros da Comunidade, que são escassos, se esgotam na realização do sistema rotativo intenso das inúmeras reuniões dos diversos níveis de responsáveis da CPLP.

A este propósito cita-se, novamente, Lauro Moreira, na entrevista que concedeu para este trabalho:

“...nós, hoje, temos na CPLP uma percepção unânime de que o IILP não funciona, nunca funcionou e não funciona, certo? Então, o corolário disto, eu insisto sempre, é o seguinte: muito bem, se não funciona, é porque nós não queremos que ele funcione, já que nós somos responsáveis por ele. O IILP é, hoje, um órgão da CPLP. E evidentemente, como o senhor sabe, ele foi criado sete anos antes da CPLP, e é de certo modo quase o embrião da CPLP, mas ele não funciona, porque nós não damos a ele as condições necessárias para funcionar. E que condições são essas? Em primeiro lugar, uma estratégia! (...) O que é o IILP? O que é que ele tem de fazer? Estou perguntando: quais são os objectivos? O IILP não é um centro cultural, evidentemente. A meu ver deveria ser um centro de reflexão da lusofonia e da Língua Portuguesa.”

A língua portuguesa, entretanto, ganhou, apesar disso, muito terreno, e já é língua de trabalho, oficial ou de uso em muitas organizações internacionais, como foi explicitado no capítulo anterior.

É notório, igualmente, que o Prémio Camões adquiriu relevo internacional e que a vontade de aprender português é um fenómeno manifestado em grande escala, sobretudo em zonas por onde passou a expansão portuguesa e com afinidades linguístico-culturais que propiciam as relações comerciais. O próximo passo é transformá-la em língua oficial da ONU, quando o Brasil, a primeira das novas potências mundiais emergentes conhecidas pelo acrónimo BRIC¹⁵, ocupar o lugar de membro permanente no Conselho de Segurança¹⁶.

¹⁵ A sigla designa as quatro potências emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China e foi inventada por Jim O'Neill, em 2001. Na actualidade o acrónimo já surge, por vezes, com uma nova letra e passa a ser BRICA, sendo que o «A» designa Angola.

¹⁶ Na actualidade todas as línguas dos membros permanentes do Conselho de Segurança são línguas oficiais da organização.

De qualquer modo, e apesar das muitas deficiências detectadas no funcionamento do IILP, a língua portuguesa tem sido valorizada, sem dúvida, pela actuação da generalidade dos órgãos da CPLP, mais do que por uma intenção clara e objectiva, estratégica da própria CPLP.

Tem feito, igualmente, progressos evidentes no que respeita ao crescimento do número de falantes, sobretudo devido ao crescimento demográfico dos que não são europeus, mas é facto que, em termos do prestígio internacional que o número de falantes já justificaria, ainda há muito caminho a percorrer no sentido do seu reconhecimento nas instâncias internacionais.

Convém, então, analisar como tem funcionado o IILP.

2.1.2. O IILP

O IILP deveria ser a instituição vocacionada para “a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais”¹⁷.

O nascimento desta instituição foi complicado e a sua vida não tem sido nada fácil.

A sua história começou oficialmente em 1989, em São Luís do Maranhão, com a iniciativa de criar o IILP pelo Presidente Sarney, embora a primeira vez que a ideia surgiu foi, segundo Pinto (2005, p.379), “proposta por Adriano Moreira, em 1988, no Recife, no Instituto Joaquim Nabuco, e reafirmada no discurso de recepção ao Presidente do Brasil, José Sarney”.

O Instituto só em 1999, na Cimeira de São Tomé, teve a aprovação dos estatutos e a instalação da sua sede, em 2002, ficou em Cabo Verde.

Sucederam-se umas às outras, na sua curta vida, fases de dinamismo e de paralisação, estas últimas devidas ao atraso na ratificação do Acordo Ortográfico de 1990 e, sobretudo, a graves problemas de financiamento e de recursos humanos alocados e, ainda, de ausência de recursos tecnológicos.

Já anteriormente foi referido o processo subsequente relativo ao arranque e até ao momento presente do IILP.

O que é importante afirmar é que sempre os órgãos constitutivos da CPLP se quiseram revelar interessados em corrigir a deficiente imagem dada pelo IILP relativamente ao não-

¹⁷ www.iilp-cplp.cv

cumprimento dos objectivos que lhe são próprios e, ao atentar-se nas actas das reuniões dos órgãos da CPLP, pode notar-se o quanto essa preocupação foi constante.

De facto, algumas medidas foram tomadas, para além das declarações de intenções, e a Reunião de Ministros da Cultura de 2004, em Maputo, recomendou que o IILP fosse “dotado de meios para se desenvolver”.

Talvez valha a pena lembrar que a Quarta Mesa-Redonda organizada na segunda semana de Junho de 1994, ou seja, dez anos antes da citada reunião de Maputo, já recomendara que o “IILP fosse estruturado e instrumentalizado de forma realista e pragmática para que não fosse apenas um fórum de reuniões.” (Braga, 1999, p. 217)

As acções institucionais do Plano da Actividades do IILP para 2004-2005, por exemplo, pretendiam atingir três objectivos.

O primeiro passava pela “capacitação Institucional com a formação de pessoal técnico e administrativo”, pois sem a qualificação do elemento humano, o IILP não poderá desenvolver uma política linguística de qualidade.

O segundo apontava para a necessidade do “estabelecimento de Protocolos de Parcerias e de Cooperação com instituições públicas e privadas dos países-membros que se ocupem de actividades académicas e de investigação”, ou seja, para a importância da construção de uma rede.

Finalmente, o terceiro apostava no “fortalecimento institucional e funcional do IILP junto aos países-membros e nas comunidades internacionais”¹⁸, isto é, no assumir plenamente a ideia que presidira à criação do Instituto.

No período seguinte, ou seja, em 2005-2006, almejava-se:

1. A definição das Linhas Gerais de um Plano Estratégico do IILP, numa visão prospectiva de médio e longo prazo, visando uma amplitude de 20 a 25 anos;
2. O estabelecimento de um Observatório da Língua Portuguesa;
3. A promoção da língua portuguesa nos fora internacionais, visando a viabilização do português como língua de trabalho nas organizações internacionais;
4. A realização de um Simpósio Internacional sobre a Língua e as Culturas dos Povos da CPLP, entretanto já realizado recentemente, entre 28 e 31 de Março de 2010, em Brasília e no qual tomaram parte, com o estatuto de Estados observadores associados, a Guiné Equatorial, a Maurícia e o Senegal.

¹⁸ As citações provêm do documento intitulado *Proposta de Metodologia Para a Elaboração do Plano Estratégico do Instituto Internacional da Língua Portuguesa* da responsabilidade da Presidência do Conselho Científico do IILP.

A Comissão Nacional do IILP/Brasil apresentou, depois de estudos feitos por especialistas seus, uma cuidada Proposta de Plano Estratégico para a Gestão Internacional da Língua Portuguesa - Atuação do IILP no século XXI que colocou na mesa das negociações, a qual tem sofrido uma discussão no Conselho Científico atravessada por fases burocráticas que lhe não dão agilidade, mas que, na realidade, têm de ser aceites pelas Comissões Nacionais, que entretanto, não estão criadas.

Com tamanhas dificuldades financeiras, administrativas, organizacionais, não se pode esperar mais do IILP.

Os meios financeiros e humanos prometidos levam demasiado tempo a chegar, são manifestamente insuficientes e, em Julho de 2008, a XIII.^a Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP ratifica o orçamento desse ano no valor de 183.230,00 euros¹⁹, quantia completamente irrisória para um desempenho aceitável. Aliás, o mesmo se repete em 2009, na XIV.^a Reunião, com o orçamento de 189.441,87 euros²⁰, ainda por cima sonegadas a estes orçamentos as contribuições de metade dos países membros, como se depreende pela reiterada constatação em documentação do IILP e também notificada pela comunicação social, de que apenas Brasil, Portugal, Angola e Cabo Verde contribuem com normalidade com as quotas respectivas para o orçamento do IILP, sendo que os outros países são irregulares ou, até mesmo, nunca contribuíram. Este facto vem descrito nas Actas do 2º e 3º Conselhos Científicos do IILP, Praia 4 de Julho de 2007 e Lisboa 4 de Julho de 2008, o que, como se pode ler: “impossibilita a gestão eficiente do *orçamento de funcionamento* mas também inviabiliza o estabelecer de um *orçamento de investimento*”, e até “*um orçamento específico para custear despesas previstas para as reuniões do C.C. do IILP a realizar, ordinariamente, uma vez por ano.*”

Ainda um outro factor da maior relevância para o funcionamento do Conselho Científico do IILP, e que se pode registar a partir dos mesmos documentos citados anteriormente, e até 2008, é a constatação de que :

“uma vez mais, o Conselho Científico verificou que, até ao momento, apenas Angola, através da CNILP, e o Brasil, através do COLIP, têm as suas Comissões Nacionais já constituídas e em regular funcionamento. Constatou que a inexistência de Comissões Nacionais tem dificultado o normal funcionamento do IILP, contribuindo assim para a instabilidade de participação de representantes de alguns

¹⁹ CPLP (2008). XIII.^a CMNE-24 de Julho de 2008. VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo. Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do IILP para o exercício de 2008. Acedido em 18 de Dezembro de 2009, em <http://www.cplp.org/id-211.aspx>

²⁰ CPLP (2009). XIV.^a Reunião de Conselho de Ministros-Cidade da Praia, Cabo Verde – 20 de Julho de 2009. Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do IILP para o exercício de 2009. Acedido em 18 de Dezembro de 2009, em <http://www.cplp.org/id-2030.aspx>

Estados membros e, consequentemente, para a dificuldade de acompanhamento das discussões e das acções a desenvolver.”

Estes factos vêm, infelizmente, confirmar as opiniões que proclamam que não existe, na verdade, uma estratégia da “política internacional a nível da Lusofonia” (Pinto, 2009, p.163) e que a intenção de “potenciar” a difusão e enriquecimento da língua portuguesa, através, nomeadamente, do IILP, não passa disso mesmo. Serão, talvez, utilizadas diversas tácticas, mas que não revelam os meios para uma unidade conceptual estratégica da língua portuguesa, que obrigatoriamente inclua meios e recursos para uma eficácia de visibilidade que tem sido negada aos responsáveis do IILP.

Corroboram esta opinião um sem número de especialistas, à cabeça dos quais a própria Presidente do IILP, Amélia Mingas porque, segundo Pinto (2009, p.163) relata: “a melhor prova dessa inoperacionalidade pode ser aduzida pelo facto de a Directora Executiva do IILP, Amélia Mingas, na Publicação *Pensar, comunicar, actuar em língua portuguesa*, destinada a comemorar os dez anos da CPLP se referir ao mesmo como IILP – esse grande desconhecido”.

Entretanto, parece começar a soprar um vento de mudança, uma vez que, como foi mencionado, o reconhecimento pleno pelos oito países membros, relativo à inoperacionalidade do IILP, levou, igualmente à necessidade de se realizar alguma coisa no sentido de se sair do impasse. O Embaixador Lauro Moreira afirma, na entrevista citada:

“...temos que criar uma estrutura que realmente seja funcional, mais leve, mais eficiente. Na verdade, isto, felizmente, está começando a acontecer. A partir do momento em que Portugal assumiu a Presidência da CPLP, em Julho de 2008, a Língua Portuguesa foi colocada como elemento prioritário dos nossos debates, discussões e reflexões, as coisas começaram a mudar um pouco. Inclusive está agendada para fins de Março, no Brasil [2010], uma conferência internacional da Língua Portuguesa, reunindo todos os países da CPLP com a participação efectiva da sociedade civil.”

Um outro dos objectivos de trabalho deste Instituto, para além da política linguística do português a nível mundial, é fazer um inventário das línguas vivas e locais da CPLP e preparar tradutores e intérpretes para cada país, esperando para tal beneficiar de apoios da UNESCO.

Como salienta Cristóvão (2002, p.22) “o diálogo e colaboração entre a língua e a cultura comuns e as outras línguas e culturas do país, com vista a estimulá-las e protegê-las, tanto nacional, como internacionalmente” constituem a melhor resposta a dar aos que teimam em fazer acusações de neocolonialismo ultrapassado.

Para além do desejável regular funcionamento do IILP, que, até ao momento, infelizmente, ainda não acontece, surge outro instrumento muito importante para a divulgação

e unidade dos utilizadores da língua portuguesa e que, como se poderá constatar, também ele tem apresentado discrepâncias graves relativamente ao acerto, não apenas temporal, das tomadas de decisão políticas a ele respeitantes, mas que também expõe uma grave falta de unidade da CPLP. Trata-se do Acordo Ortográfico.

2.1.3. O Acordo Ortográfico

Se, como se constatou, o início do funcionamento da CPLP e o do IILP não foram fáceis, também o percurso do Acordo Ortográfico tem sido muito difícil, pois desde 1911, quando Portugal realizou, sozinho, uma reforma ortográfica, o Brasil não foi consultado e os dois países passaram a ter ortografias diferentes.

Em 1924, 1931, 1943, 1945, 1971 e 1975, quer em Portugal, quer no Brasil, tentaram-se realizar, por diversas vezes, através da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras, acordos para aproximação das grafias dos dois países lusófonos, mas deles nunca resultou unanimidade relativamente às propostas de um ou do outro lado.

Em 1986, o Presidente Sarney, do Brasil, promoveu o já referido encontro dos sete Países de Língua Portuguesa, o qual tentou, mais uma vez, um acordo ortográfico que nunca chegou a ser aplicado, por desacordo, também uma vez mais, entre Portugal e o Brasil, sobretudo, neste caso, a propósito da supressão da acentuação gráfica das palavras proparoxítonas ou esdrúxulas.

Só em 1990 e com base num “Anteprojecto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa” (de 1988), se realizou novo Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa o qual previa a sua entrada em vigor em 1 de Janeiro de 1994, mediante a ratificação de todos os membros, o que não aconteceu, pois só Brasil, Portugal e Cabo Verde o fizeram. Então, em 1998, na Praia, foi assinado um “Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, donde se extraiu a data para entrada em vigor (já há muito ultrapassada) e se manteve a obrigatoriedade de ratificação por todos os países membros e, mais uma vez, apenas os três países citados renovaram a ratificação.

Em 2004, na Cimeira de São Tomé e Príncipe de Chefes de Estado e de Governo foi aprovada uma nova cláusula que apenas exigia a ratificação por três membros da CPLP e já não pela unanimidade, facto que, finalmente, desbloqueou a implementação do Acordo: o Brasil ratificou em Outubro de 2004, Cabo Verde em Abril de 2005 e em 17 de Novembro de

2007 foi a vez de São Tomé e Príncipe. Timor-Leste fê-lo em Setembro de 2009 e a Guiné-Bissau em 23 de Novembro do mesmo ano de 2009.

Está pois, em vigor, embora ainda não tenha sido ratificado pelos oito países, faltando Angola e Moçambique.

Em Angola, a ratificação pela Assembleia Nacional, na opinião emitida pelos responsáveis pelo assunto do Acordo Ortográfico, estava pendente da aprovação da nova Constituição, aprovada em 21 de Janeiro de 2010, esperando-se o desfecho para breve, e, em Moçambique, o Governo já manifestou o desejo de ratificar o Acordo Ortográfico logo que a Avaliação Técnica que ordenou esteja concluída.

Portugal procedeu à ratificação em 16 de Maio de 2008, mas com uma moratória de 6 anos para a sua aplicação generalizada, tendo a mesma sido promulgada pelo Presidente da República em 21 de Julho do mesmo ano.

É intenção do Ministério da Educação fazer entrar em vigor o Acordo nas escolas durante o ano lectivo 2010-2011 e a Ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, reiterou, em 27 de Novembro de 2009²¹, que o Acordo entraria em vigor em Janeiro de 2010, e que o Diário da República e a agência de notícias Lusa iriam começar a adoptar as novas regras ortográficas.

Finalmente, e ao fim de quase um século, o (des)acordo parece ter-se transformado num instrumento útil para a grafia comum da língua portuguesa, se bem que ainda estejam previstas, em alguns casos, grafias duplas, o que parece dever ser considerado um erro estratégico, segundo o pensamento de alguns autores, nomeadamente o de Pinto (2009).

Mas a unanimidade relativamente à concordância/discordância do Acordo Ortográfico não existe, como se pode observar, por exemplo, naquilo que escreve Margarido (2000, p.57), algo acintoso:

“Os portugueses foram obrigados a renunciar à dominação política e económica, mas procuraram assegurar o controle da língua. O drama herói cómico provocado pelo acordo ortográfico luso-afro-brasileiro, deriva dessa inquietação: se a língua não for capaz de assegurar a perenidade da dominação colonial, os portugueses ficarão mais pequenos. A exacerbação da «lusofonia» assenta nesse estrume teórico, que, espera-se, virá a ser revisto, para considerar a vontade do Outro.”

O “estrume teórico” foi, entretanto, revisto, até porque já passaram mais trinta anos das épocas independentistas africanas e a consciência das nações não é insensível ao passar dos tempos, e, finalmente, parece ter-se acabado com uma visão patrimonialista da língua quer da parte portuguesa quer da parte brasileira, pois a língua pertence a quem a utiliza.

²¹ <http://www.ionline.pt>. Consulta a 06.04.2010.

Aliás, as dificuldades apresentadas pelos especialistas e pelos técnicos relacionam-se mais com argumentos relativos à “facultatividade” (dupla grafia) e “artificialidade” (aproximação da escrita do português de Portugal à do Brasil), argumentos que são contrarebatidos por outros a favor da unificação da grafia que facilitará o prestígio e a divulgação da língua portuguesa, a cooperação interna da CPLP, a união dos esforços entre o Brasil e Portugal para o ensino do português no mundo, o reforço obrigatório do papel do IILP e a adopção da língua portuguesa como oficial pela ONU, entre outros factores benéficos.

Este Acordo Ortográfico prevê, como se lê na Acta do Conselho Científico do IILP de 4 de Julho de 2008, “a constituição, no mais breve espaço de tempo possível, de uma comissão de especialistas, composta por representantes de instituições e órgãos competentes de todos os Estados Membros, para a elaboração de um “Vocabulário Ortográfico Comum», que incluísse também aspectos de carácter técnico-científico”.

Este Vocabulário Ortográfico Comum, cuja pertinência não parece merecer discussão, seria o resultado de opiniões especializadas, sendo a actividade, ainda segundo a referida Acta, “coordenada pelo IILP, em estreita articulação com as instituições responsáveis [Academia Brasileira de Letras e Academia de Ciências de Lisboa e com as aporções das palavras procedentes das comissões técnicas da língua portuguesa, em cada um dos países] e, para tal, tornar-se-ia necessário dotar o Instituto Internacional de Língua Portuguesa de condições técnicas e financeiras necessárias à consecução deste e de novos desafios.”

Resumindo, as verdadeiras razões que suportam a ideia da existência de uma ortografia única da língua portuguesa prendem-se com o facto de ser a língua oficial de mais de duzentos e sessenta milhões de pessoas em oito países e em quatro continentes e ainda de várias organizações internacionais, bem como com o facto de se tornar muito mais útil e pedagógico ensinar pelo mundo uma só ortografia, em vez de ortografias diferentes.

Pinto (2009, p. 174) refere que A Academia Brasileira de Letras “está adiantada no estudo deste vocabulário e já publicou uma obra com 350 mil entradas em 1998²², mas a Academia das Ciências de Lisboa, com o seu dicionário de 70 mil entradas, de 2001, ainda está longe deste objectivo.”²³

²² Em 18 de Março de 2009, o Presidente da Academia Brasileira de Letras, Cícero Sandroni, entregou a três ministros do governo brasileiro, a nova edição revista e actualizada do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, com a grafia de 381.128 palavras.

In. <http://pt.wikipedia.org>.

²³ A Academia de Ciências de Lisboa anunciou, em 2008, que a nova edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa estaria editada em finais de 2009. Não foi confirmado.

Nos outros países, a contribuição para esta obra está a cargo de comissões técnicas, compostas por instituições e órgãos competentes respectivos, normalmente técnicos das Universidades, do Ministérios da Educação, da Cultura, da Ciência e Tecnologia e dos Negócios Estrangeiros, escritores e editores.

As reticências surgidas ao Acordo Ortográfico provenientes dos interesses editoriais, na opinião dos próprios, justificará, durante algum tempo, a convivência com as duas grafias.

Porém, a prova de que é uma medida salutar a implementação do Acordo Ortográfico é que Angola propôs, com prudente sabedoria, um encontro entre os países que já ratificaram o Acordo e os outros Estados que ainda não o ratificaram, para se recolher o máximo de experiência e fazer um bom trabalho.

E, em termos escolares e com fins didácticos, é da máxima vantagem a unificação ortográfica, até porque as edições de manuais poderiam passar a ser objecto de grandes acções de cooperação e ajuda ao desenvolvimento dentro do espaço dos países da CPLP.

Na entrevista que o Embaixador do Brasil junto da CPLP, Lauro Moreira deu a Pinto (2009, p.175) afirma:

“o Brasil produz anualmente 450 milhões de livros didácticos. Ora, quem faz 450 milhões de livros didácticos, faz 451 milhões sem gastar praticamente um tostão a mais, e um milhão de livros didácticos podia ser distribuído gratuitamente dentro dos países da CPLP, com uma língua só e dentro duma cooperação técnica formidável”.

Também aqui, pois, no que ao Acordo Ortográfico diz respeito, se pode concluir que quanto ao objectivo de, por esta via, se “incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa” o percurso se tem revelado muito problemático, quando parece que não deveria ser assim.

Como positivo, parece vislumbrar-se o fim duma era complicada e o início de uma concertação à volta da língua portuguesa, património comum aos povos da CPLP e às comunidades desta Língua, dispersas pelo mundo todo.

Velhos preconceitos relativos à propriedade e pureza virtual da língua já não fazem sentido e os linguistas e puristas guardiães deverão olhar para o mundo contemporâneo e futuro no sentido de dar resposta às necessidades de expansão desta língua portuguesa global, por tantos espaços espalhada, e por esse caminho fazerem cumprir os objectivos linguísticos que justificaram a criação da CPLP.

E mais uma vez, tomando as palavras de Aparecido de Oliveira, (1999, p.47), devemos todos olhar para o futuro: “Quem tem 200 milhões de homens falando uma língua, e em todos os continentes, tem por certo uma afirmação de força e de poder na cena internacional”.

2.1.4. A CPLP e os Parceiros para a Expansão da Língua Portuguesa

Ainda no que cabe ao tratamento, divulgação e promoção da língua portuguesa, a CPLP encontra diversas instituições cujas afinidades mantêm esferas comuns de interesse, desde logo todos os Ministérios da Educação, da Cultura, do Ensino Superior dos vários governos e, supervisionando todos esses, e dado que a CPLP é uma comunidade política, os Ministérios dos Negócios Estrangeiros/Relações Exteriores dos oito.

Ainda no início da Comunidade, em 1998, um primeiro Protocolo foi celebrado com as instituições de Ensino Superior dos países da CPLP que, unidos em Associação, formaram a «AULP», Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Desde 1997, já se realizaram 11 encontros da AULP, em vários países da CPLP e em Macau, cujos temas incidiram sobre a cooperação no ensino superior em todos os domínios.

Um outro parceiro, o Instituto Camões, na dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, é o responsável pela difusão da língua portuguesa e da cultura portuguesa no mundo. Muito do ensino de português é realizado pelos seus leitores, formadores e docentes contratados em protocolos com as instituições do ensino superior estrangeiras e possui centros de língua um pouco pelo mundo todo.

Segundo o próprio sítio, consultado em 04.11.2009, tem Centros de Língua Portuguesa, assim espalhados: 26 na Europa, 16 em África, 2 na América do Norte, 2 na América do Sul e 4 na Ásia.

Quanto aos leitores/formadores/docentes, encontravam-se, na mesma data de consulta, assim distribuídos por número de países: 30 europeus, 18 africanos, 1 do Médio Oriente, 3 na América do Norte, 5 na América Central e Sul e 10 asiáticos.

Tem, ainda, 19 centros culturais.

Recentemente, a nova lei orgânica do MNE – Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro – atribuiu-lhe, igualmente, no ensino básico e secundário, a responsabilidade pelo ensino do português no estrangeiro.

Outros organismos e instituições exercem parcerias na divulgação da língua portuguesa:

O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento/IPAD, como co-financiador de projectos na área da CPLP.

O Museu da Língua Portuguesa – Estação da Luz, em São Paulo.

O portal Observatório da Língua Portuguesa, com vasta informação.

A Fundação Calouste Gulbenkian, com programas de apoios vários.

A Fundação Luso-Americana, relativamente à Língua Portuguesa na América.

Universidades particularmente vocacionadas para temas da lusofonia, como a «ULHT» Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, com filiais em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique.

A Associação Portuguesa de Linguística, a Associação de Professores de Português e outras mais que é relativamente fácil poder encontrar em buscas na internet.

Resumindo, parece que a CPLP tem muitos parceiros nos quais se pode apoiar para cumprir os objectivos relativos à língua portuguesa.

Muitos deles são-lhe externos e pertencem à sociedade civil, mas parece ser esse, exactamente, o percurso correcto.

E tirando o facto político da falta de apoios materiais e humanos atribuídos à CPLP, não se vislumbra qualquer má vontade, por parte das diversas instituições em colaborar e cooperar com as nobres intenções de expansão da língua portuguesa pelo mundo.

A dimensão global desta questão talvez se apresente de modo tão gigantesco que as estruturas financeiras e humanas da CPLP e, particularmente, as do IILP são diminutas para a tudo poderem acorrer.

Para uma estratégia da língua portuguesa nesta área, sem dúvida que os recursos são escassos, por isso se pode afirmar que tem sido utilizada, na verdade, uma estratégia mais teórica ou virtual, sem o apoio financeiro e material necessário, ou seja, uma não-estratégia, antes um conjunto de táticas pontuais, ocorrendo às urgências que este ou aquele assunto determinam na altura e no contexto.

Há, portanto, que aproveitar todas as sinergias que os estados e as instituições, oficiais ou privadas, e a sociedade civil disponibilizam para incentivar a divulgação mundial da língua portuguesa e, sobretudo, valorizá-la dentro da CPLP.

2.2. Organização Cultural da CPLP

Torna-se oportuno analisar, à semelhança do que foi efectuado para a estratégia linguística, o modo como tem funcionado a estratégia cultural da CPLP.

Desde logo, devem-se relembrar quais são os objectivos inscritos na Declaração inicial da CPLP, nesta esfera de actuação: “incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa, utilizando todos os meios de comunicação e os mecanismos internacionais de cooperação”.

Será, então, conveniente observar o Apêndice 6 sobre as decisões relativas às acções de âmbito cultural com que a CPLP se vem a envolver.

Serão, por certo, demasiado institucionais, as medidas preconizadas nesse quadro, mas isso não significa que, no terreno, não se procedam a muitas e muitas actividades impulsionadas pelo espírito de Lusofonia de que a CPLP é geradora e que seria impossível referir aqui e que correm no âmbito da sociedade civil.

Torna-se, pois, possível vislumbrar o papel da sociedade civil, liberta dos empecilhos burocráticos e chamada pela acção cultural da CPLP para se revelar dentro dos espaços da Comunidade e isso é trabalho para o qual a comunicação social dos oito países em geral tem vindo chamar a atenção, com referências a um sem número de eventos culturais provenientes de todos os países da CPLP e em circulação pelos espaços lusófonos e mesmo extra-lusófonos.

A Lusofonia, nos domínios da música, da literatura, da dança, das artes plásticas, do vídeo, do cinema, do teatro, da gastronomia, do desporto, tem tido muita visibilidade e denota-se um enorme entusiasmo em todo o espaço lusófono pelas manifestações culturais diversas, pelos festivais, pelos certames e feiras, enfim pelas manifestações das diferentes culturas dos povos da CPLP. Quase se poderia afirmar que a lusofonia está na moda.

Disso são exemplo, entre muitos, os Festivais de Cinema Lusófono «MostraLíngua» de Coimbra e Moçambique, o «Cineport» e «Lusovideografia» do Brasil, o «Imargens» de Cabo Verde, os festivais de teatro lusófono englobando produções de todos os países e realizados um pouco em cada um deles e nas diásporas sendo o mais importante o de Teresina, bem como o FITEI (Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica) ou o «CumpliCidades», as bienais de arte da Malaposta, de São Paulo, do Município de Odivelas, etc., os Festivais de Música espalhados pelos oito países, a dança e percussão do Acarte, a circulação dos bens culturais, os encontros de escritores como o «Correntes d'Escritas», as Feiras do Livro, os debates, os inúmeros congressos sobre Língua e Culturas Lusófonas, a edição de vasta bibliografia sobre a história, a política, a gastronomia, estudos científicos, tecnológicos, a promoção turística, desportiva, etc. etc. etc.

É certo que, no âmbito da acção específica de promoção cultural da CPLP, e é esse facto que aqui se tenta analisar, compete-lhe, mais do que a produção e a realização de eventos, abrir as mentes, os espaços e os caminhos para que a onda cultural lhe siga o rasto.

A CPLP tem dirigido os seus esforços, pode-se observar, no sentido de criar as condições de ordenamento institucional dos direitos de autor e conexos, de criação de fundos

para subsidiar acções culturais (embora sem muito êxito), de interligar as Instituições Bibliotecárias, do Audiovisual, das Artes Cénicas, de potenciar a criação de formação de agentes culturais, na área arquivística, da história, das bibliotecas, das estatísticas culturais, da recuperação e restauro arquitectónico, enfim todos os campos culturais têm tido, por parte da CPLP, a atenção e a preocupação devida.

De entre os escassos recursos da Comunidade, caberá à cultura o quinhão pequeno que os governos, em geral, lhe atribuem, aliás a exemplo daquilo que se passa com as verbas colocadas à disposição do Ministério da Cultura de cada um dos membros ²⁴e é com esse orçamento de defeito que, apesar de tudo, a CPLP apoia diversos projectos, prémios literários, eventos de artes plásticas, feiras do livro, festivais de música, enfim produções valorosas em todas as áreas da indústria cultural.

Trata-se de uma estratégia, a sério, bem delineada, desenvolvendo e utilizando as forças morais, materiais e culturais de uma coligação de oito países congregados, a fim de se atingirem os objectivos políticos consagrados na expressão já conhecida de “incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa, utilizando todos os meios de comunicação e os mecanismos internacionais de cooperação”?

Parece vislumbrar-se, neste aspecto estritamente cultural, uma política um pouco mais assertiva, por parte da CPLP, até porque, de facto, o que lhe compete é abrir caminhos, hipóteses e encontrar apoios para os agentes culturais e jamais o exercício de ditar regras culturais ou ideológicas a partir seja do que for que possa limitar a criatividade transbordante da Lusofonia, em todas as suas expressões.

Parecem, também correctas as iniciativas intergovernamentais que a CPLP tem promovido e promove, sendo que as populações e os agentes culturais da sociedade civil se têm manifestado altamente cooperantes entre si e os governos entendem esse facto com agrado.

Mas não chega e críticas são devidas, também aqui, à falta de uma estratégia clara que tem de passar por uma reorganização interna administrativa da área cultural, da criação de um Fundo Cultural – previsto desde o início e nunca concretizado – com dinheiro para os recursos materiais, humanos e técnicos e recorrendo a financiamentos estatais de todos os países. No terceiro capítulo este assunto voltará a ser focado.

²⁴ Percentagens do Orçamento de alguns dos Estados relativos à Cultura, em 2009: Cabo Verde (0,9%); Brasil (1%) Portugal (menos que 1%) Moçambique (0,3%).

Permanece, ainda e também, a falta de uma estrutura funcional – Comité Cultural/Director Geral – na área cultural intrínseca à CPLP, verdadeiro ‘pivot’, capaz de analisar com isenção projectos de relevância cultural e com rapidez lhes dispensar os apoios necessários, sem os constrangimentos que a habitual falta de dinheiro provoca no estrangulamento de produções lusófonas representativas.

Chacon (2002, p.40) afirma que “a cultura é o que somos, a seiva do que fazemos, a civilização” e Braumann (2000, p.83) sublinha que a crescente internacionalização das indústrias culturais, por força das novas tecnologias da comunicação, “pode ser um factor chave para uma maior integração lusófona, estimulando o interesse pela cultura lusófona que poderá fortalecer uma identidade e uma busca de integração em outros planos.”

Enfim, tudo deve ser feito pela cultura, pois Schwanitz (2005, p. 219) tem razão quando afirma que “o objectivo da cultura é o de entendermos a História da própria sociedade”.

2.3. A CPLP, a Solidariedade, a Fraternidade e a Identidade Específica

Na Declaração Constitutiva, directamente consequente dos objectivos de difusão e promoção da língua portuguesa e das culturas lusófonas, surgiu outro, o de “contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica.”

O reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre os povos que têm a língua portuguesa como oficial tem-se manifestado sistematicamente em crescendo, e, de facto, é pela língua comum que todo o desenvolvimento da acção da CPLP se realiza, em todas as áreas de actuação política, social, económica e, como não poderia deixar de ser, cultural.

De facto, as Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, os Conselhos de Ministros dos Negócios Estrangeiros/Relações Exteriores, as Reuniões Sectoriais, de Ministros, de Técnicos Especializados, dos Pontos Focais de Cooperação e de empresários, os seminários culturais, económicos e empresariais, os protocolos com instituições nacionais e internacionais sobre uma multiplicidade de temas, enfim, todo este esforço imenso, por certo que produziu os efeitos de um grande reforço do conhecimento mútuo através dos laços humanos estabelecidos, e como consequência dum significativo crescimento solidariedade e fraternidade.

Se se acrescentar o carácter circulatório entre todos os países destas mesmas iniciativas, facilmente se torna visível o efeito de adesão nas populações locais, em todos os países da CPLP das iniciativas culturais, de formação e da difusão da língua.

O conhecimento dos povos lusófonos tem sido, pois, progressivo e reflecte o sentimento de solidariedade e de pertença a uma fraternidade, a uma comunidade.

Tem sido preocupação dos países membros com maior índice de desenvolvimento, apoiar as estruturas culturais dos países com maiores dificuldades, devido ao facto de estes terem acedido às independências em processos conturbados do ponto de vista político e, em quatro deles, de guerra civil ou de enorme instabilidade.

É notável o esforço de colaboração na recuperação dos Arquivos Nacionais históricos, cinematográficos, áudio-visuais, bem como na formação de recursos humanos qualificados para os mesmos se poderem autonomizar.

E é, igualmente, notável o esforço para preservação do património arquitectónico, (pesem embora algumas decisões erradas, quase sempre procedentes da ignorância histórica e/ou da ganância de sobrevalorização de terrenos urbanos), de promoção das literaturas lusófonas dos oito e da cooperação técnico-científica na área do ensino superior.

Mais ainda, toda a promoção da criação musical, de belas-artes e de expressões culturais diversas que hoje circulam pelos espaços da CPLP e os ultrapassam em muito, já que proliferam festivais lusófonos das mais variadas artes (pintura, música, gastronomia, teatro, etc.) por todo o mundo onde se fala a Língua Portuguesa, desde os países da América até à Europa, Ásia, África e Oceânia, como ainda por muitos outros países e regiões exteriores à acção directa da lusofonia.

Há um imenso caminho a percorrer, no entanto a direcção está traçada com correcção de princípios, com gosto e vontade explícita e sem neocolonialismos. Faltarão melhor organização e mais meios para tarefa tão ingente.

De tudo o que fica mencionado, uma conclusão se pode extrair, com inquestionável certeza: existe hoje um conhecimento mútuo exponencialmente muito maior, após estes 13 anos de existência da CPLP, relativo à história e à cultura de cada um dos povos que formam e caracterizam a Lusofonia e com ele, o reforço da solidariedade e da fraternidade.

No entanto, tudo isto poderia ter muito mais visibilidade. O problema da visibilidade é muito sério e Lauro Moreira adverte, na entrevista que essa questão “ é um dos desafios da CPLP. Um dos obstáculos maiores que ela enfrenta está justamente na sua pouca visibilidade,

está certo?, Ou seja, acontecem muito mais coisas no âmbito da Lusofonia do que sonha a nossa vã filosofia”.

No próximo capítulo será feita uma proposta para remediar esta questão.

“Os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica”, como se lê na Declaração Constitutiva, reflectem mil diversidades culturais, riquíssimas todas elas, mas estão indissolúvelmente unidos pela utilização da língua que lhes forjou uma única e especial sensibilidade, uma esfera de vontade sentimental com proximidade de gostos, uma vivência estética aberta e desejosa da curiosidade e da diferença, uma disponibilidade despreconceituosa de se maravilhar e de integrar o outro, enfim, uma miscibilidade e identidade lusófona.

Não serão estas as características de que falam Freyre, Moreira, Neves nas suas várias obras e tantos outros defensores da miscibilidade característica da Lusofonia?

Jamba (2006, p. 96) refere que “uma cultura dá provas da sua vitalidade particular se é capaz de preservar a sua própria identidade integrando a mudança, tal como o ser humano muda com o tempo conservando a sua própria identidade.”

Dado existirem muitas culturas no espaço da Lusofonia, todas elas perpassadas pela marca não apenas histórica, mas muito viva e actual, do contacto com a língua portuguesa e com todas as consequências que esta proporcionou, de modo especial a “miscigenação física e o sincretismo cultural”, a Lusofonia compõe-se do conjunto de todas os diferentes contributos culturais dos seus muitos povos.

Importa, agora e sobretudo, preservar e desenvolver todos esses contributos, fazendo ressaltar o facto iniludível da sua “identidade lusófona”, ou, se se preferir, “identidade específica”, como salienta a Declaração Constitutiva da CPLP.

2.4.Uma Estratégia Linguística e Cultural ainda Distante

2.4.1. Estratégia Linguística

Parece tornar-se claro, por tudo aquilo que foi referido anteriormente, que a CPLP não tem, até ao momento, desenvolvido uma “estratégia linguística” no sentido estrito da expressão.

Por um lado, sem dúvida alguma que é devido à CPLP uma parte importante do reconhecimento pelo crescimento e importância mundial da língua portuguesa.

Porém, no que se refere à organização rigorosa das suas “forças morais e materiais” no cumprimento de uma estratégia a longo prazo, que responda, com eficácia, aos objectivos enunciados na Declaração Constitutiva de “incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa, potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito, nomeadamente o Instituto Internacional de Língua Portuguesa IILP”, há que convir que não se observam as características de uma estratégia.

Por certo que o positivo contributo para a difusão da língua portuguesa resulta da união dos oito países à volta do idioma.

Mas, opostamente, denotam-se fraquezas evidentes nos desacordos internos relativos à implementação do Acordo Ortográfico, no menor (às vezes inexistente) investimento de alguns dos países membros nas questões de financiamentos para planos e programas na área da língua portuguesa e das línguas nacionais, igualmente um assunto que tem vindo a merecer muito maior atenção, veja-se a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada de 25 a 30 de Março 2010, em Brasília, na inexistência, em vários dos países, de órgãos nacionais absolutamente necessários para o funcionamento estratégico (comissões nacionais, academias, etc.), bem como alguns posicionamentos que, como escreve Neves²⁵, representam “ridículos preciosismos e bairrismos das guerras do alecrim e da manjerona das suas «Academias» e dos seus «Intelectuais»”(Pinto, 2009, p. 16), e que são evidentes, sobretudo, em Portugal e no Brasil.

Dever-se-ia, então, falar mais, em pontuais programas, sem o alcance sistémico de uma visão a longo prazo, e desprovidos dos recursos materiais e humanos que lhes proporcionassem melhor e duradouro efeito.

Esses recursos materiais e humanos de que carece de modo confrangedor, o orçamento e organização do IILP, é que lhe não permitem assegurar “a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais”, como se pode constatar em toda a documentação produzida pelo mesmo, nomeadamente pela leitura das Actas dos Conselhos Científicos.

Neste ponto, pode-se afirmar que não existe estratégia e a única táctica possível, no momento, é a de continuar a solicitar e esperar que lhe sejam atribuídos os meios financeiros e

²⁵Neves, F. S. (2009). À guisa de Prefácio. Tese sobre a Lusofonia e a CPLP. In Pinto. J. F. (2009). *Estratégias da ou para a Lusofonia; o futuro da língua portuguesa*. Lisboa: Prefácio.

humanos para cumprir a missão, pois, como a vida habitual se encarrega de mostrar, sem verbas dificilmente se alcança visibilidade.

Será assim se as vontades políticas não alterarem o comportamento até ao momento demonstrado, e se continuarem a não investir na língua portuguesa.

2.4.2. Estratégia Cultural

Relativamente à estratégia cultural, a CPLP parece vir a desenvolver uma actividade mais de concertação interna de princípios, bases legais, cooperação institucional interna e comunitária entre países membros, promovendo e incentivando acções de formação cultural em áreas carenciadas (museologia, arquivística, artes cénicas, cinema, arquitectura, bibliotecas, etc.) e formação de agentes de cultura, colocando recursos informáticos, portais e bases de dados em linha, fomentando a formação em áreas carenciadas, criando concursos literários e eventos de artes plásticas, de música, etc.

Esta acção cultural atinge os oito países e chega mesmo a extravasar as suas fronteiras e a projecção da Lusofonia tem ganho muito em termos de expansão e conhecimento internacional.

Parece, pois, à primeira vista, assemelhar-se mais a uma ‘estratégia de bons ofícios’ esta atitude da CPLP na área cultural, pois que não lhe compete, como é óbvio, ser a promotora/realizadora de eventos, mas sim a facilitadora e incentivadora da cultura que cabe à sociedade civil desenvolver.

Neste sentido, o facto de, desde a reunião de Ministros da Cultura de Luanda, em 2005, se ter vindo a insistir na “vertente económica da cultura” e na necessidade de se angariarem patrocínios junto da sociedade civil, bem como, anteriormente, na 1ª reunião de Ministros da Cultura (Estoril, 2000), de se ter proposto um Fundo Cultural CPLP pode-se considerar que, do ponto de vista filosófico, a estratégia poder-se-ia considerar virtualmente correcta.

Porém, é forçoso reconhecer que dos inumeráveis planos e projectos imaginados e propostos por todos os países e desejados como boas ideias para a Comunidade, muito poucos se têm conseguido impor e morreram muitos deles por falta, mais uma vez, de recursos materiais e técnicos e/ou humanos.

Também aqui, embora com menor relevância, não se denota uma estratégia cultural plena e a longo prazo, antes, algumas vezes, se manifestam diversas tácticas parcelares e com origens diversificadas nos vários países, tentando dar resposta a necessidades sectoriais e não

comuns, dado o estado desigual de interesses e de desenvolvimento dos diferentes países membros.

Parece poder concluir-se, então, que também no âmbito cultural, tal como no linguístico, se torna necessário repensar a filosofia e a prática da CPLP, no sentido de tornar mais eficientes estes dois domínios fundadores da Comunidade e de se lhes atribuírem os meios materiais, técnicos e humanos necessários para a realização de programas e estratégias de clara definição linguística e cultural lusófonas, definidas, mobilizadoras e factíveis num e noutro campo.

Não obstante, não é possível deixar de se considerar que é extraordinário o intercâmbio cultural que toda a sociedade civil promove, muito dele sob os auspícios da CPLP, e que o conhecimento que os Povos da CPLP têm uns dos outros, em catorze anos, como já se referiu, foi altamente potenciado pelo simples facto do funcionamento da CPLP e das portas ao conhecimento mútuo que ela abriu.

No que diz respeito à proliferação de reuniões físicas que têm exigido deslocações geográficas frequentes e esgotantes de recursos materiais e humanos no âmbito da CPLP, parece ser oportuno considerar que uma forma de funcionamento mais tecnológica e mais de acordo com a contemporaneidade, poderia, eventualmente, ser geradora de grandes poupanças e de sinergias a aplicar em estratégias sólidas, claras e de longa visão.

É sobre esse prisma que no terceiro capítulo se abordará, também, essa questão, tentando contribuir para a reflexão relativa à optimização de estratégias e recursos para a expansão e reforço da língua portuguesa e das culturas lusófonas.

Em jeito de conclusão, parece possível afirmar que a CPLP, neste momento, não possui, ainda, os instrumentos institucionais, os recursos humanos e os apoios político-financeiros imprescindíveis para realizar uma estratégia eficiente e a longo prazo nas áreas acabadas de mencionar.

Ou seja, a filosofia linguístico-cultural da CPLP ainda não acertou na definição exacta do seu objecto com vista à realização da estratégia mais conveniente nessas duas áreas, para depois se dedicar à implementação rigorosa e firme de suporte à aplicação das medidas mais ajustadas.

CAPÍTULO 3 – CPLP: CONTRIBUTOS PARA UMA MELHOR ESTRATÉGIA CULTURAL: LER A HISTÓRIA, PRATICAR A INTERCULTURALIDADE, REORGANIZAR A ESTRUTURA

3.1. Origens das Culturas Lusófonas:

Expansão portuguesa, Miscigenação, Colonialismo, Independência e Colonialidade

3.1.1. Expansão Portuguesa, Interculturalidade, Miscigenação Física e Cultural

Na introdução de *O império marítimo português*, Plum (2001, p.11) escreve que “o império português é um dos maiores enigmas da história”. E acrescenta outra observação pertinente sobre uma característica dos exploradores e capitães portugueses, “o fascínio pela observação exacta”, ao mesmo tempo que, também refere, com razão, que “a cobiça pelas riquezas e o fervor por Deus nunca estiveram em conflito, nem foram inconstantes” e, ainda, que “nada foi deixado ao acaso nos descobrimentos. Foram deliberados, bem programados e audaciosamente executados: uma alta inteligência técnica foi posta ao serviço de Deus e do lucro” (Plum, 2001, pp.13- 15).

Torna-se, por tais motivos, oportuno realizar uma explanação relativamente aos processos históricos, políticos, económicos e sociais que estão na origem da formação das características daquilo a que se dá o nome de “culturas lusófonas”.

Para tal, far-se-á um breve apontamento sobre a História do país que está na origem da expansão da língua portuguesa – Portugal – e dos laços adaptados, de cada vez diferentemente, às circunstâncias da geografia e de culturas e civilizações dos povos com que os portugueses se depararam e com quem interculturaram.

À partida para a expansão marítima no princípio do século XV, contava Portugal com cerca de um milhão de habitantes, uma população manifestamente diminuta para a dimensão incomensurável do domínio abarcado nos 150 anos subsequentes, em terra e no mar.

A tentativa de resolução do problema da ocupação de territórios tão extensos – mesmo que, como Pinto defende, a presença tenha assumido uma forma iterativa – e do domínio dos oceanos que os interligavam, de facto, encontrou naquele povo peninsular, as condições adequadas.

Compete a esta investigação atentar nos factores que contribuíram para a génese e desenvolvimento das culturas lusófonas, que se foram desenvolvendo pelos cinco continentes

e que, em pleno século XXI, se manifestam com a força e a pujança dum renascimento linguístico e pluricultural, autêntico e criativo que conduziu à criação da CPLP e que nem sempre tem merecido o reconhecimento justo, mesmo da parte dos próprios lusófonos que deveriam ser os seus interessados em primeiro lugar.

Assim, começou-se pelo aproveitamento económico dos arquipélagos da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, todos desabitados aquando da descoberta, e onde vigorou o sistema de capitánias-donatárias, e pela instalação inicial do mesmo sistema de donatarias no imenso Brasil, habitado por índios em infantil estágio cultural e num estágio diferente de civilização.

Prosseguiu-se pelo recurso às conquistas, manutenção e construção de praças fortes-militares que percorriam a costa de África, primeiro a Noroeste até à Guiné, em Ceuta, Tânger, Arzila, Azamor, Safim e na feitoria de Arguim, e depois com entrepostos comerciais e portos pelo golfo da Guiné e costa ocidental, geralmente fortificados, em São Jorge da Mina, Benim, Fernando Pó, São Tomé, São Salvador do Congo, logo seguidos do mesmo processo na costa oriental africana, tendo, aqui, como rivais acérrimos, variados povos islamizados, árabes, indianos e africanos, em Sofala, Moçambique, Quíloa, Zanzibar, Mombaça.

E a acção expansionista dos descobrimentos, conquistas e de relações comerciais continuou, estendendo-se ao Médio Oriente. Agora os adversários eram egípcios, turcos e persas, na Etiópia, Adém, Socotorá (entrada do Mar Vermelho), Mascate e Ormuz (embocadura do Golfo Pérsico), os quais levaram à necessidade de construção de fortalezas nos pontos-chave estratégicos para o comércio.

Seguiram-se a Índia e o Extremo Oriente, desta vez com o contacto com indianos, chineses e japoneses em Calecute, Cochim, Ceilão, Bombaim, Diu, Damão, Chaúl, Mangalor, Cananor Cantão, Sucheu, Liampó, Tanegashima e, finalmente, a Oceania, sobretudo com javaneses, indonésios e malaios, em Malaca, Sião, Papua Nova Guiné, Macaçar, Timor, Ternate e Molucas.

A já citada introdução de Plum (2001, p.1) reafirma a narração anterior:

“em meados do século XVI, os Portugueses dominavam parte do mundo e do comércio superior a qualquer outro país. A África, com as cadeias de postos comerciais e de fortes que chegavam ao Oriente e, para Sul, às costas ocidentais; o domínio de grandes portos em Ormuz e Goa deu-lhe o controlo do valioso comércio do golfo Pérsico e do oceano Índico. Feitorias em Ceilão e na Indonésia colocaram o comércio das especiarias nas suas mãos. Firmemente estabelecidos na China e no Japão, traziam para a metrópole navios carregados com as sumptuosidades do Oriente – sedas, porcelana, laca.”

No entanto, a lista não é exaustiva e apenas se refere aos contactos portugueses até 1542.

A partir do século XVI, com o processo de colonização efectiva da Índia e a transformação de Goa em centro capital do império oriental e de domínio do comércio marítimo das especiarias, os portugueses realizaram, de facto, uma acção de trocas multiculturais (muitas delas de espécies agrícolas e pecuárias e conhecimentos científicos) sem paralelo na História do Mundo que, com os séculos, viriam a metamorfosear-se em trocas interculturais.

Ou seja, de toda a panóplia de relações comerciais, militares, de proselitismo cristão e de políticas de alianças se teceram, aqui diferentemente dali, mas sempre atentamente diferenciados e de forma global, os relacionamentos interculturais, estando presentes do outro lado variadíssimas culturas e civilizações até então desconhecidas.

Esta abertura ao outro, à curiosidade, à facilidade do contacto e do entendimento que os portugueses traziam nos genes de povo-charneira do Sul da Europa sempre visitado por outras culturas e civilizações, ensinaram-lhes, para sempre, o gosto das diferenças e aventuras.

Tornava-se, entretanto, impossível aos portugueses a manutenção de tão extensas áreas de ocupação territorial e marítima, até porque, tendo, já anteriormente em 1494, celebrado com a Espanha o Tratado de Tordesilhas, que dividia o globo terrestre ao meio entre as duas nações ibéricas no que dizia respeito ao domínio dos mares e terras descobertas e a descobrir, denunciava já no horizonte, a discordância das nações que ficavam de fora e a abertura de várias zonas de conflito.

De facto, quando holandeses, ingleses e também franceses, com início nos finais do século XVI, resolvem imitar portugueses e espanhóis lançando-se ao mar, na cobiça das riquezas americanas, africanas e asiáticas, aquelas potências não tiveram qualquer reboço em menosprezar “os direitos” adquiridos por quem chegou e se instalou primeiro.

Para tal, invocam a caducidade da teoria do *mare clausum* de que Portugal e Espanha exerciam o usufruto e que atribuía às duas potências o domínio exclusivo dos mares nas zonas demarcadas por Tordesilhas.

Foi, então, proposto pelo holandês Hugo Grócio (1606) no tratado *De Mare Liberum* novo conceito de que o mar oceânico era livre de ser navegado por todas as nações, o que imediatamente fez seguir o ataque de corso e pirataria holandesa e inglesa às rotas e barcos espanhóis e portugueses, por parte, sobretudo das novas companhias majestáticas formadas para comércio transoceânico.

Perante tais ataques de potências europeias e o descomunal esforço de guerra para manutenção dos enormes territórios, situados a distâncias incomensuráveis, o império português foi incapaz de manter a integridade e começou a ceder.

Para agravar, a situação interna de Portugal atravessou uma gravíssima crise dinástica que provocou a união com a Espanha, de 1580 a 1640. Deste facto resultou um enfraquecimento geral das defesas dos territórios da coroa portuguesa, pois que a Espanha mantinha, precisamente, com holandeses, ingleses e franceses um aceso contencioso bélico, uma vez que esses povos eram inimigos do pretenso hegemonismo espanhol – europeu e dos mares – tendo-se tornado esta questão mais um forte motivo para que, do ponto de vista militar e administrativo, os depauperados territórios portugueses ultramarinos, em alguns casos, não se pudessem defender dos ataques perpetrados pelos inimigos da Espanha, respaldados nesse mesmo conflito.

Assim, várias regiões do Brasil²⁶, São Tomé e Príncipe e Angola, por exemplo, caíram sob domínio holandês e só foram recuperadas após a restauração da independência, em 1640.

De igual modo, muitas praças portuguesas no Oriente foram atacadas por holandeses e outras ainda, alienadas por tática, ou por alianças estratégicas.

Boxer (2001, p.118-119) relata:

“O conflito luso-holandês que começou com os ataques a Príncipe e a São Tomé, em 1598-1599 só terminou com a conquista das colónias portuguesas do Malabar em 1663 (...) entretanto, os holandeses devastaram sistematicamente o comércio português asiático desde o golfo Pérsico até ao Japão, e destruíram grande parte da longa cadeia de colónias costeiras portuguesas, conquistando-as uma a uma. Malaca (...) caiu finalmente em Janeiro de 1641. Entre 1638 e 1658, conquistaram os entrepostos portugueses situados na costa de Ceilão; e as suas conquistas asiáticas terminaram com a tomada de Cochim e de outras posições portuguesas na Costa do Malabar, em 1663.”

Durante os séculos XVII e XVIII continua a desagregação do império português oriental, com a excepção de Goa – a Roma do Oriente – foco irradiador de miscigenação cultural, através da conversão, embora muitas vezes forçada, ao catolicismo e da utilização da língua portuguesa.

E a atenção do Reino voltou-se, então, para a grande colónia do Brasil. Aí se desenvolveu a cultura do açúcar, com o recurso à mão-de-obra escrava trazida de África pelos traficantes negreiros, ao mesmo tempo que se foi formando uma nova realidade cultural, fruto da mestiçagem de índios, portugueses e africanos.

Outra vez a aplicação da interculturalidade!

²⁶ Apesar de os holandeses dominarem 7 das 19 capitanias do Brasil em 1630, nunca conquistaram todo o território do Brasil.

Confrontados estes informes geográficos, religiosos e económicos que presidiram ao inicial movimento expansionista português e europeu, com as resultantes culturais que se lhes seguiram, podem colher-se variadas opiniões e teorias, de inspirações doutrinárias divergentes, mas, procurando a isenção inteligente e afastada de paixões ideológicas, devem-se reter as ideias e conclusões dos estudiosos que se vêm debruçando sobre esta História dos descobrimentos, passo primeiro para a globalização.

Assim, Gilberto Freyre reclama para o tipo português o conglomerado das características geográficas, étnicas, religiosas, culturais que dele fizeram o descobridor-aventureiro-colono, individualizado e especial, diferente de todos os outros europeus. E passa revista pelo passado intercultural que levou à formação do povo português, reconhecendo o papel das invasões “de celtas, germanos, romanos, normandos – o *anglo-escandinavo Homo Europaeus*, o feudalismo, o cristianismo, o direito romano, a monogamia”, mas explicando que esses elementos sofreram “restrição ou refracção num Portugal influenciado pela África, condicionado pelo clima africano, solapado pela mística sensual do islamismo.” (Freyre, 1957, p.18)

Os fenómenos de miscigenação cultural no Brasil, porque tiveram a acção concomitante de três identidades civilizacionais (ameríndia, europeia e africana), como maior país lusófono e o primeiro que ascendeu à independência política, merecem uma atenção especial.

Assim, Freyre classifica os portugueses na colonização do Brasil, como um povo indefinido entre a Europa e a África que trazia consigo a influência africana “ferendo sobre a europeia” (Freyre, 1957, p.18), enfim, um povo em que o quente ar africano amoleceu as durezas das instituições, as formas de cultura, a rigidez doutrinária e moral do catolicismo medieval, do direito visigótico e do latim e modelou o carácter.

Convém, igualmente, deixar aqui uma outra característica muito típica da colonização portuguesa e não verificada do mesmo modo e com tal profusão nos outros povos colonizadores: dada a necessidade extrema de povoar terras e não tendo braços suficientes para tal tarefa, os portugueses, logo de imediato, se predispuseram a fazer casamentos com as mulheres nativas, e assim, por todos os territórios de expansão, apareceram os mestiços, os verdadeiros motores da mestiçagem intercultural desencadeada nos espaços que hoje são os da Lusofonia.

E as manifestações de racismo que existiram, como proibições sociais, religiosas, culturais, elas mesmas foram, em muito, suplantadas pela aportação, mistura e cruzamento de

culturas, valores e epistemologias que caldearam as diversas culturas lusófonas, através da utilização da língua portuguesa.

Freyre (1957, p.22) refere: “A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses se compensaram da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas”, ou, com mais pormenor, “pelo intercuro com mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele, puro, ao clima tropical” (Freyre, 1957, p.25), embora, não se possa esquecer que na Índia, também aconteceu essa miscigenação com as mulheres indianas, como, aliás, a política e o exemplo de Afonso de Albuquerque se encarregam de provar.

E, voltando ao Brasil, que resultou disso tudo?

O povo brasileiro é construído numa complexidade civilizacional inquestionável, onde os elementos em contacto estão imbuídos de tempos social e psicologicamente diferentes por parte das três civilizações em presença. Têm, pois, aí, lugar fenómenos especiais de colonização.

Freyre (1957, p.97) reconhece que “com a intrusão europeia desorganiza-se entre os indígenas da América a vida social e económica; desfaz-se o equilíbrio nas relações do homem com o meio físico. Principia a degradação da raça atrasada ao contacto da adiantada”.

Porém, logo a seguir, admite que “essa degradação segue ritmos diversos, por um lado conforme a diferença regional de cultura humana ou de riqueza do solo entre os nativos – máxima entre Incas e Aztecas - e mínima nos extremos do continente [entenda-se Brasil]; por outro lado, conforme as disposições e recursos colonizadores do povo intruso ou invasor.”

No final do século XVI a colonização do índio era um facto. Já havia perdido a sua liberdade selvagem gozada antes da chegada dos portugueses, mas ainda conservava, mesmo assim, algumas das suas prerrogativas civilizacionais e morais: os seus interesses vitais pela caça, a pesca, a guerra, o seu misticismo com as águas, a mata, os animais. O desenraizamento total viria, apenas, com a introdução colonial da monocultura latifundiária do açúcar.

Freyre (1957, p.159) sentencia, mesmo, que “o açúcar matou o índio”.

O terceiro elemento cronológico – que não em importância cultural e sociológica – da miscigenação levada a cabo no Brasil, foi a chegada dos escravos provenientes de África.

Enders (1997, p.44) afirma que “entre 1502 e 1860, nove milhões e meio de africanos são deportados para as Américas”, sabendo-se, no entanto, que não foram todos para a cultura

do açúcar brasileiro, pois muitos deles eram destinados às explorações de prata e ouro nas possessões sul-americanas espanholas ou às Antilhas e América do Norte.

O que releva, aqui, neste Brasil gigante, é toda a carga cultural que os escravos negros trouxeram e souberam adaptar e miscigenar com índios e com europeus.

Freyre (1957, p.278) pinta deste modo as aportações culturais trazidas pelos negros: “na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de embalar meninos pequenos, em tudo o que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra.”

Um olhar rápido sobre as outras “presenças portuguesas” na África e no Oriente volta a definir um modo peculiar que, embora diverso nas suas facetas concretas, manteve uma unidade de estruturação cultural que é transversal às características do povo português colonizador, como já foram referidas, em qualquer ponto onde tenha chegado.

Em África, coexistiram algumas formas específicas de aproveitamento e gestão de terras e recursos, desde logo, os fortes quase exclusivamente militares no Norte e até às costas da Guiné, e a partir daí para Sul, as feitorias comerciais fortificadas, para além de muitos pontos de cabotagem comercial. Nos primeiros contactos costumavam os portugueses deixar nos locais onde tocavam, alguns “lançados” ou “tagomãos” que, geralmente, como escreve Freyre (1957, p.47) “foram completamente assimilados pelos nativos, prescindindo de roupas, tatuando-se, falando os dialectos locais e participando até em ritos e celebrações feticistas”. A facilidade dos contactos, por vezes, vai até à completa imersão social.

Já em Cabo Verde o mesmo autor Freyre, (1953, p.239) comenta que o seu contacto inicial com o arquipélago o faz pensar “na miscigenação que aqui foi ensaiada de modo intenso pelo português, com judeus e, notadamente, com negros, antes de ser desenvolvida, na América tropical, sobre o lastro ameríndio. O primeiro caldeirão de ensaio dessa aventura étnica foi esta ilha de São Tiago...”

Já na Guiné a imposição da autoridade portuguesa foi complicada, pois existiam muitos grupos e etnias diferentes, em conflito constante entre si, o que, se por um lado transformou a região em lugar de fácil tráfico de escravos, igualmente a tornou local de dificuldade para a ocupação portuguesa, passada a época da escravatura e iniciada a colonização moderna, como se verá adiante, situação que exigiu um elevado número de campanhas de pacificação.

Em Angola, os portugueses estabeleceram relações políticas, diplomáticas, comerciais e religiosas primeiro com o Rei do Congo, que foi cristianizado, e depois com o reino

Mbundu de Ndongo e com o reino de Ngola. Em todos estes casos, as relações foram pautadas por períodos de concórdia seguidos de períodos de guerra, num xadrez de interesses complicados, na generalidade favorável à presença dos portugueses, mas sempre com grande instabilidade latente. Desta instabilidade, no entanto, resultou uma maior facilidade para o comércio de escravos, geralmente resultante dos despojos humanos dos vencidos nas guerras.

Em Moçambique, onde a colonização se processou em contacto com nativos e com indianos islâmicos que ali se tinham estabelecido, a presença portuguesa fez-se sentir sobretudo na costa, em pontos-chave de apoio marítimo às navegações da carreira das Índias.

Na Índia, particularmente em Goa, sede do poderio português no Oriente, a aliança entre o poder político e o eclesiástico, onde a Coroa Portuguesa se assumia com o inelutável direito de espalhar a fé católica apostólica romana e o poder secular do Estado podia ser utilizado para sustentar o poder espiritual da Igreja, foram cometidos muitos abusos, tais como a demolição de templos hindus, proibições de culto muçulmano, expulsão dos não-cristãos, destruição de livros sagrados como o Alcorão e proibidas certas práticas religiosas não-cristãs, ou seja, existiu, a par da miscigenação cultural, uma intransigência religiosa que não se verificou noutros locais colonizados ou ainda em locais de estabelecimentos comerciais, nas Molucas, China e Japão.

Convém não deixar de referir o papel de extrema importância desempenhado pelos membros da Companhia de Jesus, os jesuítas, por toda a extensão dos territórios do império português: nos arquipélagos atlânticos, no Brasil, na Índia, na China (Macau, cidade cedida pelo Imperador a Portugal, em meados do século XVI), no Japão (meados do século XVI) e na África também.

O papel dos jesuítas passava pela catequese e doutrinação e pelo ensino das letras e das ciências e da língua portuguesa – língua do comércio –, na formação de sacerdotes e missionários, com uma boa preparação intelectual, embora também, muitas vezes com a atracção e apetência pelo poder que, por ter sido levada a algumas formas de exagero, os desacreditaram politicamente, até serem extintos, em 1773 pelo Papa Clemente XIV, acedendo ao pedido de vários monarcas europeus.

Só em 1814 o Papa Pio VII restaurou a Companhia de Jesus e ela pode retomar o seu percurso.

No entanto, outras ordens religiosas participaram igualmente nesta global evangelização, como os franciscanos e os dominicanos.

Chegou-se, assim, ao século XIX, continuando a suceder a fragmentação do império português, então sujeito à evolução do pensamento e das ideias do iluminismo e da revolução francesa, duma nova visão do mundo, do nascimento do liberalismo, da industrialização, do capitalismo.

Com o nascimento dos Estados Unidos da América pela Declaração da Independência de 4 de Julho de 1776, abriram-se as portas às independências do Brasil (1822) e das colónias americanas espanholas.

As colónias portuguesas em África, entretanto, estavam quase abandonadas.

Tornava-se necessário redistribuir os territórios coloniais de África, manancial de matérias-primas necessárias à industrialização da Europa e Estados Unidos.

A miscigenação física e cultural, fazia o seu caminho pelas vias da interculturalidade, sobretudo no Brasil, enquanto a África se mantinha adormecida.

3.1.2. Colonialismo Português – Onde Também Nasceu Empatia

A partir de 1830 a África apresentava-se perante as potências europeias como um vastíssimo território, repleto de condições naturais tais como matérias-primas e mão-de-obra barata, apetecíveis pelo sistema saído da revolução industrial. A Inglaterra, a grande potência mundial, impunha a Portugal e ao Mundo o fim do comércio negreiro. Na verdade, Portugal já tinha abolido a escravatura em 1761 pelo Marquês de Pombal, mas nas colónias continuava a haver e, efectivamente, a abolição completa no império português só aconteceria em 1869.

Por outro lado, a expansão colonial das nações europeias exercia forte pressão pela posse dos territórios africanos e Portugal, com a guerra civil que sucedeu ao liberalismo, encontrava-se em grande dificuldade para exercer uma política colonial de ocupação territorial de tipo moderno e eurocêntrico, pré-capitalista.

A fim de se esclarecerem as condições necessárias à partilha dos territórios africanos e à sua efectiva ocupação, reúne-se em finais de 1884 e em 1885, a Conferência de Berlim. Enders (1997, p. 65) explica que a conferência se contentou em definir a “colonização efectiva pela *«existência de uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e, se necessário, a liberdade de comércio e de trânsito.»* Ao lado da noção de *«colonização efectiva»* emergia a de *«esfera de influência»*” e foi graças a esta última que se tornou possível “a partilha de territórios ainda desconhecidos.”

Em seguida, uma série de comissões mistas das diversas potências europeias foram encarregadas da delimitação das fronteiras entre os espaços coloniais e diversos tratados realizaram as respectivas ratificações.

O mapa de África é o resultado desta divisão feita a régua e esquadro e que dividiu o mesmo povo por várias soberanias.

Dava-se início oficial ao colonialismo moderno. Os povos que ficaram debaixo da «acção civilizadora europeia» foram submetidos ao colonialismo económico das respectivas potências coloniais, com o recurso da mão-de-obra indígena barata para o trabalho, o desenvolvimento de uma economia de tipo capitalista, e com atitudes menosprezadoras das respectivas etnias, culturas, tradições e civilização.

Assim se passou a tentar administrar as colónias portuguesas no final da monarquia e, a partir de 1910, com a natural continuidade de processos após a instauração da república.

De facto, a I República foi tão colonialista como a Monarquia e, aliás, muito do seu prestígio junto das populações resultara da forma como responsabilizara o rei pelo «abandono» a que votara o Ultramar, designadamente aquando do Ultimato Inglês.

Os povos autóctones não são tidos nem achados e tentam, quando possível, resistir às arbitrariedades a que as potências coloniais os sujeitam. O espírito do colonizador é capitalista e este sente-se com um mandato «civilizador».

A visão era eurocêntrica e o resto do mundo (África) era «selvagem». Tornava-se necessário «civilizar» e «desenvolver» - o fardo do homem branco – e para isso, «ocupar» e «dominar». Portugal, cuja fraqueza política, militar e económica, no contexto europeu das grandes potências era menosprezado, reagia na medida das suas possibilidades para não ser esbulhado do seu «império» de vários séculos.

Enders (1997, pp.70-72) refere esse esforço por parte de Portugal e assinala que:

“Entre 1841 e 1920, René Pélissier recenseou pelo menos 72 campanhas na Guiné e 160 em Moçambique, de 1854 a 1916. No decurso do último decénio do século XIX, 45% do orçamento de Angola, que é a colónia onde o esforço de guerra é mais importante, é gasto com as operações militares. A pacificação exige aí a presença de 40.000 homens entre 1848 e 1926. A submissão do Sul de Angola, e particularmente dos Ovambos, necessita das expedições metropolitanas até 1915”.

E, depois de afirmar que as grandes rebeliões em Moçambique foram até ao fim do século XIX, informa que a pacificação só terminou “nos anos 20 em Angola e na Guiné, mas o exército português teve ainda que acabar com alguns casos isolados, como no arquipélago dos Bijagós (Guiné) em 1936, ou intervir contra as populações Herero no Sul de Angola, em 1941”, ambos já durante o Estado Novo.

De facto, a instabilidade da I República chegou ao fim com a revolta militar de 28 de Maio de 1926 e a posterior instauração do Estado Novo, um regime de ditadura que apregoava a indissolubilidade do império português, do Minho a Timor.

Entretanto, com a criação dos dois blocos saídos das duas guerras mundiais, o bloco liberal capitalista ocidental, comandado pelos Estados Unidos da América e o bloco socialista colectivista, comandado pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) nasce a chamada bipolarização e a consequente guerra fria, definida por Aron como período de guerra impossível e paz improvável.

Proclama-se na ONU (criada em 24 de Outubro de 1945), designadamente no artigo 73.º da Carta, uma política descolonizadora, que seria confirmada pela Resolução 1514 (14 de Dezembro de 1960) sobre o direito de todos os povos à autodeterminação e as duas super-potências esmeram-se na procura da hegemonia mundial, pretendendo atrair para a sua órbita de influência os países do terceiro mundo que acederam à independência através da manipulação política e económica a que se dá o nome de neocolonialismo.

Em Portugal, o regime do Estado Novo jamais permitiu a discussão das independências e, numa tentativa de justificação da «perenidade» de pertença das colónias ao espaço nacional, criou, em 1946, ao Estado Português da Índia e, depois, em 1951, atribuiu às outras colónias, a designação de «províncias», alterando o conceito ultramarino português – mas não a política –, como forma de evitar ser considerado uma potência colonial perante os *fora* internacionais.

Tentou-se, então, desenvolvê-las economicamente, mas com erros estratégicos de uma visão e decisão políticas tomadas a milhares de quilómetros, na metrópole, e não foram exercidas medidas políticas claras e suficientes de desenvolvimento social e educacional para uma abertura do processo político e da participação social activa às populações autóctones.

Começaram as guerras de libertação nacional/colonial: Angola (1961), Guiné-Bissau (1963), Moçambique (1964) que se arrastaram até à queda do regime, em 25 de Abril de 1974, em Portugal. Seguiram-se as independências, como se referiu no primeiro capítulo deste trabalho.

Convém reflectir, agora, sobre as características deste colonialismo português, de convivências várias, díspares e globais, de uma ponta à outra do globo: amistosas aqui e agora, ali já guerreiras e imperiais, comerciais sempre, de cristianismo católico proselitista permanente, culturais em essência e civilizacionais, pela grandeza dos factos.

Como nação inserida no ocidente europeu, Portugal, embora tivesse sido rico e grande, nunca foi potência central europeia. Periférico na sua localização geográfica na Europa do Sudoeste e tendo tido um berço onde se cruzaram tantas e tão variadas culturas, teve condições especiais para ser uma potência diferente na sua actuação pelo Mundo.

É unânime esta constatação sobre um colonialismo que, com alguma razão, podemos aceitar incluir-se no chamado por Moreira (1956, p. 33) “colonialismo missionário”, em que o fim do poder político colonizador “pretende exercer uma acção civilizadora sobre o território e os seus indígenas, aceitando, por isso, a legitimidade dos interesses destes”.

Encontramo-nos, portanto, longe da noção de “colonialismo de espaço vital”, que Moreira igualmente define e distingue como aquele que se pratica quando o colonizador apenas reconhece o carácter instrumental do povo colonizado e a que Césaire (1978) se referia como coisificação do colonizado.

Este colonialismo português foi temperado pelas influências que recebeu, transportou e retornou e que todas juntas moldaram de arabescos, indianismos, africanismos e orientalismos a sua matriz europeia e cristã e que nunca mais foi a mesma, sempre em mutação, sempre se cruzando, sempre curiosa e adaptável, permitindo o diferente, predisposta à amizade, ao cruzamento de culturas e ciências e à criação do Mundo global.

Sendo certo que todas as colonizações tiveram a sua especificidade, não parece, no entanto, ter havido outra forma de colonização que igualasse a portuguesa, na forma de se relacionar com e de aceitar o Outro. Por certo que houve colónias de outras potências, onde o crescimento económico terá sido mais forte e evidente do que aquele que se verificou em todas as colónias portuguesas, porém restará investigar à custa de que tipo de desenvolvimento humano.

Venâncio (1999, pp.12-13) esclarece que a colonização portuguesa sempre foi privada do grande capital e que os colonizadores emigrantes eram pobres e não exerciam nem distinções de classe, nem rácicas e “daí que se tenha, então verificado uma mestiçagem, quer biológica, quer cultural, particularidade que se constitui em factor de diferenciação entre o colonialismo português e os seus parentes europeus ricos, o caso do colonialismo britânico, já aqui referido, e do francês”, embora reconheça muitas semelhanças entre o francês e o português.

Muito tempo antes, Freyre (1953, p.115) acentuava que o luso-tropical lhe parecia “a expressão própria a definir o que há de comum às civilizações de origem portuguesa, cuja projecção sobre áreas quase todas tropicais [eram] animadas por um sentido tropical de

paisagem, de vida, de cultura, só modificado ou alterado por variações secundárias de região ou de província.”

No que diz respeito à actualidade, Braga (1999, p.204) refere que as “civilizações luso-afro-brasileiras teriam sabido preservar formas de convívio fundamentadas na sensibilidade, que muito podem acrescentar ao novo homem do século XXI” e identifica “o espaço da Comunidade e o espaço do convívio fraterno e generoso, em que a afirmação da afectividade, longe de ser sentimentalismo piegas, é um acto de grandeza.”

Não se deve, por ser errado, considerar que o colonialismo, mesmo nos seus aspectos mais negativos de imposição colonial dura, não revelasse, no caso português, algumas vantagens que não se podem menosprezar.

O que escreve Cardoso (2005. P.27), embora se refira mais a Angola pode-se tomar como extensivo às outras colónias, pois que, o desenrolar das guerras coloniais, trouxe um crescimento vertiginoso na evolução sócio-económica das províncias:

“Tempos houve em que os benefícios da colonização foram inegáveis. A erradicação das epidemias, o fim da escravatura, a melhoria das condições socioeconómicas de algumas populações, evolução significativa nos hábitos de vestir, alimentar e habitação foram alguns dos mais significativos. Mas, a par desta acção positiva, a colonização revestiu-se de enormes defeitos e fracassos. Entre eles avultam a imposição dos costumes europeus de moralidade duvidosa, a injustiça das trocas comerciais, os preconceitos racionais, a exploração do trabalho indígena.”

3.1.3. Independência e Colonialidade

Alcançadas as independências por parte das ex-colónias, os novos países sentem-se, enfim, libertos da tutela e poder coloniais e iniciam uma viagem de recuperação de memórias.

Os efeitos da colonização e da dominação, no entanto, não desaparecem no momento da conclusão da fase de transição de poder, muito menos quando o tempo do exercício colonial se reveste da grande duração do caso português, mais uma característica da sua especificidade.

Berstein (1999, p. 4) escreve:

“ L'étude des formes politiques de la domination, au temps des empires coloniaux, apparaissait assez dépourvu de signification, dans la mesure où celles-ci étaient imposées de l'extérieur. Avec quelques nuances, l'observation vaut naturellement pour les pays devenus indépendants du fait de la décolonisation, mais qui doivent faire face à des problèmes de subordination économique ou culturelle et dont l'archaïsme des structures sociales renvoie aux régimes autoritaires traditionnels.”

Pode-se, então, introduzir neste trabalho o termo «colonialidade».

Este conceito é tratado por Quijano (2009, pp.74-75), ao estabelecer as ligações de nexos entre capitalismo, eurocentrismo e colonialidade. Segundo ele, a colonialidade

representa um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista que se sustenta “na imposição de uma classificação racial/étnica da população do Mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal.”

Ainda de acordo com Quijano, a origem desta colonialidade de pensamento, terá sido no século XVII, na Holanda e Inglaterra, não lhe sendo alheios os filósofos que então evolucionavam o sistema medieval tomista, substituindo-o por novas filosofias e teorias do conhecimento – Descartes, Espinoza que era português, Locke e Newton. Desse universo de intersubjectividades, nasceu um novo modo de produzir conhecimento que estava de acordo com as necessidades do capitalismo: a medição e a objectivação do cognoscível em relação ao conhecedor, para que fosse possível o controlo das relações dos indivíduos com a natureza e com a propriedade dos meios de produção.

Quijano afirma que o eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a postura cognitiva dos europeus ou capitalistas, mas também do conjunto dos educados sob a sua tutela.

Esta constatação reveste-se da maior importância para a compreensão do fenómeno cultural presente nos países que no seu passado sofreram as consequências do colonialismo e hoje acederam à independência política.

Moreira está em sintonia com este pensamento quando, rigoroso, afirma (2006, p.166):

“Existe uma herança colonial que se traduz em fronteiras físicas artificialmente impostas pelo colonizador, a tradição curta de menos de um século de sujeição de populações diferentes a uma autoridade exterior unificadora, a necessidade de comunicar dentro desse espaços usando uma língua alienígena. Se quisermos usar a conhecida distinção entre *comunidades* e *sociedades* temos em cada território algumas centenas ou milhares de *comunidades* sem qualquer fenómeno de *sociedades* que estabeleçam um tecido social conjuntivo entre elas.”

No caso dos países lusófonos africanos e de Timor, confirmou-se a regra da herança dos territórios sem discussão, como Moreira igualmente refere, quando afirma que os novos regimes de forma nenhuma aceitaram alterar as fronteiras herdadas do colonizador, e passaram a dirigir um território independente, onde se incluem as populações que as potências coloniais ali consentiram, sem qualquer tradição comum, a não ser a da própria sujeição colonial.

Por isso, fala nos «projectos nacionais» com que os novos dirigentes políticos projectam controlar os vários grupos e construir uma nação, no sentido ocidental.

As situações político-culturais dos novos países, no momento do seu arranque para a independência, igualmente se definiam de acordo com o panorama geral das outras heranças colonizadoras, se bem que com as diferenças características específicas dos contactos históricos de duração muito mais longa no caso da relação colonial portuguesa, e tendo em conta a realidade distinta de cada território.

Moreira chama a atenção, igualmente, para um outro facto da maior relevância para a formação de uma nação e que consiste na co-existência no espaço nacional, de variados grupos heterogéneos que não são possuidores de uma língua geral comum e que, por esse motivo, tem de aceitar a língua do colonizador como meio de comunicação. E afirma, peremptório que “para além desta herança colonial não existe nada que possa corresponder a uma solidariedade equivalente à de uma comunidade nacional” (Moreira, 2006, p. 350).

Trata-se do factor língua como factor de unidade nacional.

E, naquilo que diz respeito à formação cultural dos quadros governantes dos PALOP, é público e sabido que, tendo esses dirigentes dos movimentos de libertação, enquanto estudantes, realizado os seus estudos em universidades e meios ocidentais, sobretudo europeus, foi aí que apreenderam a importância dos nacionalismos e os adoptaram como ideias matrizes dos seus pensamentos ideológicos. Quando passaram à acção contra os colonizadores, “assumiram, então, uma herança colonial que não incluía a nação” (Moreira, 2006, p. 350).

Tendo em conta o panorama acabado de descrever e os factores económico-capitalistas da globalização, faz sentido aceitar a tese de Santos (2009, pp. 7-13) de que as relações sociais são sempre culturais (intra-culturais ou inter-culturais) e políticas, isto é, representam distribuições desiguais de poder, de que não há epistemologias neutras e que o colonialismo se traduziu numa dominação epistemológica, muito desigual de saber-poder, que refere como o que “conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade”.

Porém, no caso da Lusofonia e das respectivas e variadas culturas lusófonas que a compõem parece correcto aceitar a tese que para lá do multiculturalismo²⁷ – quando pressupõe a existência de uma cultura dominante que aceita, tolera ou reconhece a existência de outras culturas no espaço cultural onde domina –, a colonização portuguesa juntou a interculturalidade²⁸ – quando pressupõe o reconhecimento recíproco e a disponibilidade para

²⁷ Vd. Santos (2009, p.9; nota 1)

²⁸ Idem.

o enriquecimento mútuo entre várias culturas que partilham um dado espaço cultural –, pois só assim se pode compreender a identidade lusófona como especial entre todas as comunidades internacionais.

Ou seja, partindo dum fraco capitalismo, a colonização portuguesa não se apresentou tão racista e segregacionista como outras.

3.1.4. Pensamento Abissal

Parece pacífico aceitar o princípio defendido por Boaventura Sousa Santos²⁹ de que a dominação económica, política e cultural, fruto do capitalismo e aplicada pelo colonialismo, conduziu a determinadas hierarquias de conhecimentos, e ainda mais, a tese de que o capitalismo global é hoje mais um regime cultural e civilizacional do que um modo de produção, abarcando domínios sociais impensáveis há pouco tempo: a família, a religião, a gestão do tempo, a capacidade de concentração, o mérito a moral, etc., com reflexos nos comportamentos sociais contemporâneos.

Estas reflexões colocam-se na base da teoria do ‘pensamento abissal’ que, essencialmente, consiste num sistema de distinções de realidades, visíveis umas e invisíveis outras, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis.

A realidade social encontra-se dividida entre dois pólos: «o deste lado da linha» e o «do outro lado da linha» que se poderiam traduzir, por sinonímia, por «sociedades metropolitanas» *versus* «territórios coloniais».

O primeiro pólo esgota o campo daquilo que conta e é importante – o Estado, a legalidade e a ciência moderna –, detém a verdade, a paz e os valores e mantém um paradigma da sociedade ocidental, baseado numa tensão constante entre um pilar da regulação social – e princípio de Estado, princípio de comunidade e princípio do mercado – e o outro pilar da emancipação com três lógicas da racionalidade: a estético/expressiva: artes e literatura; a cognitiva: ciência e tecnologia; e a moral: prática da ética e do discurso.

Uma outra característica deste pólo é a posição de que o seu direito é que demarca o que é legal ou o que é ilegal, isto é, é esse direito que define o que existe e o que não existe, e a ciência moderna que desse pólo também faz parte, monopoliza a distinção entre o verdadeiro e o falso, subalternizando os outros conhecimentos alternativos, como a Filosofia e a Teologia.

²⁹ Este princípio é apresentado em Santos (2009, pp. 23-71).

No «outro lado da linha» nos tais «territórios coloniais» aplica-se uma outra dicotomia: a da "apropriação/violência".

Aqui não existe conhecimento real: existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjectivos.

Tudo o que acontece e se produz ali, no «outro lado da linha», é invisível não-aproveitável, não existe, não tem lei.

Ora, tudo isto tem a ver não só com a justificação da posse dos territórios coloniais, pois que nas teorias filosóficas do contrato social dos séculos XVII e XVIII, onde o estado de natureza é silenciado, é dado seguimento ao pensamento que já vinha de trás e que tentava justificar a posse dos territórios de conquista e descoberta – situados do «outro lado da linha» – em favor dos povos «deste lado da linha» como também se atingia o limite de procurar chegar a uma conclusão sobre se os autóctones dos territórios coloniais teriam ou não uma alma, situação de que a controvérsia de Valladolid (1551) constituiu, sem dúvida, o ponto mais representativo.

Com as lutas anticoloniais desencadeadas na sequência da II Guerra Mundial, e com o fenómeno, mais recente, do terrorismo global, o «outro lado da linha» iniciou o seu movimento de expansão em direcção ao interior «deste lado da linha», vindo a perturbar a clareza da lei e a segurança, ou, por outras palavras, originando uma nova forma de cidade e de Estado, uma vez que as questões de segurança passaram a impor a «este lado da linha» uma forma de governo indirecto, de tipo colonial: privatização e despolitização de emergências sociais, fracos à mercê dos fortes, cidades com zonas selvagens e zonas civilizadas e defendidas. As consequências são, evidentemente, maléficas e torna-se necessário acudir a estas novas formas de «fascismo do apartheid social», «fascismo contratual», «fascismo territorial», em crescimento acelerado, embora o termo «fascismo» não deva ser confundido com a designação sinónima que o regime italiano viria a conhecer.

Configura-se, então, o aparecimento do «cosmopolitismo subalterno», um contra-movimento de oposição cultural e política contra-hegemónica. Chama-se «pensamento pós-abissal» e fundamenta-se no pensamento de que a compreensão do Mundo vai muito além da visão ocidental.

O «pensamento pós-abissal» trata, então, de aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul e passa a dar relevo a uma ecologia de saberes.

Neste contexto, e dadas todas as reflexões até aqui realizadas, é lícito considerar-se que, no que respeita ao modelo colonial português, nunca foram aplicadas as fórmulas mais

extremadas deste pensamento abissal. A escravatura teve fim, a miscigenação cultural e étnica deu-se, as manifestações culturais provam-no. As literaturas, as músicas, as danças, as gastronomias, as ciências e os sentimentos desenvolvem a «identidade lusófona».

3.1.5. Ecologia de Saberes

Definida, anteriormente, em que consiste a interculturalidade e a sua inerente diversidade e transversalidade de saberes, convém, agora, prestar uma atenção mais cuidada àquilo que ao longo da colonização sempre o Norte esqueceu relativamente ao Sul.

Escreve Santos (2009, p.52) que na perspectiva das epistemologias abissais do Norte global, “o policiamento das fronteiras do conhecimento relevante é de longe mais decisivo do que as discussões sobre diferenças internas. Como consequência, um epistemicídio maciço tem vindo a decorrer nos últimos cinco séculos, e uma riqueza imensa de experiências cognitivas tem vindo a ser desperdiçada.”

Decorrentes desta constatação encontram-se todas as epistemologias constituintes do património cultural-civilizacional do Norte Ocidental, conduzidas pelo europeísmo colonialista ao redor do Mundo e, actualmente, pelo americanismo global de padrões consumistas e redutores de diversidades.

Torna-se muito urgente recuperar algumas das experiências de outras epistemologias. Para isso, Santos (2009, p. 52) fala da «ecologia de saberes» a qual “recorre ao seu atributo pós-abissal mais característico, a tradução intercultural. Embebidas em diferentes culturas ocidentais e não-ocidentais, estas experiências não só usam linguagens diferentes mas também distintas categorias, diferentes universos simbólicos e aspirações a uma vida melhor.”

A ecologia de saberes, segundo o mesmo autor (2009, p.469) está atenta à diferença epistemológica que “só pode ser minimizada através de comparações recíprocas entre saberes na busca de limites e possibilidades cruzadas” e é a este segundo modo de viver a assimetria que chama a ecologia de saberes.

Ainda segundo o mesmo autor, esta ecologia de saberes confronta-se com dois problemas.

O primeiro tem a ver com a dúvida sobre a forma de comparar saberes dada a diferença epistemológica e o segundo prende-se com a dificuldade relacionada com a forma de criar o conjunto de saberes que participa de um dado exercício de ecologia de saberes já que a pluralidade de saberes é infinita.

A solução encontrada pelo autor para estes dois problemas não é unívoca porque, para confrontar o primeiro, propõe a tradução e para confrontar o segundo propunha “a artesanaria das práticas” (Santos, 2009, p. 469).

Dado o antecedente, Santos (2009) conclui que a ecologia de saberes ao “procurar dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo” (p. 43), “sinaliza a passagem de uma política de movimentos-sociais para uma política de inter-movimentos sociais” (p.61).

3.1.6. Pensamento Ontológico Africano

Ainda antes de se proceder a uma reflexão sobre os problemas da tradução de saberes, candentes dentro da problemática intercultural, é importante referir que o pensamento africano tem especificidades que o distinguem do europeu ou oriental.

Será correcto, então, dar a palavra a africanos e para isso, atentar na advertência de Tempels³⁰ citado por Hountondji (2009, p. 121) não se deve esperar que “o primeiro negro com quem nos cruzamos na rua (sobretudo se for jovem) nos dê um quadro sistemático do seu sistema ontológico. Não obstante, esta ontologia existe; ela penetra e enforma todo o pensamento do primitivo e domina-lhe todo o comportamento.”

O próprio Hountondji escreve duas páginas à frente: “por filosofia africana entendo um conjunto de textos”, e na nota 5 da p. 123, indica que considera mais produtivo prestar atenção aos “modos e dispositivos concretos através dos quais o conhecimento é transmitido sem recurso à escrita tal como ela é usada no Ocidente. Por esta razão, devem ser chamadas, como sugeriu o linguista francês Maurice Houis (1971), *civilisations de l’oralité* – civilizações da oralidade.”

Já Ramose (2009, p.135) esclarece, referindo-se a Ubuntu, duas palavras numa só, ou seja, o prefixo *ubu* e a raiz *ntu*, sendo que “Ubu evoca a ideia de ser, em geral. Este conceito ético enfatiza as alianças entre as pessoas e as relações entre estas. Trata-se de uma categoria epistémica e ontológica fundamental do pensamento de África dos povos que falam a língua Bantu.”

Para Ramose, a epistemologia do africano encara a afirmação do ser humano através do reconhecimento da humanidade dos outros, ou seja, o indivíduo é sujeito com valor

³⁰ Tempels, P. (2009). Bantu philosophy. Paris: Présence Africaine. In Houtondji, P. J. (2009). Conhecimento de África. Conhecimentos de Africanos: duas Perspectivas sobre os Estudos Africanos. In Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina.

intrínseco em si mesmo – não objecto – e torna-se humano apenas na esfera das relações reais que entrem com os outros seres humanos.

Partindo desta premissa, pode-se concluir o alto conceito que assume a dignidade humana entre os ubuntu e a rejeição de dogmatismos pela sua visão do universo e remata, afirmando que a Filosofia ocidental dos direitos humanos “ênfatiza a ideia do ser humano como uma entidade fragmentada sobre a qual os direitos são agregados de maneira contingencial, enquanto que a concepção africana sublinha a ideia do ser humano como uma totalidade, tendo seus direitos assegurados como tal” (Ramose, 2009, p. 170).

Estas concepções ontológicas e epistemológicas, diferentes e menosprezadas pela ortodoxia das teorias filosóficas ocidentais, deverão ser tidas em conta dentro duma perspectiva de integração da diferença e pluralidade humana, riqueza maior do Mundo.

Muito mais considerações se poderiam aqui produzir sobre as plurais filosofias e epistemologias africanas, mas não é, de facto, o objecto desta investigação.

De qualquer modo, deverá ser prestada muito maior atenção ao conhecimento local, ao conhecimento diferente e, evitando a consideração abusiva dum qualquer complexo de superioridade, evitar a todo o custo o entendimento preconceituoso de que o local é unânime, muito longe disso.

Retenha-se o que escreveu Masolo (2009, p.514) sobre esta matéria do conhecimento e sistema cultural local:

“Deve ser-lhe dado espaço para ser complexo e diversificado, dialógico e inclusivo. (...) cada sistema cultural (de pensamentos e práticas) tem um passado e um presente, em que o peso da História requer aos habitantes que o presente seja acentuadamente diferente do passado. E o papel dos hábitos intelectuais é o de fornecer os métodos e as interrogações a partir dos quais a diferença entre passado e presente emergirá.”

3.1.7. Pensamento de Fronteira

E chega-se, ao pensamento de fronteira que Grosfoguel (2009, p.385) explica como sendo uma resposta crítica aos “fundamentalismos, sejam eles hegemónicos ou marginais [pois] que todos os fundamentalismos têm em comum (incluindo o eurocêntrico) é a premissa de que existe apenas uma única tradição epistémica a partir da qual pode alcançar-se a Verdade e a Universalidade.”

O pensamento de fronteira ao posicionar-se como anti-hegemónico e anti-fundamentalista, parte da premissa de que uma perspectiva de epistemologia descolonial exige um pensamento mais amplo que a norma ocidental, incluindo também o cânone do que se convencionou chamar de esquerda, deve ser o resultado de um diálogo crítico entre

diversos projectos políticos, éticos, epistémicos que reflectam um Mundo pluriversal – anti-desígnio universal abstracto –, e pressupõe, igualmente, que a descolonização do conhecimento traz consigo a exigência de que passem a ser tomadas a sério as cosmologias e perspectivas de pensadores críticos do Sul global, inseridos em espaços étnico-raciais subalternizados.

E afirma, criticando as correntes em voga porque “enquanto projectos epistemológicos, o pós-modernismo e o pós-estruturalismo encontram-se aprisionados no interior do cânone ocidental, reproduzindo, dentro dos seus domínios de pensamento e prática, uma determinada forma de colonialidade do poder/conhecimento” (Grosfoguel, 2009, p.385).

Ou seja, trata-se do reforço na procura de respostas alternativas de outros saberes e epistemologias que combatam o desfasamento cultural e a hierarquia de conhecimento estabelecidas pela europeização e a globalização, ou, como sintetiza o próprio Grosfogel (2009, p.407), “aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações económicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno”.

Por isso, considera que se trata de uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica.

3.1.8. Tradução Cultural

Santos (2009, p.53) afirma que, para alguns filósofos africanos, os filósofos tradicionalistas, “há filosofia africana mas, como ela está embebida na cultura africana, é incomensurável com a filosofia ocidental e deve seguir o seu desenvolvimento autónomo” e esclarece com um exemplo:

“O filósofo ganião Kwasi Wiredu afirma que na cultura e língua Akan, do Gana, não é possível traduzir o preceito cartesiano “cogito ergo sum” (1990, 1996). A razão é que não há palavras para exprimir tal ideia. ‘Pensar’, em Akan, significa ‘medir algo’, O que não faz sentido quando acoplado à ideia de ser. Mais ainda, o ‘ser’ de ‘sum’ é igualmente muito difícil de exprimir porque o equivalente mais próximo é algo semelhante a ‘estou aí’. Segundo Wiredu, o locativo ‘aí’ “seria suicida tanto do ponto de vista da epistemologia como da metafísica do cogito”. Ou seja, a língua permite exprimir certas ideias e não outras.”

Que fazer, então, perante esta dicotomia epistemológica? Será possível a tradução entre dois sistemas culturais e o exercício fecundo da interculturalidade? Como se realizará?

A linguagem é um instrumento chave para estas questões de tradução e o desenvolvimento de uma ecologia dos saberes só se efectuará se a tradução se efectivar no

nível linguístico e no nível cultural. A tradução cultural assume-se como um desafio imenso e inadiável a filósofos e a sociólogos neste século XXI.

Deve ser realizada através de procedimentos de busca de proporções e correspondências, dada as diferentes epistemologias.

É que, segundo Santos (2009., p.470) os procedimentos da tradução, “ainda que basicamente os mesmos, variam consoante os diferentes saberes que pertencem à mesma cultura ou a culturas diferentes. Neste último caso, a tradução assume a forma de tradução intercultural e o seu exercício é particularmente complexo.”

No que se refere à artesanaria das práticas, Santos afirma que a ecologia de saberes é uma opção epistemológica e política, com direito à cidadania, tanto como a opção pelo «fascismo epistemológico».

Rematando, Santos (2009, p. 473) conclui que:

“a douda ignorância e a ecologia dos saberes são as vias para enfrentar uma das condições de incerteza do nosso tempo: a diversidade infinita da experiência humana e o risco que se corre de, com os limites de conhecimento de cada saber, se desperdiçar experiência, isto é, de se produzir como inexistentes experiências sociais disponíveis (sociologia das ausências) ou de se produzir como impossíveis experiências sociais emergentes (sociologia das emergências).”

Utopia? Pode ser, mas serve de orientação a seguir.

3.2. Interculturalidade – Factor Essencial da Coesão da CPLP

Huntington (2009) afirma que a civilização e a cultura se referem ambas ao modo de vida global de um povo, sendo que uma civilização é uma cultura em sentido amplo e afirma também que nas sociedades não-europeias os povos tentam preservar a sobrevivência e a integridade das suas culturas indígenas, face à histórica hegemonia ocidental.

É, igualmente, sua opinião que os elementos centrais de qualquer cultura são a língua e a religião.

Refere, também, que, por exemplo, o inglês, como língua franca global, é um instrumento de comunicação intercultural e como tal, pressupõe a existência de culturas separadas, mas não deve ser tomado como meio de as eliminar, antes deve ser utilizado para lidar com as diferenças linguísticas e culturais e não como fonte de identidade ou de comunidade.

No capítulo 2 desta Dissertação foi possível demonstrar que o crescimento da língua portuguesa apresenta tal pujança que em breve ultrapassará o castelhano e se aproximará do inglês, em número de falantes. Ou seja, o português é, hoje, igualmente, uma língua global.

Ora esta língua merece de Aparecido de Oliveira, o maior defensor e combatente da CPLP, uma descrição sumária e eloquente da sua história, durante a sua entrevista a Braga, (1999, p.45):

“O português é a língua oficial mais antiga da Europa. Portugal foi o primeiro país do Ocidente a decretar a redacção de suas leis e regimentos e a apresentação de suas aulas universitárias em Coimbra, na língua popular. Foi uma decisão de D. Dinis, ainda no tempo em que todos os documentos oficiais dos reis da Inglaterra, da França, da Espanha, como dos príncipes da Itália e da Alemanha, só eram comunicados ao povo em latim, e as aulas de suas universidades eram dadas em latim. Uma língua como a nossa, com um milénio de tradição, fundada sobre uma história e uma literatura respeitável, não estará ameaçada de extinção.”

Muito pelo contrário. Ela é utilizada para a expressão das mais variadas culturas dispersas por todos os continentes, assumida como língua global pela CPLP e a ela está reservado um futuro garantido.

Alguns pensamentos de escritores e de intelectuais darão a ideia da dimensão intercultural da língua da Lusofonia, citados por Braga³¹, (1999):

Do mesmo Aparecido de Oliveira (p.196): “a língua portuguesa é, ao mesmo tempo, um idioma de amor e da marinharia; presa ao seu chão e servidora das descobertas. É uma língua de missão – não é uma língua de conquistas bélicas; é a língua que convence; não é uma língua para a arrogância.”

José Craveirinha (p.247) refere, também, que “a partir das peculiares diversidades gramaticais com que exprimem as suas ideias, [as diversas variantes] não traem, não poluem nem disformam as fecundas raízes seculares da genuína matriz: a língua portuguesa.”

Jorge Amado (p.244) refere que, na sua opinião, a língua portuguesa “resulta de um conjunto de várias línguas, tendo como base essencial a de Portugal, a de Camões”, mas que “nela nasceram as línguas portuguesas dos países africanos, cada qual com sua cor, seu acento, seu ritmo, sua música, sua verdade” e deu mesmo um exemplo ao afirmar que “no Brasil, a língua de Camões, ao misturar-se com as línguas dos povos indígenas e com as dos escravos negros renasceu na língua de José de Alencar e Castro Alves”

Manuel Alegre (p.249) historiou o processo dizendo tratar-se de: “uma comunidade nascida da viagem e da mestiçagem, que são elementos estruturantes das nossas culturas”.

Depois exemplificou a afirmação anterior ao referir que “ não foi por acaso que, nas «Endechas a Bárbara Cativa», Camões exaltou a beleza da negritude. Ou Caminha disse que as índias fariam inveja às senhoras de Lisboa, "com as suas vergonhas altas, çarradinhas".

³¹ As citações que se seguem, sempre que não identificadas pelo ano de publicação, são provenientes da obra *José Aparecido – o homem que cravou uma lança na lua*.

Para justificar esta atitude, Alegre considera que os portugueses são “gente capaz de perceber e amar a diferença [...] que gosta de se misturar. A comunidade está nos sangues cruzados e numa língua que é tanto mais rica quanto mais impura, quanto mais feita por todos e assim acrescentada pela variedade e pela diferença.”

E fala, do outro lado da alma: “a nossa identidade, a nossa singularidade como povo e como nação, é inseparável do Atlântico, África e Brasil. Não apenas o outro lado do mar, mas o outro lado da nossa alma”, antes de terminar de uma forma poética: “e o complemento directo do verbo amar. E também o nosso modo próprio e único de sermos europeus.”

Freyre, (1953, p.264), trinta e sete anos antes já tinha escrito que o português que ouvia na Índia era o português do Brasil, muito mais do que o português de Portugal e que a “acção tropical sobre a língua europeia parece vir sendo a mesma nas duas áreas; a mesma, também, a simplificação, na língua do invasor português, das duras complexidades de sons, para que os povos tropicais mais facilmente os venham adquirindo e conservando.”

As ricas e crescentes literaturas dos oito países da CPLP são a prova cabal da demonstração de que a língua portuguesa é muito mais do que língua oficial, é língua de sentimento e amizade, de interculturas, projecta-se muito para lá do uso prático dado à utilização da maior parte das outras línguas de expansão mundial.

No entanto, e até para dar voz ao contraditório, interessa reconhecer que também se manifestam opiniões contrárias, embora minoritárias dentro do espaço lusófono, que relativizam a força da língua portuguesa e das culturas lusófonas, como a de Enders (1997, p.128) quando escreve, depreciativamente, que Portugal supõe ainda “a conservação de uma ampla e vaga influência cultural e política” nos PALOP, ou de Margarido (2000, p. 64), quando opina que “a língua portuguesa nunca foi considerada pelos próprios portugueses como um agente suficiente, ou sequer indispensável, para assegurar as operações coloniais. [...] os locutores autóctones foram sempre considerados incapazes de respeitar a norma linguística, e ainda hoje tal continua a verificar-se.”

Mas a História fez-se quando refundiu na aventura da língua portuguesa e das culturas lusófonas, em Novembro de 1996, os então sete e depois mais um países irmãos pelo sentimento e pertença a uma comunidade.

A língua portuguesa tornou-se, pois, o veículo transmissor e criador de espantosas interculturalidades, pertenças e miscigenações.

Boxer (2001, p.127), relativamente às possessões que os holandeses haviam conquistado aos portugueses na Oceânia no século XVII, não tem dúvidas em atribuir a

persistência, hoje em dia, de dialectos, tradições e costumes lusitanos ao factor afectivo: “os Portugueses, apesar de tantos erros, terem deixado raízes mais fundas enquanto colonizadores”.

Aliás, outro depoimento, na mesma obra e colocado na boca de um governador holandês aponta no mesmo sentido:

“Como o governador-geral Johan Maetsuyker e o seu conselho em Batávia explicaram aos directores da Companhia Holandesa das Índias Orientais em 1659: «A língua portuguesa é uma língua fácil de falar e de aprender. Esta é a razão pela qual não podemos impedir os escravos trazidos para aqui de Aracão e que nunca ouviram uma palavra de português (e até os nossos próprios filhos) de preferirem essa língua e de a considerarem a sua» (p.133).

É, hoje, a Lusofonia, um território cultural e democrático, onde todos os falantes de português têm o seu espaço.

Aparecido de Oliveira afirma na já citada entrevista a Braga (1999, pp.47-50) que a primeira das preocupações na CPLP foi a de “instituir uma sociedade rigorosamente entre iguais, de tal maneira que as dimensões físicas e políticas dos países participantes não influíssem na formação do grupo nem na sua orientação futura” porque considerava que existia “um factor transcendental, que nos iguala e elimina preocupações de hegemonia: a alma comum fundada pela nossa língua.”

Por isso, considerava que “se os traços vigorosos de uma cultura comum, de que a língua é testemunho, são o cimento de nossa Comunidade, temos outras tarefas a cumprir”.

Depois não se ficou pela vagueza da ideia e referiu que “podemos e devemos trocar as nossas experiências científicas e técnicas, realizar projectos económicos em parceria, exercer a nossa influência conjunta no horizonte do Mundo. Temos uma riqueza incalculável com a presença de, na actualidade, quase todas as chamadas raças humanas”(p. 51).

Ficam, entretanto, dois avisos, feitos pelo mesmo Aparecido de Oliveira (pp. 283-285), destinados a desprevenidos.

O primeiro para esclarecer a finalidade da CPLP: “A Comunidade dos Países de língua portuguesa (CPLP) não tem como objectivo implantar uma zona livre de comércio ou mercado comum”.

O segundo para desencorajar a acção dos eternos semeadores de obstáculos: “A dispersão geográfica não é assim um impedimento maior. Poderia constituir, pelo contrário, uma vantagem considerável, à luz dos propósitos comunitários a concertação económica e o incentivo às múltiplas formas de associação empresarial.”

O Mundo atravessa um período de mudanças sociais rápidas e as identidades estabelecidas dissolvem-se ou substituem-se em ritmo alucinante. Mais ainda, os problemas do declínio moral, do suicídio cultural e da desunião política são bem mais importantes do que a economia e a demografia. É necessário redefinir e criar novas identidades. Este pensamento de Huntington reflecte-se na oportunidade da criação da CPLP e da sua coesão cultural. Afirma o pensador (2009, p.145):

“Os alinhamentos definidos pela ideologia e pelas relações com as superpotências estão a ceder o lugar a alinhamentos definidos pela cultura e pela civilização. As fronteiras políticas são redesenhadas para coincidirem cada vez mais com as fronteiras culturais, isto é, étnicas, religiosas e civilizacionais. (...) Todavia, no Mundo moderno a identidade cultural é o factor decisivo para determinar as associações e os antagonismos de um país.”

Grosfoguel (2009, p. 402) incentiva: “Para serem capazes de intervir eficazmente no sistema-Mundo capitalista, as agências colectivas da periferia precisam de ter um âmbito global”, pois, segundo Goody³², citado por Santos (2009, p. 445):

“uma verdadeira 'história global' só será possível na medida em que for superado tanto o eurocentrismo como o anti-eurocentrismo eurocêntrico, tanto o ocidentalismo como o orientalismo. Uma tal história é mais correcta no plano epistemológico, mais progressista no plano sócio-político e cultural. Só ela permitirá que o Mundo se reconheça na sua infinita diversidade a qual inclui também a infinita diversidade das influências cruzadas, das semelhanças e continuidades.”

Pinto (2007, p.68) chama à doutrina de Moreira de ecumenismo lusófono, referindo que este doutrinador muito tem lutado contra “as elites pensantes e os decisores políticos, que se ficam por uma enunciação difusa, senão confusa, predizendo, nessas circunstâncias, uma ineficácia eventualmente premeditada, de que a inoperância da CPLP é exemplo cabal”.

As modas de um ultra-liberalismo – ainda que decadente – continuariam a recomendar o menosprezo e o desconhecimento do Sul.

Mas a realidade impõe-se, categórica, na condenação dos resultados catastróficos decorrentes do espírito de ganância absoluto, com o menosprezo de biliões de seres humanos no decurso da história, porque pertencem a outras culturas, outras civilizações, ao Sul.

A CPLP é uma comunidade de povos maioritariamente do Sul.

Torna-se curial aceitar, neste caso, a lei nº 7 do decálogo de Bertrand Russell: “Não tenhas medo de possuir opiniões excêntricas, pois todas as opiniões hoje aceites foram um dia consideradas excêntricas” (Cunha, 2008, p.49).

³² Goody, J. (2006). *The Theft of History*. In Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina. p.445.

3.3. Melhorar o Funcionamento e a Visibilidade da CPLP

Quando, no âmbito desta dissertação, foi colocada a questão da visibilidade da CPLP ao Embaixador Lauro Moreira, exprimiu ele a opinião de que esse é um dos desafios e um dos obstáculos maiores enfrentados pela instituição. Da extensa lista de reuniões, de cimeiras, de Ministros, de especialistas, de sectores, não apenas a nível governamental, e também de eventos culturais, científicos, desportivos realizados no âmbito a CPLP, geralmente não é dada uma informação cabal, entusiasmante e propulsora de energias e adesões, ficando-se pelos comunicados e notas de imprensa, anódinos e monocórdicos.

Tecem-se críticas, muitas vezes com acerto, sobre a exagerada burocratização das estruturas da CPLP.

Algo se deveria fazer para que os órgãos de comunicação social passassem a dedicar mais atenção à vida que passa na esfera da Lusofonia.

Desde logo, Lauro Moreira afirma, com clareza insofismável:

“O que interessa mesmo é fazer da CPLP não apenas uma comunidade de Estados, mas sobretudo uma comunidade de cidadãos, unidos pelos laços da língua e da cultura. Essa é a nossa grande meta. É ver a sociedade civil de nossos países organizando-se em iniciativas e atividades que promovam a integração. E isso começa já a ser feito, em vários campos.”

Talvez as pessoas não associem à CPLP os congressos, seminários, festivais de teatro, cinema, colóquios, e tantas outras iniciativas, mas esse é um aspecto importantíssimo, por onde se vê que o tema da Lusofonia está crescendo, disse também.

A presente sociedade de consumo é um facto inelutável.

A Humanidade vive numa democracia da TV, do automóvel, do estatuto, apenas uma democracia da posse de bens de consumo que pretende responder, sem o conseguir, à democracia da igualdade dos direitos propugnados pelas práticas constitucionais. É mais um capítulo do capitalismo: uma denominada «democracia global» que esconde a «democracia verdadeira», essa ainda e sempre ausente, e onde a igualdade será sempre utópica, mas desejável.

Uma organização cultural e linguística como a CPLP deve encontrar estratégias e instrumentos para se dar mais a conhecer, como forma de divulgação dos valores que emolduram as suas diferenças culturais, num Mundo contemporâneo em que a utilização da cultura e a sua apropriação utiliza critérios pouco claros e de acesso difícil.

O conhecimento, a cultura e o poder são bens preciosos que devem ser correctamente utilizados.

Por isso, haverá que trabalhar com os meios ao dispor, isto é, utilizar as armas disponíveis.

Na já mencionada Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, ocorrida em Brasília, de 25 a 30 de Março 2010, denota-se uma intenção prática na resolução dos problemas de falta de eficácia.

Por isso são feitas recomendações concretas à CPLP e ao IILP para formar e colocar professores de português capacitados e conhecedores do uso padrão do português em cada Estado Membro, melhorar os currículos escolares tendo em atenção as abordagens de ensino de línguas em contextos de aprendizagem multilingues, a preservação e ensino das línguas nacionais, desenvolver materiais didácticos, atender à escrita de línguas agrafas, editar e distribuir materiais didácticos e pedagógicos que atendam às características socioculturais, políticas, económicas e linguísticas dos Estados Membros, realizar programas de tradutores e intérpretes, criar uma plataforma com uma rede virtual de professores de português para partilha de recursos didácticos e pedagógicos, etc.

E, para a difusão pública da língua portuguesa, melhorar em muito o portal da CPLP, dando-lhe todas as condições para aceder à produção literária, científica, educacional em português, em conexão com todo o tipo de comunicação social, de jornal a TV, departamentos universitários, centros culturais, fundações e galerias de arte dos países da CPLP.

De todas estas medidas e certamente de muitas outras se deverá, de agora em diante, tecer a estratégia para a língua portuguesa e para as culturas lusófonas, fins últimos, afinal, da CPLP.

O Embaixador Lauro Moreira apontava que ao próprio Secretariado falta uma estrutura cultural – um Director Cultural – quando existe apenas o Director de Cooperação, o único dos três directores previstos, eleitos todos por concurso público. É que, na sua opinião abalizada, não se tem verificado continuidade nas medidas decorrentes das decisões tomadas nas reuniões dos Ministros da Cultura porque dessas muitas e relevantes decisões são demais as que vêm a morrer nas actas das reuniões.

Parece correcta a ideia da criação desse Director Cultural que teria por função activar e gerir toda a acção cultural da CPLP, não deixando esmorecer os assuntos culturais resultantes das decisões tomadas pelos órgãos legítimos, pois exerceria procederia à distribuição interna dos dossiers para reflexão dos oito, enquanto desenvolveria esforços visando a divulgação para visibilidade externa na comunicação social. Constituir-se-ia, assim, como elo de ligação com as instituições culturais dos oito e prestaria um relevante serviço à prossecução das

políticas da língua e das culturas lusófonas, no atendimento ao esforço por arranjar financiamentos.

O seu perfil deveria revestir-se de conhecimento profundo das diferentes Culturas Lusófonas, ter o domínio das novas tecnologias e, acima dessas qualidades, desejar estabelecer laços humanos de fraternidade e possuir um pensamento intercultural com profunda sensibilidade para o outro, um pensamento ecológico e de fronteira.

Tvs, rádios, jornais e revistas seriam os seus contactos para divulgação e com uma rede espalhada em cada um dos países membros, estaria em permanente sintonia com a vida cultural, através da utilização optimizada dos recursos electrónicos de comunicação. E a ele ainda competiria a divulgação e promoção da Lusofonia no Mundo globalizado.

Tudo isto e ainda a existência do Fundo Cultural.

A visibilidade e eficácia da CPLP muito viriam a lucrar com a implementação de tal medida, pois a mesma seguiria o que indica Loureiro dos Santos (2000, p.50): “numa campanha, a condução da componente da estratégia psicológica é essencial à vitória.”

CONCLUSÃO

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) nasceu por vontade exclusiva e soberana dos sete países lusófonos constituintes, na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, de Lisboa, 17 de Julho de 1996, aos quais se veio a juntar o oitavo país, em 2002, logo a seguir à sua independência – Timor Leste.

Para além de Portugal, o país colonizador que partilhou com os outros a língua portuguesa e o seu particular modo de estar, todos os outros – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e, a seu tempo, Timor Leste – foram unânimes em querer “contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica”³³.

Este trabalho procurou investigar esta identidade específica, as suas características e o processo histórico que conduziu a uma criação, traduzida, em termos conceptuais contemporâneos, como Lusofonia.

Para tal, iniciou a observação e estudo na já citada Declaração Constitutiva, quando esta reclama, como objectivos primordiais da CPLP, “incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa, potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito, nomeadamente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa IILP” e “incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa, utilizando todos os meios de comunicação e os mecanismos internacionais de cooperação”.

Após esta abordagem inicial em que foram constatados os objectivos essencialmente culturais em que Comunidade se encontra fundamentada, a investigação procurou analisar aquilo que parece evidente à generalidade dos observadores, a saber, se durante os catorze anos que leva de existência, a actuação da CPLP confirmava ou não que, embora se mantivesse fiel ao ideário lusófono, não lhe tinha sabido atribuir uma estratégia bem definida e alicerçada, alimentada com os meios humanos e financeiros necessários para o desenvolvimento da língua portuguesa e das culturas lusófonas.

Analizadas variadas fontes de documentação, provenientes da CPLP, do IILP, de especialistas e investigadores que tratam da matéria, de instituições afins, de extensa bibliografia e de dados obtidos em pesquisas na internet, no capítulo I, chegou-se à conclusão,

³³ Declaração Constitutiva da CPLP.

no capítulo II de que, embora se notasse um crescimento grande de numerosas actividades pró-língua portuguesa e muitas mais pró-Lusofonia, quer umas, quer outras, careciam de uma atenção mais pertinente e, sobretudo, não se notou a existência de uma verdadeira «estratégia para a língua portuguesa» nem, igualmente, de «estratégia para as culturas lusófonas».

Esta falta das duas estratégias não potencia devidamente os objectivos iniciais da Declaração Constitutiva e dilui, com penalização evidente, a visibilidade da CPLP, da língua portuguesa e das culturas lusófonas.

Não obstante, na sequência desta investigação, foi possível detectar que a preocupação com a cultura (em sentido lato) foi a temática mais desenvolvida e trabalhada pelas estruturas da CPLP, deixando para os outros temas (segurança, economia, comércio, etc.) os lugares a seguir.

Estes dados recolhidos em forma de estatísticas provam que a CPLP não se desviou dos objectivos primordiais e que, embora no entendimento comum, muitos possam pensar que a CPLP seria uma «comunidade económica», tal não corresponde às intenções filosóficas constantes no acto criativo da CPLP, e que, apenas na decorrência das afinidades culturais, afectivas e cooperativas entre os países membros, se poderão exercer acções de carácter económico-financeiro-comercial. O que não significa que não se intensifique a cooperação nessas áreas.

Aliás, sendo uma Comunidade geograficamente descontínua, estabelecida em quatro continentes, postada no Sul geográfico e sociológico, dificilmente poderia vir a alcandorar-se ao estatuto de uma comunidade sobretudo ou unicamente económica.

Estas duas questões, a saber, averiguar como tem funcionado a estrutura da CPLP e se ela revela uma organização estruturada e estratégica, analisadas no primeiro e segundo capítulos, são alvo de considerações projectistas, no sentido de melhorar o seu funcionamento e a sua visibilidade, nas partes linguística e cultural da CPLP, no terceiro capítulo.

O terceiro capítulo, igualmente elabora, com a finalidade de tornar possível uma compreensão mais aproximada daquilo que é a Lusofonia, uma abreviada história da expansão dos portugueses desde o século XV até aos anos 70 do século XX, período em que os PALOP acederam às independências.

Nesse excuro histórico é relevado o carácter miscigenatório, étnico e cultural, com que os portugueses souberam encontrar o outro, o diferente, nas mil paragens com que iniciaram a primeira globalização planetária.

Sem dúvida que uma colonização arrasta sempre, em maior ou menor escala, factores negativos, mas no caso português há que encontrar resposta para, apesar disso mesmo, ter sido possível criar um paradigma de interculturalidades, de afinidades, de laços humanos especiais, de conhecimentos e trocas profundas que desembocaram nas culturas lusófonas.

Muitos autores são chamados a depor teorias explicativas deste imaginário português e, sobretudo, desta epistemologia aberta ao outro, de interculturalidade que dá e recebe, que tem outros «saberes» e é «ecológica» e de «fronteira» - a Lusofonia e as suas irmãs, as culturas lusófonas.

E com o aprofundamento dos estudos científicos abordados no terceiro capítulo torna-se possível a abertura de todo um Mundo novo de pesquisas futuras: filosofia, sociologia, psicologia, economia, ecologia, tradumática, ética, interculturalidade, todas integrantes desta identidade lusófona, de tão diferentes expressões.

Para Manuel Alegre a Lusofonia é “não apenas o outro lado do mar, mas o outro lado da nossa alma. E o complemento directo do verbo amar”

E isto é para ser vivido em qualquer geografia da Língua Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

- Ançã, M. H. (2002). A língua portuguesa em África. In *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. Lisboa: AULP. II ed. vol.1 nº 2 (Abril 2002). Pág. 14-24.
- Baudrillard, J. (2008). *La société de consommation – ses mythes, ses structures*. Paris: Denoël.
- Berstein, S. (1999). *Démocraties, regimes autoritaires et totalitarismes au XXème siècle: Pour une histoire comparée du monde développé*. Paris: Hachette.
- Botequilha, H. (1999). O patriarca dos sete. In J.A. Braga. (1999). *José Aparecido – o homem que cravou uma lança na lua*. Lisboa: Trinova Editora.
- Boxer, C. R. (2001). *O império marítimo português*. Lisboa: Edições 70.
- Braga, J. A. (Coord.). (1999). *José Aparecido – o homem que cravou uma lança na lua*. Lisboa: Trinova Editores.
- Braumann, P. J. (2000). Tecnologia, Economia e Globalização. In F. S. Neves (Org). (2000). *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono: mitideologias, realidades e potencialidades*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Cardoso, A. S. (2005). *Angola, anatomia de uma tragédia*. Cruz Quebrada: Oficina do Livro.
- Césaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Trad: Noémia de Sousa. Prefácio: Mário de Andrade.
- Chacon, V. (2002). *O futuro político da Lusofonia*. Lisboa: Verbo.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de estratégia – apontamentos para um curso*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Cristóvão, F. (2002). Os três círculos da Lusofonia. In *Revista Humanidades*. nº de Setembro. Pág. 18-22.
- Cunha, P. F. (2008). *O essencial sobre filosofia política contemporânea (1887-1939)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Foddy, W. (2002). *Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta Editora.
- Freyre, G. (1953). *Aventura e rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Freyre, G. (1957). *Casa grande & senzala*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Grosfoguel, R. (2009). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In B.S.

- Santos & M.P. Meneses. (2009). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina. Pág. 383-414.
- Houtondji, P. J. (2009). Conhecimento de África, conhecimentos de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In B.S. Santos & M.P. Meneses. (2009). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina. Pág. 119-131.
- IILP (s/d). *Proposta de metodologia para a elaboração do plano estratégico do Instituto Internacional da Língua Portuguesa*.
- Jamba, A. J. (2006). Considerações à volta da noção de identidade cultural angolana. In N. Vidal. & J.P. Andrade. (2006). *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Luanda e Lisboa: Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade. Pág. 93-97.
- Mateus, M. H. M. (2002). *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Edições Colibri.
- Margarido, A. (2000). *A Lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Masolo, D. A. (2009). Filosofia e conhecimento indígena: uma perspectiva africana. In B.S. Santos, B. S. & M.P. Meneses. (2009). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina. Pág. 507-527.
- Mingas, A. A. (2000). *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*. Luanda: Caxinde, Livraria e Editora.
- Oliveira, J. A. (1999). Legado. In J. A. Braga (1999). *Aparecido de Oliveira – o homem que cravou uma lança na lua*. Lisboa: Trinova Editora. Pág. 271-289.
- Pinto, J. F. (2005). *Do império colonial à comunidade dos países de língua portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- Pinto, J. F. (2007). *Adriano Moreira: uma intervenção humanista*. Coimbra: Almedina.
- Pinto, J. F. (2009). *Estratégias da ou para a Lusofonia: o futuro da língua portuguesa*. Lisboa: Prefácio.
- Plum, J. H. (2001). Introdução. In C. R. Boxer. (2001). *O império marítimo português*. Lisboa: Edições 70. Pág. 11-17.
- Quijano, A. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. In B.S. Santos. & M.P. Meneses. (2009). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina. Pág. 73-117.
- Ramose, M. B. (2009). Globalização e ubuntu. In B.S. Santos & M.P. Meneses. (2009). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina. Pág. 135-176.
- Santos, J. A. L. (2000). *Reflexões sobre estratégia*. Lisboa: Publicações Europa-América.

- Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2009). (Coord). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina
- Schwanitz, D. (2005). *Cultura – tudo o que é preciso saber*. Lisboa: D. Quixote.
- Stiglitz, J.E. (2004). *Globalização, a grande desilusão*. Lisboa: Terramar. 3ª ed. Pref: António Simões
- Touchard, J. (2003). *História das ideias políticas*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Van-Dúnem, J. O. S. (2002). África e lusofonia(s). In *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. Lisboa: AULP. II ed. Vol.1, nº2 (Abril 2002). Pág. 41-45.
- Venâncio, J. C. (1999). *Literatura versus sociedade*. Lisboa: Vega.

Webgrafia – Sítios Consultados

www.cplp.org
www.iilp.cplp.cv
www.instituto-camoes.pt
www.ionline.pt
www.ipad-mne.gov.pt
www.observatoriolp.com
www.wikipedia.org

Índice Remissivo de Assuntos

A

Artesania das práticas: 78, 81

Associação Portuguesa de Linguística: 51

Associação de Professores de Português: 51

C

Capitalismo: 17, 34, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 86

Civilização e cultura: 15, 21, 60, 61, 62, 64, 65, 69, 71, 72, 75, 81, 85

Colonialidade: 72, 73

Colonização: 20, 33, 34, 77, 91 Colonização europeia: 31, 77 Colonização portuguesa: 10, 17, 21, 31, 32, 34, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 74, 75 Colonizador: 64, 65, 69, 71 Colonizado: 10 Relação colonial: 12, 13, 16, 20, 21, 31, 47, 66 Território colonial: 69

Colonialismo: 17, 32, 75, 75 Assimilação: 31 Campanhas de pacificação: 66, 69 Colonialismo económico: 69 Colonialismo de espaço vital: 71 Colonialismo missionário: 71 Colonialismo moderno: 66, 68, 69, 73 Colonialismo português: 68, 69, 70, 71, 72, 77 Integração: 31 Sincretismo cultural: 31, 56

Comunidade: 11, 12, 16, 18, 19, 20, 22, 30, 41, 53, 57, 84 Cooperação/ajuda ao desenvolvimento: 11, 20, 24 Técnico-cultural: 20, 50

Comunicação social: 12, 14, 52, 86

Conhecimento alienígena: 17

CPLP: Acordo de Cooperação: 22 Assembleia Parlamentar: 25, 27 Comité de Concertação Permanente: 18, 21, 23, 26 Concertação político-diplomática: 19, 20, 21 Criação: 13, 14, 18, 20, 33, 87 Declaração Constitutiva: 11, 12, 13, 15, 52, 55, 56, 57, 89, 90 Director-Geral: 25 Reunião de Chefes de Estado e de Governo: 10, 17, 18, 21, 22, 25, 27, 36, 42, 44, 54, 57, 89 Reuniões Ministeriais/Conselho de Ministros: 17, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 44, 54 Reuniões Ministeriais Sectoriais: 25, 28, 29, 43, 54, 58, 87 Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação: 19, 21, 25, 26, 55 Secretariado Executivo: 21, 23, 27 Secretário-Executivo: 23, 24, 27, 33 Secretário-Executivo Adjunto: 23, 24, 27 Simpósio Internacional sobre a Língua e as Culturas dos Povos da CPLP (Brasília, Março de 2010): 38, 43, 45, 57 Visibilidade da CPLP: 14, 15, 24, 25, 45, 55, 86, 87, 88

Cosmopolitismo subalterno: 76

Cultura: 12, 15, 29 Intercâmbio cultural: 11, 22, 28, 32, 53, 54, Elementos de cultura: 22, 29, 30, 37, 53, 66, 81 Vertente Económica da língua e cultura: 30, 36, 54, 58

Culturas e povos lusófonos: 15, 33, 34, 54, 60

D

Democracia: 17, 18 Pluripartidarismo: 17

Descolonização: 12, 71

Director-Geral da Cultura: 54, 87, 88

Direitos humanos: 17, 79

E

Ecologia dos saberes: 14, 15, 76, 77, 81, 91

Economia política: 17

Ecumenismo lusófono: 85

Epistemicídio: 17, 34, 77

Epistemologias: 65, 74, 76, 77, 78, 79, 81, 91

Escravidão: 77

Estado Novo: 16, 31, 70

Estratégia: 11, 13, 14, 20, 30, 40, 56 E. Linguística: 14, 37, 38, 40, 41, 45, 51, 53, 57, 87, 89, 90 E.

Cultural: 11, 13, 14, 53, 56, 57, 58, 60, 60, 87, 89, 90

EUA: 16, 20, 68, 70

Eurocentrismo/perspectiva eurocêntrica: 14, 15, 33, 68, 69, 73, 79

F

Fascismo do apartheid social/fascismo contratual/fascismo territorial: 76 Fascismo epistemológico: 81

Forum/fora: 19, 24, 42, 43, 57, 70

Fraternidade/solidariedade/Carácter afectivo: 11, 14, 20, 28, 29, 37, 54, 72, 83, 88 Amizade mútua: 19, 21

Fundação Calouste Gulbenkian: 50

FLAD: 50

Fundo Cultural: 53, 58, 88

G

Genocídio cultural: 34

Globalização: 10, 12, 30, 36, 75, 91 Mundo globalizado: 17

Guerras de libertação nacional: 70

H

Hierarquia dos conhecimentos: 17, 75

História: 12, 13, 16, 20, 53, 56, 60, 62, 64, 74, 79, 84

I

IC: 26, 50

Identidade específica: 11, 54, 56, 89

Identidade lusófona: 31, 56, 76, 77, 91

IILP: 11, 13, 17, 20, 22, 23, 25, 41, 42, 43 Acordo Ortográfico: 22, 37, 42, 46, 47, 49, 49, 57 Comissões

Nacionais: 44, 45, 57 Conselho Científico: 27, 44, 48 Director-Executivo: 22, 27 Estatutos: 26, 27

Parcerias: 43, 50 Plano Estratégico: 43, 44 Promoção da língua portuguesa: 19, 22, 26, 28, 29, 36, 40, 42,

45, 49, 50, 54, 57, 89 Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico: 46 Tecnologias da

informação/comunicação científica: 38, 39, 41, 58, 88, Tradutores/intérpretes: 38, 45, 87 Vocabulário

Ortográfico: 37, 48

Iluminismo: 68

Independência: 16, 17, 18, 64, 70, 72, 74

Industrialização: 68

Interculturalidade/perspectiva interculturalista/ atitude interculturalista: 12, 14, 15, 31, 60, 62, 63, 64, 75,

77, 78, 81, 82, 84, 88, 91

IPAD/cooperação: 26, 37, 50

L

Lançados ou tagomãos: 66

Liberalismo: 20, 68

Língua agrafa: 10, 87

Língua alienígena: 73

Línguas e culturas maternas: 38

Línguas nacionais: 34, 37, 38, 45, 57, 87

Língua Portuguesa: Língua comum: 11, 12, 13, 20, 21, 39 Língua estrangeira: 37 Língua franca: 10

Língua Global: 10, 12, 14, 22, 32, 35, 36, 49, 51, 57, 82 Língua materna: 35, 37 Língua não-materna: 36

Língua oficial: 22, 33, 34, 35, 38, 41, 55, 82, 83 Língua de prestígio: 10 Língua de trabalho: 41 Língua de unidade nacional: 13, 34, 74 Nas organizações internacionais: 35, 36, 38, 43, 48 Na UNESCO: 36, 38, 45

Linguicídio: 34

Literaturas lusófonas: 39, 83

Lusofonia: 14, 15, 16, 17, 29, 30, 32, 33, 39, 41, 45, 47, 52, 56, 58, 64, 74, 82, 84, 86, 89, 90, 91

Lusotropicalismo: 31, 32

M

Mão-de-obra barata: 69

Marxismo: 16, 17

Miscigenação física/cultural: 31, 32, 56, 60, 63, 64, 66, 67, 68, 77, 84, 91

Miscibilidade: 56, 65

Movimentos de Libertação: 16, 74

Multiculturalidade: 32, 37, 39, 62, 74

Museu da Língua Portuguesa: 51

N

Nacionalismo: 20, 74

Neocolonialismo: 16, 17, 32, 56, 70

Língua e culturas lusófonas: 28, 30, 34, 45, 52, 54, 59, 60, 61, 74, 84, 86, 88, 91 Aspectos linguístico-culturais: 30, 41, 84

O

Observatório da Língua Portuguesa: 36, 43, 50

Oceano Moreno: 35, 39

ONU/Conselho de Segurança: 16, 17, 38, 41, 48, 70

Organizações internacionais: 15

OTAN: 16, 38

P

PALOP: 13, 16, 17, 18, 37, 83, 90

Pensamento abissal e pós-abissal: 14, 15, 75, 76, 77

Pensamento de fronteira: 79, 88

Pensamento ontológico africano: 14, 15, 78

Pós-colonização/pós-colonial: 12, 14

S

Sociedade civil: 17,52

Sociedade de consumo: 12, 86

T

Táctica: 40, 45 T. Cultural: 59

Tradução cultural/intercultural: 15, 31, 77, 78, 80, 81

U

ULHT: 51

URSS/ex-URSS: 16, 17, 70

APÊNDICES

APÊNDICE 1**Apêndice 1: Reuniões do Conselho de Ministros NE/RE da CPLP**

Local	Data	Extraordinárias
Lisboa	1996, 2007, 2008	2004, 2006
Cascais	1999	
Coimbra	2003	
Salvador	1997	
Brasília	2002	
Praia	1998, 2009	2009
Maputo	2000	
São Tomé	2001, 2004	
Luanda	2005	
Bissau	2006	
Nova Iorque		1996
Díli		2002

Quadro construído pelo Mestrando, em 07.09.09, a partir das seguintes fontes:

www.cplp.org/Reuniões_Ordinárias;

www.cplp.org/Reuniões_Extraordinárias.

APÊNDICE 2

Apêndice 2: Reuniões Ministeriais Sectoriais

Área	Número de reuniões	Ano	Local	Observações
Administração Interna	1	2008	Lisboa	Reuniões técnicas sectoriais
Administração Pública	1	1997	Lisboa	Reuniões técnicas sectoriais
Agricultura	3+1	1996 1997 2002 2009	Lisboa Bissau Brasília	Reuniões técnicas sectoriais Extraordinária com a FAO
Ambiente	4	1997 2001 2006 2008	Lisboa Maputo Brasília Luanda	Reuniões técnicas sectoriais
Assuntos Parlamentares	0			6 fora, entre Paramentos e áreas sectoriais
Ciência e Tecnologia	5	1999 2003 2004 2005 2009	Lisboa Rio de Janeiro Maputo Luanda Lisboa	+ Ministros do Ensino Superior
Correios e Telecomunicações	0			4 reuniões técnicas de telecomunicações
Cultura	6+1	2000 2001 2004 2005 2006 2007 2008	Estoril Rio de Janeiro Maputo Luanda S/informação S/informação Lisboa	5 resoluções Extraordinária com Ministros da Educação
Defesa	11	1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2009	Lisboa Praia Luanda Brasília Lisboa São Tomé Bissau Maputo Praia Díli Luanda	Reuniões técnicas sectoriais
Desporto	9+3	1990 1991 1993 1996 1998 2000 2002 2004 2006 2007 2008 2009	Lisboa Praia Bissau Maputo Lisboa Sal Praia Porto Salvador Mindelo Rio de Janeiro Lisboa	Reuniões técnicas sectoriais Extraordinária + Ministros da Juventude + Ministros da Juventude
Juventude	3+2	1996 1998 2001 2008 2009	Lisboa Porto Luanda Rio de Janeiro Lisboa	+ Ministros do Desporto + Ministros do Desporto
Economia	0			Reuniões técnicas sectoriais: banca, empresas, economistas, etc.
Educação	6+1	1997 1998 2000 2001 2004	Lisboa Brasília São Tomé Maputo Fortaleza	Reuniões técnicas sectoriais

		2005 2008	Lisboa Lisboa	Extraordinária com Ministros da Cultura
Finanças	1	2009	Lisboa	
Justiça	11	2008	Bissau	S/informação sobre as 10 primeiras
Pescas				S/informação
Propriedade Industrial				S/informação
Saúde	2+1	2008 2008 2009	Praia Rio de Janeiro Lisboa	Extraordinária
Trabalho e Solidariedade	9	2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2008 2009	Lisboa Rio de Janeiro Maputo Luanda Praia São Tomé Bissau Dili Óbidos	Reuniões sectoriais
Turismo	4	1998 2004 207 208	Lisboa Luanda Lisboa Bissau	Reuniões sectoriais

Quadro elaborado a partir de www.cplp.org/Reuniões_Ministeriais_Sectoriais. Consulta em 07.09.09

APÊNDICE 3:**Apêndice 3: Reuniões Ministeriais Sectoriais da CPLP por Áreas de Interesses**

Área Cultural	Área segurança e defesa	Área económico-financeira	Área pontos focais de cooperação
Cultura -7	Administração Interna – 1	Finanças - 1	22
Educação – 7	Administração Pública – 1	Economia – 0	
Juventude+Desporto – 17	Defesa - 11		
Ciência e Tecnologia – 5	Trabalho e Solidariedade - 9		
Turismo – 4	Justiça - 11		
Ensino Superior - 1			
Total - 41	Total - 33	Total - 1	Total - 22

Quadro elaborado a partir de www.cplp.org/Reuniões_Ministeriais_Sectoriais. Consulta em 07.09.09

APÊNDICE 4

Apêndice 4: Cálculo de Falantes de Português, Língua Materna nos países CPLP Referente a 07.07.2007

Países CPLP	WB, 2004	CPLP	INE	V. considerado	Percentagem c.	Falantes LM
Angola	15.900.000	13.900.000	189.222.071	14.900.000	40%	5.960.000
Brasil	186.400.000	186.770.562		187.464.217	99,7%	186.901.818
Cabo Verde	506.800	511.000		508.900	40%	203.560
Guiné-Bissau	1.600.000	1530.000		1.565.000	5%	78.250
Moçambique	19.800.000	19.400.000	19.888.701	19.696.234	6,5%	1.280.255
Portugal	10.600.000	10.544.200	10.549.424	10.564.541	96%	10.141.960
S. Tomé e Príncipe	156.500	162.000		159.250	20%	31.850
Timor Leste	975.500	924.000		949.750	6%	56.985
TOTAL				235.807.886		204.654.678

Fontes:

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

WB – *The World Bank Group*

INE – Institutos Nacionais de Estatística (no caso, Brasil, Moçambique e Portugal)

V. considerado: valor considerado relativo à população do país

Percentagem c. :Percentagem calculada de falantes de Português como Língua Materna

In Observatório da Língua Portuguesa: www.observatoriolp.com. Consulta em 07.09.09

APÊNDICE 5

Apêndice 5: Quadro das Principais Iniciativas Linguísticas da CPLP

Conselho de Ministros	V sessão 16.07.2000	Maputo	Responsabiliza o Comité de Concertação Permanente para estudar a filosofia de funcionamento do IILP; Promove um seminário sobre o funcionamento do IILP, com técnicos dos Estados Membros;
	IX sessão 27.07.2004	São Tomé	Sublinha a promoção da LP em organizações internacionais que tenham o Português como língua de trabalho, através de tradutores e intérpretes, sbt: UA, CEDEAO, CEACC, SADC e UEMOA. Designação de um assessor-interlocutor entre o IILP e CPLP Apoiar o IILP através do Fundo Especial da CPLP
	XIII sessão 24.06.08	Lisboa	Ratifica o orçamento para 2008: 183.230,00 Euros.
Cimeira de Ministros da Cultura	1ª 6 Maio 2000	Estoril	Plano de acção: Declaram intensificar esforços para que a LP seja utilizada em organizações internacionais e se relacione com as línguas nacionais dos Estados Membros. Criação de uma pág internet dedicada à literatura e manifestações culturais dos Estados da CPLP; Acções comuns na área do Livro e das Bibliotecas Públicas.

Quadro elaborado em 10.04.10, a partir de:

<http://cplp.dynamicweb.pt/Default.aspx?ID=385> (Reuniões Ministeriais Sectoriais-Cultura)

<http://aplp.dynamicweb.pt/Default.aspx?ID=155> (Reuniões Ministeriais Ordinárias)

<http://aplp.dynamicweb.pt/Default.aspx?ID=156> (Reuniões Ministeriais Extraordinárias)

<http://aplp.dynamicweb.pt/Default.aspx?ID=116> (Secretariado Executivo)

APÊNDICE 6

Apêndice 6: Quadro das Principais Iniciativas Culturais da CPLP

Cimeiras da CPLP	3ª 17.07.1998	Praia	Acordo de Cooperação entre Instituições do Ensino Superior dos Países da CPLP: Desenvolvimento científico, tecnológico e cultural.
	XIII sessão 24.06.08	Lisboa	Ratifica o orçamento para 2008: 183.230,00 Euros.
Reuniões de Ministros da Cultura	1ª 6 Maio 2000	Estoril	Declaração do Estoril: Plano de Acção. Decidem reuniões anuais, rotativas. Querem associar a sociedade civil. Declaram 17 de Julho – Dia da Cultura Lusófona. Criação de uma página internet dedicada à literatura e manifestações culturais dos Estados da CPLP; Criação de um Fundo Cultural-CPLP. Acções comuns na área do Património, do Livro e das Bibliotecas Públicas, do Cinema e audiovisual, Espectáculos e artes Visuais e Direitos de Autor.
	2ª 11.12.2001	Rio de Janeiro	Comité de avaliação do Fundo Cultural; prioridade para: livro, leitura, literatura, biblioteca, história e arquivística. Inclusão de 2 representantes africanos no júri do Prémio Camões.
	3ª 29.04.2004	Maputo	“Memórias lusófonas para o futuro” – sobre arquivos. Criação dum Atlas do Património Arquitectónico da Lusofonia”. Introdução da cultura e das artes nos <i>curricula</i> escolares no seio da CPLP. Com apoio da UNESCO, recuperar arquivos audiovisuais. Gestão da informação e conhecimento: estatísticas culturais. Bienais de cultura: artes plásticas e do espectáculo. Criar um ponto focal em cada Ministério da Cultura. Tentar que a LP seja língua de trabalho na UNESCO.
	4ª 14.05.2005	Luanda	Recuperação dos arquivos cinematográficos De Maputo, Luanda, Bissau e Praia. Reconhecimento da vertente económica da cultura. Apoio à criação do Centro Internacional das Indústrias Criativas «CIIC», em São Salvador. Declaração de 5 de Maio- Dia da Cultura da CPLP. Resolução sobre Cooperação em Matéria de Direito de Autor e Direitos Conexos; Resolução sobre o Centro Internacional das Indústrias Criativas; Resolução sobre o Port-folio de perfis de Projectos da CPLP; Resolução sobre os Arquivos Cinematográficos. Incentivar à assinatura da Convenção da Unesco sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.
	5ª 29.10.06	Bissau	Criação de um mecanismo informal de coordenação entre os Estados membros e o Secretariado. Acordou-se que seria o Brasil, com rotatividade de 4 em 4 anos. Apelam à participação no Forum Cultural Mundial (Brasil) dos agentes culturais. Criação dum Selo cultural da CPLP. Reconhecem o «CIEC» Centro Internacional da Economia Criativa e do Port-Folio de Perfis de Projectos da CPLP (ambos do Brasil) Dar visibilidade aos museus: sugerida a criação de um portal dos museus da CPLP. Criação de Rede Bibliotecas Digitais da CPLP (proposta de Portugal). II Festival de Cinema da CPLP (Maputo) Acordo de cooperação interno nos domínios cinematográfico e audiovisual. Apoiar a candidatura de Cidade Velha e Tarrafal a património cultural da humanidade. Aceitação do conceito de “sustentabilidade económica da cultura”, para uma inclusão cultural. Detectam necessidades de formação artística e gestão cultural Fundo cultural da CPLP – debate (proposta de Angola)
	6ª 03.11.2007	Praia	Reuniões de Ministros passam a bienais, a 5 de Maio, dia da Cultura da CPLP. Organização de uma Feira Cultural da CPLP no país de acolhimento das Reuniões Ministeriais da Cultura. Proposta para uma Conferência Internacional de Doadores (culturais). Arrancar com o Portal da CPLP.
Secretariado Executivo	27.05.1997	Lisboa	Acordo com o Instituto Camões. Prémio CPLP/ 1ª OBRA.
	17.06.2000	Lisboa	Protocolo de Cooperação com Associação das Universidades de Língua Portuguesa «AULP» Desenvolvimento de projectos multilaterais. Preparação de manuais e outros instrumentos de divulgação, sobre a CPLP e seus objectivos, para divulgação escolar.

Quadro elaborado, em 10.04.10, a partir de:

<http://cplp.dynamicweb.pt/Default.aspx?ID=385> (Reuniões Ministeriais Sectoriais-Cultura)

<http://cplp.dynamicweb.pt/Default.aspx?ID=116> (Secretariado Executivo)

<http://cplp.dynamicweb.pt/Default.aspx?ID=1860> (Cimeiras da Chefes de Estado e de Governo))

APÊNDICE 7

10.01.11 – Entrevista com o Embaixador da Missão do Brasil junto à CPLP, Lauro Moreira.

Trabalho para a dissertação “CPLP: a Cultura como primeiro factor de coesão”, de Luís Mascarenhas Gaivão.

- Sr. Embaixador, considera que na CPLP há uma estratégia cultural e também linguística coerente?

- Não, não há. Não há, e isto é um dos pontos mais vulneráveis da CPLP. Eu acho que a cultura é o grande instrumento de aproximação e de interacção que nós temos.

O que eu chamo de “lusofonia” é muito mais do que o universo de falantes da língua portuguesa, do que o espaço ocupado por falantes da mesma língua, é um espírito que emerge de quinhentos anos de convívio, e dum convívio que representa para nós hoje um importantíssimo património cultural, histórico. Quero dizer, não há a menor dúvida de que um cidadão, um brasileiro, para lhe dar um exemplo muito concreto, mesmo que não tenha nunca ido a Angola, ou Moçambique ou São Tomé e Príncipe, ou Guiné-Bissau ou Cabo Verde, esse cidadão se sentirá muito mais à vontade, muito mais em casa, estando em um qualquer destes países, do que em qualquer país vizinho da América Latina. Nós nos aproximaremos cada vez mais politicamente, economicamente, na medida em que nos aproximarmos culturalmente.

Mas não existe uma estratégia para isto na CPLP? Eu digo sempre o seguinte: nós, hoje, temos na CPLP uma percepção unânime de que o Instituto Internacional da Língua Portuguesa não funciona, nunca funcionou e não funciona, certo? Então, o corolário disto, eu insisto sempre, é o seguinte: muito bem, se não funciona é porque nós não queremos que ele funcione, já que nós somos responsáveis por ele. O IILP é um órgão, hoje, da CPLP. E evidentemente, como o senhor sabe, ele foi criado sete anos antes da CPLP, e é de certo modo quase o próprio embrião da CPLP, mas ele não funciona, porque nós não damos a ele as condições necessárias para funcionar. E que condições são essas? Em primeiro lugar uma estratégia! O que é o IILP? O que é que ele tem de fazer? Estou perguntando: quais são os objectivos? O IILP não é um centro cultural, evidentemente. A meu ver, deveria ser um centro de reflexão da lusofonia e da Língua Portuguesa.

Além disso, os Estados Membros têm que lhe assegurar os recursos materiais e financeiros para seu correto funcionamento.

Em terceiro lugar, nós temos que criar uma estrutura que realmente seja funcional, mais leve, mais eficiente. Na verdade, isto, felizmente, está começando a acontecer. A partir do momento que Portugal assumiu a Presidência da CPLP, em Julho de 2008, a Língua Portuguesa foi colocada como elemento prioritário dos nossos debates, discussões e reflexões, as coisas começaram a mudar um pouco. Inclusive está agendada para fins de Março, no Brasil, uma conferência internacional da Língua Portuguesa, reunindo todos os países da CPLP, com a participação efectiva da sociedade civil.

- O que quer dizer concretamente com “sociedade civil”?

- Grosso modo, seriam todos os componentes não governamentais: o universo acadêmico, entidades culturais e científicas, escritores, filólogos, etc.

- Empresas também?

- Empresas também, relacionadas com a questão da Língua e da cultura. E após cinco dias de debates, haverá uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros. Ou seja, está começando a haver, claramente, uma preocupação muito concreta com a questão da Língua. Ao mesmo tempo um grupo de trabalho tem-se debruçado sobre a questão do IILP, a começar pelo próprio sistema de seleção e escolha de seus mandatários, que passarão a ser escolhidos mediante concurso público internacional, e não mais designados pelos países membros, na base da rotatividade. Este é um aspecto de crucial importância na reforma do IILP, e pelo qual eu pessoalmente me bati muito.

- O concurso internacional dentro da CPLP?

- Certo, dentro da CPLP.

- Senhor Embaixador, acha que Cabo Verde é um local bom ou mau para a sede do IILP?

- Nós não podemos nos fazer esse tipo de pergunta na CPLP, pelo simples facto de que a CPLP não é apenas o Brasil e Portugal, a CPLP somos nós todos, e aí nós temos que aprender a lidar com estes contrastes, com as assimetrias e os desequilíbrios que nós somos, que nós temos. Seria muito mais cómodo, claro, ter a sede do IILP aqui em Lisboa, ou no Rio de Janeiro, ou em Brasília, onde ele funcionaria talvez melhor,

mas com isto nós estaríamos abrindo mão de um aspecto fundamental, que é justamente o da formação e capacitação de nossos países.

- Que é um dos fundamentos...

- Que é um dos fundamentos da própria CPLP. É preciso que o IILP funcione onde quer que esteja. Se sua sede está hoje em Cabo Verde, isso não pode ser desculpa para o seu mau funcionamento.

Estão detectados, pois, estes maiores problemas que a CPLP tem encontrado para ainda não poder cumprir uma estratégia, porque ainda não a definiu claramente. Esses problemas passam por pessoas sem perfil, orçamentos reduzidos, vontade pouco eficaz, incapacidade financeira, visão a curto prazo?

Tudo isso, como já disse. Ou seja, a verdade é que não houve, de facto, um grande empenhamento, uma determinação real por parte de cada um dos países da CPLP para que a situação se modificasse.

- É justo afirmar-se que são os factores económicos que se colocam, sempre, à frente dos culturais?

- Eu acho que o factor económico sempre pesa, sobretudo para os países de menor desenvolvimento relativo mas também creio que cada qual, dentro das suas possibilidades, obedecendo aquela média ponderada que utilizamos na CPLP para as contribuições nacionais, seria perfeitamente possível dotar de recursos o IILP para que ele pudesse funcionar melhor. Mas isso não é o suficiente, é condição *sine qua non*, mas não suficiente. Está certo? Porque, antes de tudo, deverá vir a determinação política por parte de cada um dos Estados Membros. O resto é decorrência.

Por outro lado, a CPLP, apresenta aspectos curiosos em sua conformação, que precisamos sempre levar em conta, mas por vezes esquecemos. Somos oito países no mundo, situados em quatro continentes, sem fronteiras geográficas comuns, com o mais antigo estado nacional da Europa (Portugal) e o mais novo país da comunidade internacional (Timor Leste). Contamos com uma nação com 8,5 milhões de Kilómetros quadrados e 195 milhões de habitantes, certo? E nós temos um país com 3 mil Kilómetros quadrados e 150 mil habitantes, que é São Tomé e Príncipe. Temos países já totalmente estruturados em termos político-institucionais, ao lado de outros com grande instabilidade ainda. Esse desequilíbrio, essa assimetria constitui um aspecto intrínseco da nossa Comunidade, e por isso deve ser sempre lembrada e acatada. Ora, se assim é, nós temos que respeitar o princípio de cada um contribuir na medida das suas

possibilidades. Mas o direito é de todos e o voto é de todos. O voto de Portugal ou do Brasil vale exactamente o voto de Timor-Leste ou de São Tomé e Príncipe. Nada pode ser feito na CPLP senão por consenso. A estrita obediência a esse princípio pode até gerar problemas para o ritmo e desenvolvimento de certos projectos e certas decisões, mas isso é sagrado na CPLP. O próprio José Aparecido de Oliveira assim pensava, e tal princípio passou a ser a pedra de toque da CPLP.

- É muito bonita essa posição única no mundo!...

- Realmente. Isso é a verdadeira solidariedade. Bom, em relação àquilo que antes falávamos, deduzimos então que há países que financeiramente contribuem muito mais, como Portugal e Brasil, e outros que contribuem menos, numa escala justa e adequada. Nesse contexto, julgo que Angola é um país que está em condições de assumir maiores responsabilidades, e não apenas financeiras, dentro da CPLP e, se Deus quiser, isto deverá ocorrer a partir do mês de Julho próximo, quando assumir a Presidência da entidade.

Por outro lado, é bom que se diga também que dinheiro em geral não falta para outras áreas, como a de cooperação técnica, por exemplo. Falta sobretudo para a área cultural. Basta dizer que até hoje não dispomos na CPLP de um Fundo Especial para a Cultura, que possa apoiar os inúmeros bons projetos que se apresentam.

- É falta de organização...

- É uma questão de re-orientação, para compreender um pouco; é uma questão de se lembrar que a área cultural não se sustenta apenas com discursos, ainda que discursos de boa-vontade! Ela exige recursos materiais, humanos e financeiros.

- Gostava de lhe perguntar: em várias reuniões de Ministros da Cultura e da própria estrutura cimeira da CPLP, foi proposto criar, já há uns anos atrás...

- Nunca se criou, nunca se criou um fundo especial, um Fundo Cultural da CPLP. Existe um Fundo Especial, Geral, em que os países colocam dinheiro para projectos de cooperação técnica, para projectos na área política, para a movimentação de delegações dos países mais carentes, etc. mas para a cultura não existe. Então é uma grande dificuldade.

- Apreendo das suas palavras que nenhum Estado se pretendeu sobrelevar a outro, há um espírito de colaboração muito grande, o que há é dimensões diferentes de estados...

- Falta vontade política, determinação política, tanto por parte de um país como Portugal ou Brasil, como por parte de um país como São Tomé e Príncipe ou Guiné Bissau, ou seja, essa vontade não depende, não está condicionada ao nível de desenvolvimento económico do país.

- Gasta-se muito, do pouco dinheiro, em encontros de boas intenções? Nos encontros de Ministros da Cultura...

- Bem, essas reuniões setoriais são importantíssimas, não só as de Ministros da Cultura, mas de todas as outras áreas, como Defesa, Agricultura, Justiça, Trabalho, Educação, etc. além da recém-criada Assembleia Parlamentar, porque justamente isto é que vai tecendo as relações entre nossos povos e nossos países, contribuindo cada vez mais para a desejada integração lusófona. Ou seja, a CPLP não pode ser, apenas, a reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, não é verdade?

- Eu tenho aqui o número das reuniões ministeriais sectoriais, tirado do site da CPLP...

- Isso é muito importante, porque a maior parte das pessoas ignora o número e a frequência desses encontros.

É, não sabem... estas são as do Conselho de Ministros, as sectoriais...

Interessante esta questão da economia, porque a CPLP não foi criada, atenção, para tratar essa questão do comércio e da economia, em sentido estrito e directo. E isso também muita gente ignora. Lembro-me de que certa vez um Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil esteve aqui e eu o acompanhei em uma visita ao Secretariado da CPLP. Sua primeira pergunta foi: que tem feito a CPLP para aumentar o comércio entre os nossos países? E eu tive que me antecipar e responder: nada, directamente, nada! Já que ela não foi criada para isto. Isto acontecerá em decorrência da integração que ela promoverá, na medida em que ela promove a cooperação em todos os níveis e procura capacitar mais os países, contribuindo para o seu desenvolvimento, inclusive o de seu comércio exterior.

- Na área cultural há maior número de reuniões, há mais debates...

- Então, o que é que está faltando? Está faltando, a meu ver, uma maior coordenação e uma necessária continuidade no âmbito dessas reuniões setoriais. Na última reunião dos Ministros da Cultura, em Cabo Verde, em que estive representando o Ministro brasileiro, insisti muito no facto de que seria fundamental criar-se uma espécie

de Secretariado *ad-hoc* para cada uma dessas áreas, que pudesse dar continuidade às decisões tomadas.

- É uma perda...

Então é uma perda, realmente, muito grande. Mas a situação tem melhorado nesse aspecto, sem dúvida, com a experiência que se vai adquirindo.

A Língua e a História comuns são os factores culturais que mais promovem este espírito, este afecto, este ambiente criado, que parece, quase, um enigma: como foi possível ao longo da História fazer-se isto? Portanto eu creio que o Senhor Embaixador concorda que o primeiro factor de coesão é, de facto, a Cultura.

Existe, ainda, um projecto que o Brasil tentou criar, um “Portfolio de Perfis de Projectos Culturais”?

- É um projecto, é um ante-projecto do Brasil que foi proposto à CPLP e que é uma coisa muito ambiciosa, grande, envolvendo uma grande quantidade de áreas. Alguns desses projectos estão sendo aos poucos implementados.

- A visibilidade dos eventos culturais que a CPLP realiza (diversos fora, o Prémio Camões, o Dia da Cultura, os festivais de cinema, teatro...), têm visibilidade apenas interna ou também externa à CPLP? Os Prémios Camões são editados no Brasil, em Portugal, e nos outros países? Aqui parece haver muito por fazer. O que acha?

- ... A questão da visibilidade. Bom, muito bem. Esse é um dos desafios da CPLP. Um dos obstáculos maiores que ela enfrenta está justamente na sua pouca visibilidade, está certo?, Ou seja, acontecem muito mais coisas no âmbito da lusofonia do que sonha a nossa vã filosofia... Basta ver essa lista de reuniões...isto é apenas dos Ministros, agora nós temos uma infinidade de outras reuniões que se fazem constantemente. E não apenas em nível governamental, e isso me parece o mais importante, pois o que interessa mesmo é fazer da CPLP não apenas uma comunidade de Estados, mas sobretudo uma comunidade de cidadãos, unidos pelos laços da língua e da cultura. Essa é a nossa grande meta. É ver a sociedade civil de nossos países organizando-se em iniciativas e atividades que promovam a integração. E isso começa já a ser feito, em vários campos.

- Estas actividades são comunicadas à CPLP, ou passam ao lado...?

- Em geral, sim. Mas essa comunicação não é importante. O essencial é que elas se façam.

- É a linha certa...

- É a linha certa, é isso que está certo. Festivais de Teatro, de Cinema, congressos, seminários e colóquios sobre temas que vão da literatura ao meio-ambiente, etc, tudo isso está se multiplicando no espaço lusófono.

- Mas isso não chega ao conhecimento das pessoas que não lêem as separatas culturais dos jornais...

- As pessoas talvez não associam à CPLP, mas há um aspecto importantíssimo em tudo isso: o tema da Lusofonia está crescendo, as atividades estão se multiplicando. O que não está crescendo, como deveria, é o conhecimento que se tem da CPLP...

- A CPLP deveria, também, dar, estar informada para dar esse conhecimento no site, noutros locais...

- Tem tentado, a CPLP tem tentado, mas acho que deveria fazer muito mais, ainda, certo? Existe o portal da CPLP, o site, tinha até um jornalzinho...

- Saíram três ou quatro números...

- É de facto uma pena essa falta de continuidade. E em parte ela se deve à própria falta de estrutura do Secretariado da CPLP, que até hoje ainda carece de um Diretor de Cultura. Temos apenas o Director de Cooperação, o único dos três Directores previstos, eleitos todos por concurso público. ...

- [...] na primeira reunião de Ministros da Cultura, em 2000, no Estoril, foi decidido criar uma página da internet dedicada à literatura e a manifestações culturais. Essa página existe? Ou a única coisa que existe é o site da CPLP?

- Exactamente, mais nada. É mais uma daquelas coisas mencionadas, quer dizer, tomam-se decisões e não há meios de implementá-las.

- Isso é triste...

- Porquê? Porque não há continuidade, não há o *follow-up* dessas decisões.

- E as bienais de cultura ainda se fazem?

- Sim, e temos até bienais patrocinadas, promovidas por entidades não ligadas directamente à CPLP: é o caso do Centro Cultural de Malaposta, por exemplo, do Município de Odivelas...

- E os pontos focais nos Ministérios da Cultura já existem?

- Sim. Não existe é o Secretariado *ad hoc* que possa dar continuidade.

- É o que é chamado “Mecanismo Informal de Coordenação”?

- Exactamente, é isso aí. Foi o que propus na reunião da Praia.

- E a criação em São Salvador, do “Centro Internacional das Indústrias Criativas”?

- Não, isso era justamente a componente duma ideia do Ministro Gilberto Gil e, creio, era um dos dossiers que estava dentro do mencionado Portfólio.

- Aquela proposta de Cabo Verde sobre as Perspectivas para uma Verdadeira Inclusão Cultural também não avançou, é um bocado de blá, blá, blá...?

- Claro.

- E o selo cultural, ainda não se avançou?

- Tem-se lutado muito por isso. É um dos problemas de difícil solução na CPLP, problemas de circulação de bens, problemas de circulação de pessoas. De pessoas, praticamente, é insolúvel.

- Não é possível criar o estatuto de cidadão da CPLP?

- É possível atenuar, é possível dar um tratamento especial, no caso dos estudantes, por exemplo, ser mais flexível com relação a eles. O maior entrave talvez seja a situação de Portugal na União Europeia. O Brasil é um país absolutamente aberto nessa questão. O Brasil é um país que não exige visto de nenhum país que não exija visto dele. Reciprocidade absoluta. Então um marroquino, eu fui Embaixador no Marrocos, um marroquino que deseja viajar ao Brasil, compra a passagem, toma seu passaporte, apanha o avião e vai, sem necessidade de visto. Mas havia um problema: não existia voo directo para o Brasil, o que o obrigava a aguardar semanas a fio por um visto de trânsito de Portugal, Espanha ou França... É isso que entorpece demais, complica muito... eu disse marroquino, mas o exemplo se aplica a nacionais de vários países da CPLP.

- E quanto ao Acordo Ortográfico?

- Bem, esse é um dos assuntos sobre os quais mais tenho falado, debatido, insistido. Nós estamos diante de um problema que não é problema.

- Pois não...

. Já está absolutamente resolvido, já está legalmente em vigor, em Portugal e no Brasil, embora haja ainda os reacionários de sempre, que fazem tudo para continuar lutando uma batalha perdida.

O acordo ortográfico pode criar um mercado para Portugal de 190 milhões de pessoas no Brasil. O grupo editorial Leya já foi para o Brasil.

[...] Eu dizia no outro dia, que os editores portugueses têm de entender o seguinte: o Acordo não foi, como diz o Vasco Graça Moura, uma manobra do Brasil para passar a perna em Portugal no controle da Língua... Isso não é uma ideia ridícula de todo o tamanho? Do ponto de vista económico, vocês acham que o Brasil não entrou em Angola, até hoje, com o livro didático, porque pertence a Portugal o mercado angolano? Será que o Brasil, as editoras brasileiras, não entraram até hoje lá, porque não sabem, não têm condição de editar livro dentro da ortografia portuguesa? Isso é um problema de política comercial, isso é outra coisa, o problema do livro não tem nada a ver com a ortografia. Agora, o que acontece é o seguinte: eu não quero, e me recuso, a discutir a questão do Acordo Ortográfico, do ponto de vista técnico. Eu discuti muito isso. É, como qualquer acordo, deixa a desejar, como qualquer acordo está muito longe do ideal, que não existe, é impossível atingir. Como qualquer acordo nesta área, está lidando com um animal vivo que é a Língua, e que tem variantes em diversos lugares. O que acontece é que este Acordo veio, finalmente, eliminar uma anomalia, uma aberração, que estava durando quase cem anos, ou seja, o facto de termos uma mesma Língua e duas ortografias oficiais e excludentes.

A sua tese é sobre Lusofonia”. O Português é a terceira língua mais falada do Ocidente hoje, falada por 240 milhões de pessoas no mundo. Agora, o que as pessoas esquecem é que de cada cinco pessoas que falam Português no mundo, quatro são brasileiras. É claro que isso não nos dá absolutamente direito nenhum em coisa nenhuma, exceto no direito de insistir sobre a necessidade de termos uma mesma ortografia para a mesma língua. Quer dizer, o Acordo de 86, a proposta de 86, o Projecto do Professor António Houaiss, o lexicógrafo, o filólogo, foi considerado pelos Portugueses como demasiado avançado. Então, o que aconteceu foi que houve uma revisão daquele texto do Houaiss, e houve uma contraproposta portuguesa, que é esta que foi aprovada.

Este Acordo, portanto, nasceu de uma proposta portuguesa e foi aprovada por todos os países. Mas isso foi em 1990. Tanto Portugal se sentia responsável directo pela coisa, que logo em 91, o primeiro país a ratificar o Acordo foi Portugal. O Brasil só o fez em 95, por problemas políticos internos. A partir daí, o Senhor sabe perfeitamente, a partir daí veio a CPLP em 96, e passou a se ocupar do problema. O resto já sabemos.

- Muito obrigado pelas suas palavras e suas reflexões.